

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

Denise Morado Nascimento

A EDIFICAÇÃO URBANA COMO EXPRESSÃO
DA PRÁTICA INFORMACIONAL:
análise do *campo tectônico* de Belo Horizonte

Belo Horizonte
2005

Denise Morado Nascimento

**A EDIFICAÇÃO URBANA COMO EXPRESSÃO
DA PRÁTICA INFORMACIONAL:
análise do *campo tectônico* de Belo Horizonte**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientadora: Professora Dra. Regina Maria Marteleto

Belo Horizonte

2005

SUBSTITUIR FOLHA DE APROVAÇÃO

Àqueles que transformaram os meus pensamentos neste doutorado:
Pierre Bourdieu, Birger Hjørland e Gottfried Semper

Àqueles que fizeram o berço ser esplêndido:
meus pais Maria Izabel e Balthasar
e irmãos Carlinhos, Ronaldo, Ricardo, Cristiano e Alexandre

Àquela que sempre está ao meu lado:
minha irmã Ana Cristina

Àquele que é parte de mim:
meu amor Fernando

Àquela que me ensinou o sentido da vida:
minha filha Luciana

Agradeço a todos que contribuíram no caminhar destes anos.

A Deus, luz que me guia.

À Professora Regina Maria Marteleto, pela orientação, dedicação e cumplicidade.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação (PPGCI) que sustentaram os tropeços e acertos: Renato, Casal, Kátia, Marco Antônio, Baroni e Terezinha. Em especial, a também colega e amiga, Maria Inês, que testemunhou cada momento de desespero e alívio, com carinho e paciência.

Aos professores do PPGCI, pelos ensinamentos.

Às secretárias do PPGCI, Goreth e Viviany, e à bibliotecária Edna, pela presteza e eficiência.

Aos professores que abasteceram a minha caixa postal com comentários, textos, artigos e links, sempre me provocando em minhas investigações: Birger Hjørland, Garry Stevens, Heidi Julien, Lutz Robbers, Neil Leach, Kenneth Frampton, Anthony King, Anders Ørom, Jenna Hartel, Pierrette Bergeron, Paul Duguid, Gerd Zimmermann, Rogers Brubaker; Ricardo Musse, Rita Velloso, Mariza Corrêa, Benedito Bezerra e Maria Jose López-Huerta.

Ao meu braço direito Cleuza Batista, pelo apoio inquestionável.

Aos arquitetos Sylvio de Podestá e Maria Ângela Braga, pelo material emprestado.

À Mercedinha Morado, pela disposição com as correções.

Ao meu aluno Lawrence Solla, pelo suporte logístico.

À minha grande amiga Margarida que sempre fez valer o significado da palavra amizade.

“É caminhando que se faz o caminho”

(Titãs)

RESUMO

Esta tese parte do entendimento da edificação urbana como produto sintetizador da “arte de construir edifícios”, imerso em suas dimensões sociais e culturais. Interessa-nos reconhecer a informação concernente ao campo de conhecimento em que a edificação urbana se insere e compreender as relações sociais de seus sujeitos, como elementos para o entendimento da informação como prática social. Para tal, investigamos (1) a edificação urbana como objeto *tectônico*, fruto do conjunto de ações culturais e informacionais, das interações sociais e das significações simbólicas; (2) a informação vista pela perspectiva sócio-cultural, alicerçada pela análise de domínio que permite constituir as práticas informacionais das *comunidades discursivas* de um domínio de conhecimento a partir de suas *estruturas informacionais*; e (3) o espaço social estruturado pelo conjunto de ações, representações e interações sociais que os sujeitos enfrentam, além de suas características sociais. Definimos a revista *Pampulha*, publicada por um grupo de arquitetos de Belo Horizonte, entre os anos de 1979 e 1984, como nossa base empírica. As conclusões nos levam a instaurar um outro modo de olhar a edificação urbana – o objeto *tectônico* é expressão de uma prática informacional.

Palavras-chave: práticas informacionais, comunidades discursivas, análise de domínio, *campo tectônico*.

ABSTRACT

The thesis views the urban building as a product of the “art of edifying”, engaged in its cultural and social dimensions. We are interested in recognizing the information concerning urban building as part of the field of knowledge and in understanding the social relations between the subjects – all of them as elements to investigate information as a social practice. As such, we investigate (1) the urban building as a tectonic object, function of cultural and informational actions, social interactions and symbolic significance; (2) the information-base from the social-cultural perspective and rooted in the domain analysis which allows to constitute the informational practice of the discourse communities engaged in its knowledge domain and their informational structures; and (3) the social space, structured by the actions, social interactions and representations faced by the actors and also their social characteristics. The Pampulha journal, published by a group of architects from Belo Horizonte between 1979 and 1984, forms the empirical base. The conclusion guides us to an alternative view of the urban building – the tectonic object as an expression of informational practice.

Keywords: informational practices, discourse communities, domain analysis, tectonic field.

SUMÁRIO

RESUMO / ABSTRACT

1 - INTRODUÇÃO	13
1.1. <i>Ponto de partida</i>	15
1.2. <i>Contextualizando</i>	16
1.3. <i>Como olhar</i>	17

CAPÍTULO 2 - A REDEFINIÇÃO *TECTÔNICA* DA EDIFICAÇÃO

URBANA	22
2.1. <i>Olhando a edificação</i>	23
2.2. <i>A biografia da edificação urbana</i>	25
2.2.1. <i>A Escolástica</i>	25
2.2.2. <i>O Renascimento</i>	27
2.2.3. <i>O Maneirismo e o Barroco</i>	29
2.2.4. <i>O Barroco Brasileiro</i>	30
2.2.5. <i>A Modernidade</i>	32
2.3. <i>O discurso da Arquitetura</i>	35
2.4. <i>O conceito tectônico pela visão de Semper</i>	36

CAPÍTULO 3 - A ABORDAGEM SÓCIO-CULTURAL DA INFORMAÇÃO .. 40

3.1. <i>A questão da informação na Ciência da Informação</i>	42
3.2. <i>Olhando a informação</i>	51
3.3. <i>As abordagens teóricas da Ciência da Informação</i>	52
3.4. <i>O olhar sociologizado de Hjørland</i>	56

CAPÍTULO 4 - OS CONCEITOS SOCIOLÓGICOS DE BOURDIEU 62
4.1. <i>Habitus, capital e campo</i> 64
4.2. <i>O campo cultural e a Arquitetura</i> 68
4.3. <i>Bourdieu, Hjørland e Semper</i> 72
CAPÍTULO 5 - INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS 76
5.1. <i>O corpus empírico</i> 79
5.2. <i>A estrutura informacional da revista</i> 80
5.3. <i>As revistas de Arquitetura e Pampulha</i> 81
5.4. <i>A interpretação dos dados</i> 87
CAPÍTULO 6 - CONTEXTUALIZANDO O CAMPO TECTÔNICO EM BELO HORIZONTE 91
6.1. <i>Os anos 80</i> 92
6.2. <i>A Revista Pampulha em Belo Horizonte</i> 94
6.3. <i>A identificação da comunidade discursiva</i> 99
CAPÍTULO 7 - A HIERARQUIZAÇÃO DO CAMPO TECTÔNICO 106
7.1. <i>O entendimento do mundo</i> 107
7.2. <i>A forma corporificada de atuar</i> 112
CAPÍTULO 8 - A LEGITIMAÇÃO DO CAMPO TECTÔNICO 121
8.1. <i>O passado herdado</i> 122
8.2. <i>Em busca da identidade</i> 126
8.3. <i>A dimensão certificada da informação</i> 130

CAPÍTULO 9 - A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO TECTÔNICO	135
9.1. <i>O embate político</i>	136
9.2. <i>O poder econômico</i>	143
9.3. <i>A certificação acadêmica</i>	148
9.4. <i>A representação institucional</i>	155

CAPÍTULO 10 - OLHAR AS COISAS DE FRENTE E VÊ-LAS COMO SÃO	163
--	-----

REFERÊNCIAS	173
--------------------	-----

ANEXOS	187
---------------	-----

Anexo I: Capas das revistas <i>Pampulha</i>	188
Anexo II: Cidades de circulação da revista <i>Pampulha</i>	189
Anexo III: Equipe editorial da RP	190
Anexo IV: Expediente e colaboradores da RP	191
Anexo V: Roteiro de entrevista	194

LISTA DE QUADROS

Quadro n. 1: Evolução dos universos filosófico e cultural do arquiteto	33
Quadro n. 2: Evolução da área da Ciência da Informação, segundo a análise de artigos científicos publicados	48
Quadro n. 3: Abordagens da Ciência da Informação	57
Quadro n. 4: Campo da Arquitetura e suas oposições, segundo Stevens (2003)	69
Quadro n. 5: As edições da revista <i>Pampulha</i>	83
Quadro n. 6: Constituição do corpo de análise	85
Quadro n. 7: Categorias teóricas e empíricas	89

LISTA DE FIGURAS

Figura n. 1: O caminho do pensamento	21
Figura n. 2: Marcos cronológicos Biblioteconomia - Ciência da Informação	44
Figura n. 3: A informação na Ciência da Informação	50
Figura n. 4: O espaço social e as formas de <i>capital</i> na Arquitetura, baseado em Stevens (2003)	71
Figura n. 5: Modelo teórico da análise informacional do <i>campo tectônico</i> , baseado nos conceitos de Hjørland, Bourdieu e Semper	74
Figura n. 6: Modelo empírico da análise informacional do <i>campo tectônico</i>	90
Figura n. 7: As formas de <i>capital</i> no <i>campo tectônico</i> , nos anos 80	166
Figura n. 8: A estruturação do <i>campo tectônico</i> de Belo Horizonte	168
Figura n. 9: As formas de <i>capital</i> no <i>campo tectônico</i> em Belo Horizonte, pós RP ..	170

Morado Nascimento, Denise

A edificação urbana como expressão da prática informacional:
análise do *campo tectônico* de Belo Horizonte / por Denise Morado
Nascimento. – 2005.

194 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Ciência da Informação, 2005.

“Orientação: Profa. Dra. Regina Maria Marteleto, Programa de
Pós-graduação em Ciência da Informação”.

1. Prática informacional. – 2. *Campo tectônico*. – 3. Belo
Horizonte. – I. Título.

1 - INTRODUÇÃO

A edificação urbana é produto de um conjunto de atividades definidas por projetos, normas de execução e técnicas construtivas próprios do setor das edificações representado, principalmente, pelas áreas de conhecimento da Arquitetura e da Engenharia Civil¹. A literatura relata que o mau uso e má qualidade da informação, aliados à falta de integração dos especialistas envolvidos e suas diferentes necessidades, e a inadequação da informação, pela forma que esta é coletada, armazenada e distribuída entre os vários participantes, são responsáveis pelos atrasos, re-trabalho, desperdício e variações que contribuem para aumentar o custo e prazo da obra, além de minimizar os atributos desejados do produto final.

Se o conjunto de atividades de projeto e produção da edificação urbana é exercido *pelo e para o homem*, não pode estar separado das peculiaridades sociais de seus atores. Devemos, no mínimo, reconhecer estas relações e entender que *construir* edificações pressupõe um conjunto de conhecimentos - artísticos, científicos, técnicos, sociológicos, econômicos, políticos e históricos - que se revelam no tempo e no espaço como *informação*, produzida em torno de crenças, sentidos e valores culturais e transferida pelas práticas sociais.

Informação é matéria-prima que carrega conhecimento e não apenas uma ‘coisa’ a ser fisicamente observada ou sistematizada. Nosso propósito é entender o fenômeno *informação* por meio das práticas informacionais – o modo de agir que dá identidade a um grupo – no campo de conhecimento que estamos inseridos.

¹ O setor das edificações contempla obras de uso habitacional, comercial e/ou administrativo, industrial, cultural e esportivo, estações, terminais e de assistência médico-social, inserido dentro da construção civil; esta responsável, também, por obras viárias, hidráulicas, sistemas industriais, urbanização e outras. O processo construtivo da edificação é dividido em etapas que podem ser agrupadas em três grandes fases: projeto (estudo preliminar, anteprojeto e projeto executivo), execução e uso.

1.1. Ponto de partida

Reconhecemos que a literatura da Ciência da Informação evidencia a ainda incipiente importância dada às dimensões sociais e culturais do seu objeto de estudo, a *informação*. Pouca atenção tem sido dada ao fato de que o problema da comunicação da informação – modelos, estruturas e suportes informacionais, não está somente relacionado à informação sistematizada, estruturada e quantificada - a visão atomística do *sistema*. As práticas informacionais são, antes de qualquer coisa, sociais já que elas acontecem entre os sujeitos e a sociedade. Se assim é, não podemos entender o indivíduo como simples fator produtivo ou parte de um todo.

Se a *informação* carrega conhecimento e se transfere pelas práticas sociais, partimos do pressuposto de que tratá-la, captá-la e interpretá-la dentro das dimensões social e cultural fortalece a visão de que os problemas informacionais de um dado campo de conhecimento precisam estar concatenados à historicidade de seus participantes, ao funcionamento das estruturas e das relações sociais, aos sujeitos que executam suas ações, aos modos de percepção do pensamento e aos objetos, operações e relações entre o que os seus participantes percebiam como importante dentro do acervo de soluções e experiências acumuladas e daquelas disponibilizadas para a sociedade.

Excluimos, assim, a informação dentro da visão atomística do *sistema* e de suas abordagens cognitivas baseadas em princípios comportamentais do indivíduo. Isso significa lembrar que se, por um lado, as questões da Ciência da Informação são distintas em seus diferentes níveis de questionamento – abordagens cognitivas, físicas, bibliométricas, comportamentais ou sócio-culturais, por outro se complementam quando o objetivo comum é entender o fenômeno *informação*.

A partir destas considerações iniciais, o fio condutor dessa proposta se estabelece: reconhecer a *informação* concernente ao campo de conhecimento em que a edificação urbana se insere e compreender as relações sociais de seus sujeitos como elementos para investigação da *informação* como prática social.

1.2. Contextualizando

Apesar das dificuldades econômicas que a construção civil brasileira enfrenta, o setor das edificações tem uma posição estratégica na avaliação das atividades produtivas nacionais, além de relevante papel social, particularmente, em função da geração de empregos². Entretanto, é um setor considerado atrasado em relação a outros, evidenciado pelo lento desenvolvimento tecnológico, baixa eficiência produtiva, baixo nível de qualidade, envelhecimento precoce do produto final em função de patologias construtivas, baixo grau de mecanização de tarefas, elevados índices de desperdícios de material, tempo, recursos naturais, energéticos e humanos, geração maximizada de ruídos, poeira e entulho, e predomínio de condições de trabalho precárias (higiene e segurança).

Um dos desafios da área, entre muitos, tem sido garantir, conjuntamente, a aceleração produtiva, o uso de recursos e o desenvolvimento sustentável das cidades, visando o atendimento das necessidades dos cidadãos sem o comprometimento da capacidade das gerações futuras no suprimento de demandas ambientais, sociais e financeiras.

Pesquisadores direcionam seus trabalhos para a criação de mecanismos que favoreçam a integração das atividades de projeto e produção das edificações, elaborando instrumentos ou implementando ferramentas que permitam práticas de trabalho menos isoladas. Para tal, voltam-se para a análise e/ou mapeamento de informações, passíveis de serem interpretadas e manipuladas por um *sistema*.

Um número expressivo de estudos tem se apoiado nas áreas de conhecimento da Administração e da Ciência da Computação por meio de propostas de modelos de gestão, soluções de tecnologias de informação (TI) e processos de certificação de qualidade. Tratam a informação como registro gerencial e insumo tecnológico, concatenados a processos de tomadas de decisões ou a estoque do banco de dados.

Tais propostas carregam certos limites, considerando o cenário econômico, político e social brasileiro. Muitos softwares e hardwares comercializados ou modelos padronizados de gestão propostos são, em sua maioria, inacessíveis financeiramente e descontextualizados de nossa realidade, além de se apresentarem estanques e incoerentes frente às necessidades e

² A cadeia produtiva da construção civil representa cerca de 16% do PIB e gera quinze milhões de empregos, sendo quatro milhões de empregos diretos (FIESP/CIESP, 2004).

interesses de quem precisa e usa a informação. Mais ainda, percebemos que o setor não absorve, de forma coordenada, as possibilidades tecnológicas, usando as ferramentas de maneira inadequada ou sem critérios definidos que permitam a maior flexibilidade e integração no uso e troca das informações.

Do campo de conhecimento da Engenharia, estudos apresentados têm, em sua maioria, relacionado o projeto como organizador das atividades de produção e fator de qualidade da obra, visando desde a promoção do melhor fluxo informacional até a certificação de qualidade do produto.

Essas práticas pressupõem um aumento da participação dos arquitetos e projetistas em atividades interdisciplinares ligadas à produção, além da criação de novas competências e possibilidades de atuação dos envolvidos, que nem sempre são adequados aos modelos de formação e ensino profissionais existentes hoje no país.

Considerando a ótica da Ciência da Informação, podemos afirmar que todas as pesquisas têm sido desenvolvidas, até então, tendo como referência os sistemas de informação e gestão da informação, e as novas tecnologias de informação e comunicação, como também os sistemas de entrada (seleção, organização, armazenamento), sistemas de saída (análise e negociação de questões, estratégias de busca e recuperação, disseminação da informação) e sistemas de avaliação da informação. Entretanto, o problema informacional no setor das edificações não tem sido sanado pelas combinações causais e processos mecânicos próprios do *sistema*, função das dimensões técnicas, gerenciais e administrativas.

Cabe-nos investigar a possibilidade de um outro olhar sobre a mesma problemática.

1.3. *Como olhar*

Ao falar da edificação urbana acolhemos, além do conhecimento adquirido e vivido no campo de atuação da Arquitetura, os questionamentos e investigações sobre o que tem nos incomodado: a edificação moderna tem sido nada mais do que a expressão máxima da

individualidade artística, da intelectualização dos especialistas, do desafio tecnológico, da interpretação gráfica das convenções do desenho, da elitização de idéias em resposta ao *mercado* ou da fragmentação de práticas.

Entendemos que a edificação urbana tem apresentado uma descompensação na *comunicação* de conceitos; por um lado, a plasticidade formal, a articulação espacial, o logicismo funcional, a expressão estética, a superação tecnológica e, por outro, as potencialidades de intenções sociais e culturais.

É nessa segunda abordagem que nos ancoramos. Caminhamos por nossas investigações dentro dos limites do *objeto tectônico*, conceito distinto desta pesquisa a ser detalhado mais à frente, que designa a edificação urbana como produto sintetizador da “arte de construir edifícios”, imerso em suas dimensões sociais e culturais (e não técnicas, gerenciais e administrativas).

Tomamos como desafio, instaurar um outro modo de olhar a edificação urbana sob um ponto de vista ainda imprevisito – o *objeto tectônico* é expressão de uma prática informacional - o modo de agir dos sujeitos de natureza informativa que dá identidade a um domínio de conhecimento, constituído de *informação construída* pelas estruturas informacionais e resultantes da interação do sujeito com o meio. A partir daí, estabelecemos nosso objetivo: analisar o *campo tectônico* de Belo Horizonte, como expressão da prática informacional dos sujeitos que o vivenciam, e perguntamos:

- (1) o que governa a prática informacional?
- (2) quem são os sujeitos que agem dando identidade ao *campo tectônico*?
- (3) como se constrói a informação no campo de conhecimento em que o *objeto tectônico* se insere?

Neste cenário de perguntas, os objetivos específicos conformam-se: entender (1) a informação pertencente ao *campo tectônico* dentro da diversidade de ações, experiências, valores, implicações e interpretações de seus sujeitos; e (2) as referências e contradições sociais, políticas e econômicas do campo contribuem para o ‘pensar’ e ‘fazer’ o *objeto tectônico*.

Neste percurso da construção do nosso objeto de pesquisa, caminharemos dentro da seguinte estrutura, apresentada nesta tese. O segundo capítulo trata do campo de pertencimento desta proposta – o *tectônico*. Tomamos como referência as formações profissional e intelectual das quais nos constituímos e os questionamentos de Gottfried Semper, responsável pelo construto antropológico do conceito *tectônico* para a Arquitetura. A edificação urbana passa a ser *objeto tectônico*, fruto do conjunto de ações culturais, das interações sociais e das significações simbólicas da ‘arte de construir’. Além disso, consideramos os estudos de Arnold Hauser e Carlos Antônio Leite Brandão como referências para a construção cronológica dos períodos históricos da Arquitetura.

Para orientar teoricamente nossos argumentos, recorreremos à visão de Birger Hjørland, que considera o *objeto físico informativo* como o objeto de estudo da Ciência da Informação, mas tendo a informação não como uma ‘coisa’ e sim como uma ‘mudança’ no conhecimento do receptor. O terceiro capítulo apresenta a abordagem sócio-cultural da informação, alicerçada pela análise de domínio, que permite constituir as práticas informacionais das *comunidades discursivas* de um domínio de conhecimento a partir de suas estruturas informacionais.

Esta abordagem sobre o modo de agir dos sujeitos é sustentada por meio da sociologia da cultura de Pierre Bourdieu, explicitada no capítulo quatro. Para o sociólogo, só se pode explicar uma prática social se a estrutura objetiva que define as condições sociais de sua produção relacionar-se com as suas condições de exercício. Em outras palavras, a prática tem lugar no espaço social – o *campo*, que é estruturado pelo conjunto de ações, representações e interações sociais que os sujeitos enfrentam, mas, também, gera e estrutura as características sociais dos atores que produzem as práticas sociais.

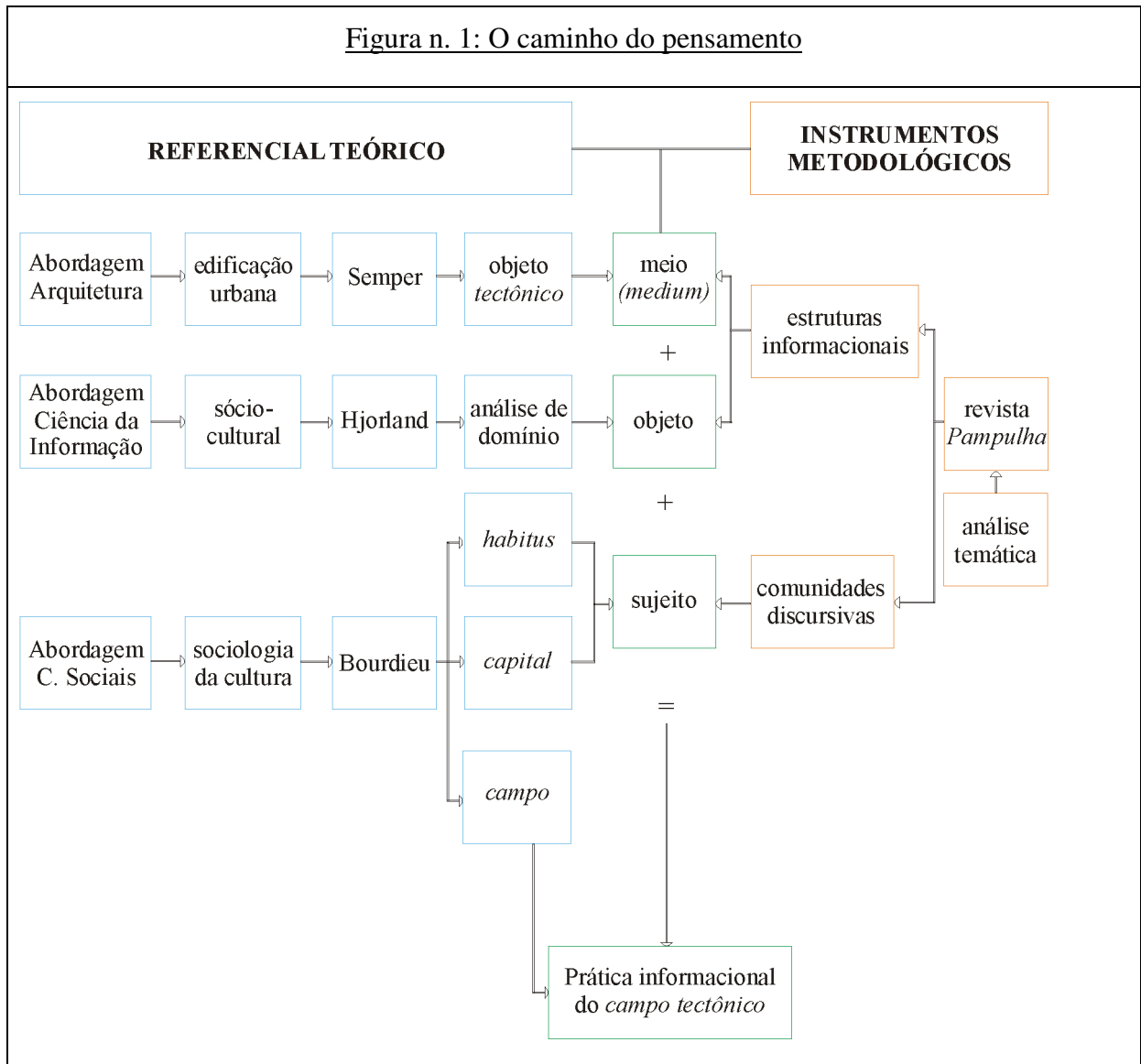
A sociologia da cultura de Bourdieu e seus conceitos de *capital* e *habitus* subsidiam nossa capacidade de alcançar a significação e o sentido do *objeto tectônico*, como expressão da maneira do sujeito se relacionar com o mundo e com outros sujeitos – a prática informacional do *campo tectônico*.

No capítulo cinco, apresentamos os instrumentos metodológicos. Como *estrutura informacional* representativa do campo de conhecimento em que os *objetos tectônicos* estão inseridos, partimos da coleta de dados da revista *Pampulha* (RP), publicada por um grupo de Belo Horizonte, entre os anos de 1979 e 1984.

Além da investigação da estrutura informacional da RP, entrevistas com três membros do corpo editorial foram feitas. Justificamos essas entrevistas, amparados pelo argumento teórico de Bourdieu que, se as ações sociais dos sujeitos são um produto da coletividade, esses sujeitos são produtos de condições objetivas idênticas.

O capítulo seis refere-se à contextualização do tempo em que a RP surgiu. Os capítulos sete, oito e nove referem-se à análise temática do *corpus empírico*. Respectivamente, os capítulos revelam as categorias empíricas – *formas* corporificadas e intelectuais, *disposições* de herança e de identidade e *circunstâncias* políticas, econômicas, acadêmicas e institucionais que comprovam nossas hipóteses levantadas à luz das categorias teóricas. As Conclusões surgem e nos levam à constituição da prática informacional do *campo tectônico*. A informação veiculada pela estrutura informacional da RP revela o modo de agir de natureza informativa do *campo tectônico*, demonstrando que seus *objetos tectônicos* se constroem como expressão dessa prática – o modo de fazer Arquitetura.

A figura, a seguir, ilustra o caminho de pensamento desta pesquisa:



Acreditamos, então, aceitar os limites do que conhecemos, mas, também, provocar discussões sobre as possibilidades de produção de um novo saber. Esperamos que esta outra forma de olhar a edificação urbana possa contribuir com a incorporação de uma significativa parcela de conhecimentos ao acervo de abordagens sobre a informação. Principalmente, no que diz respeito à aplicação da análise de domínio proposta pela Ciência da Informação em outro campo de conhecimento, a Arquitetura. Talvez mais importante seja apreender um evento do campo científico a partir de uma base conceitual interdisciplinar construída pelas Ciências Sociais, Ciência da Informação e Arquitetura.

CAPÍTULO 2

A REDEFINIÇÃO *TECTÔNICA* DA EDIFICAÇÃO URBANA

2.1. Olhando a edificação

A edificação, sendo qualquer construção destinada a ser habitada, independente da função, agrega a definição do objeto-abrigo sustentado por piso, paredes e cobertura, estes constituídos como elementos de proteção contra chuva, sol, vento, animais e intrusos.

Um ajuste de foco é o que iniciamos aqui. Vivenciar uma edificação é, desde a infância, uma prática de reconhecimento do espaço social. *Prática* como “aquilo que é decisivo para a identidade de um usuário ou de um grupo, na medida em que essa identidade lhe permite assumir o seu lugar na rede das relações sociais inscritas no ambiente”, assim definida por De Certeau, Giard e Mayol (1996, p.40).

Nessa perspectiva, é impossível negar a inserção da edificação urbana no domínio do ambiente social, onde o sujeito se sente reconhecido e age. A edificação é o *medium* onde as práticas sociais acontecem. Dentro do objetivo de compreender as práticas destes sujeitos, precisamos entender como olhar a edificação urbana. Tal preocupação torna-se pertinente quando percebemos que o uso de palavras (ou conceitos) nos obriga a repensar o que elas expressam, como é o caso da ‘edificação’.

Entendemos que esta pode ser vista como: (1) *obra*, resultado dos parâmetros da estética arquitetônica alinhada com a tecnologia provinda da engenharia, que permanece no espaço e tempo como registro físico (e objeto-abrigo), ou (2) *fato histórico* que se constrói pelas multiplicidades daqueles que o vivenciam, desenham-no e o fazem, todos pertencentes ao mundo das significações, dos símbolos, dos sentidos, da linguagem, e claro, da técnica, da prática e da materialidade.

A edificação como *obra* pode ser apreendida através de suas características formais, funcionais e sociológicas, em seus diversos momentos, mas a unidade destas partes é dada

pela história (ROSSI, 1995). A individualidade da edificação depende da sua forma expressa em estética e técnica, mas, também, de sua existência histórica no espaço e tempo. O *fato histórico* urbano encerra um conjunto de condições – sociais, históricas, políticas, econômicas, culturais e técnicas, que fomenta a coletividade, visões de mundo, experiências e impressões do sujeito que representa, atua, aprende, ensina, transforma, opta, produz e consome.

Acatamos, assim, a percepção de Santos (2002) ao afirmar que o objeto só existe se o sujeito lhe dá algum sentido: as atividades simbólicas ou funcionais lhe concederiam existência. Ou, como descreve Sodré (1996, p.41), o homem apresenta “subjetividade capaz de atribuir sentido ao mundo, transformando os dados da realidade sensível em objeto do conhecimento, graças aos recursos da racionalidade”.

O sujeito qualifica e julga o objeto, adequado ou não, verdadeiro ou falso, belo ou feio, distinto ou vulgar, como utilidade, produto econômico, obra de arte ou bem simbólico, conferindo-lhe valor. Para tal, necessita de embeber-se de informações e também de outras subjetividades – a coletiva, para que suas escolhas possam ser feitas, mesmo que subordinadas aos domínios econômicos, sociais e políticos. Morin (1996) relaciona essa liberdade de escolha às condições internas, ligadas às capacidades cerebral, mental e intelectual do sujeito, e externas, como possibilidade física do sujeito fazer uma escolha.

A possibilidade de olhar a edificação urbana como um *fato histórico* é tratá-la fora dos seus limites de *sistema* ou como produto do setor de edificações conformado pelo agir de seus usuários, dos agentes responsáveis por seu planejamento, projeto (incluindo o arquiteto) e execução, dos fabricantes de materiais de construção, dos órgãos públicos ou privados responsáveis pela aprovação, coordenação de projeto, controle e fiscalização das obras, dos agentes responsáveis pela operação e manutenção.

O *fato histórico* abraça o seu papel social e cultural de objeto e leva-nos ao ambiente de investigação das inter-relações da cultura e da sociedade e seus desdobramentos no tempo. Gramsci (1978, p.13) afirma que “[...] não podemos ser filósofos – isto é, ter uma concepção do mundo, criticamente coerente – sem a consciência da nossa historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções”. Se a edificação urbana é um *fato*

histórico, é necessário, então, percorrer sua inserção nos seus períodos representativos, apresentada aqui como orientação histórica³.

2.2. *A biografia da edificação urbana*

2.2.1. *A Escolástica*

Tomaremos como ponto de partida, a época clássica da Idade Média, o século XIII, referenciada pelo apogeu da Escolástica (século IX ao XIV). A filosofia ensinada nas escolas medievais era representada pelas chamadas artes liberais, divididas em *trivium* - gramática, retórica, dialética - e *quadrivium* - aritmética, geometria, astronomia, música. Os humanistas (*humanistae*), designação para os homens sábios do ensino, combinavam a doutrina religiosa e investigações filosóficas, sobretudo de Aristóteles, atrelando as relações entre as coisas ao reconhecimento da existência de um ser superior e necessário – Deus. A partir do século XIII, São Tomás de Aquino (1225-74) faz a síntese do pensamento escolástico, conhecida como aristotélico-tomista: continuava a aliança entre a razão e a fé (BLACKBURN, 1994).

Nesse tempo, o arquiteto, solicitado pelas entidades e pela Igreja (reconhecida como monopólio do conhecimento), tinha a função social e o papel artístico de criar espaços para impressionar como obediência à articulação entre razão e fé e aos princípios ditados pelo pensamento teológico. As catedrais da Idade Média se instalaram no centro urbano revelando sua função física de organização e dominação da cidade, mas, ainda mais, como instituição máxima de governo da sociedade. Surge a arquitetura gótica caracterizada pela longitudinalidade como caminho da salvação, as abóbadas ogivais, a luminosidade que lembram a presença divina, além da verticalidade das formas que alcançam o céu e coloca Deus próximo ao nosso mundo.

³ Os períodos históricos da arte e arquitetura não são cronologicamente marcados em consenso pelos autores da área. Aqui consideramos os estudos de Brandão (1999) e Hauser (1980).

A escala e a velocidade de construção, nesta época, variavam de acordo com a disponibilidade financeira da entidade ou da Igreja, provocando muitas vezes alterações e interrupções de produção e exigindo-se uma nova forma de relações de trabalho e diversidade de operários. O operariado já não era mais compreendido por servos e colonos. Surgiu como novidade a *lodge* – uma organização de profissionais em grupos autônomos que refletia a condição do trabalho individual de cada operário. A mobilidade era característica original da constituição das *lodges*, mas também a temporalidade e adaptabilidade – o trabalho determinado por execução de tarefas em qualquer lugar e a qualquer tempo:

[...] com as suas regras precisas de empreitada, pagamento e treino de operários, com a hierarquia do seu arquiteto, mestres especializados e operários jornaleiros, as suas restrições especiais sobre os direitos de seus membros à propriedade intelectual do seu próprio trabalho e a subordinação incondicional do indivíduo às necessidades artísticas de uma tarefa comum. O objetivo era conseguir uma divisão e integração do trabalho produtivo, sem atritos, com a maior especialização possível e a mais completa harmonia no trabalho dos diferentes indivíduos (HAUSER, 1980, p.332).

Artistas e artesãos eram organizados em cooperativas aprovadas pelas corporações e dirigidas administrativamente pelo mestre-de-obra (*magister operis*) e, artisticamente, pelo mestre-pedreiro ou arquiteto (*magister lapidum*). O primeiro, responsável pelo fornecimento de materiais e pela realização das tarefas; o segundo, pelo plano artístico e pela coordenação das tarefas. Fazemos então a seguinte pergunta: é possível obter uma divisão de tarefas em torno de um objeto comum – a edificação – sem prejuízos ao trabalho?

A primeira hipótese levantada por Hauser (1980), se refere a “uma unidade real de espírito” do grupo e à subordinação máxima à vontade do arquiteto tornando possível a necessária uniformização das diversidades individuais. De fato, a arquitetura gótica só se materializou graças às contribuições coletivas traduzidas em inovações construtivas compartilhadas pelos arquitetos – o arco em ponta, responsável pela elevação vertical do edifício, e a abóbada cruzada, que permitiu a cobertura de espaços cruzados, curvos ou irregulares. Temos como exemplos da coerente adequação entre forma e idéia, técnica e expressão, as Catedrais de Paris e Colônia (BRANDÃO, 1999).

Conceitualmente, não se pode deixar de relacionar essa hipótese ao *habitus* de Panofsky (1991), que se define como “o que faz o criador participar da coletividade de sua época” – a descoberta da coletividade no âmago da individualidade sob a forma de cultura.

A segunda hipótese seria a inevitável descontinuidade das tarefas e a limitação da liberdade individual, reduzindo o valor da obra de arte. Como essa coletividade era assegurada, sem danos para a obra de arte, na execução prática das tarefas individuais do arquiteto ou dos artistas? Os operários, muitas vezes, permaneciam com o mesmo grupo e arquiteto por várias obras, possibilitando desta forma, uma integração cada vez mais íntima mesmo que não totalmente perfeita. Hauser (1980) argumenta que as *lodges* eram organizações de trabalho adequadas à Idade Média, já que atendiam solicitações de serviços ainda de um pequeno círculo formado pelas corporações das cidades e pela Igreja.

No entanto, ambas as hipóteses revelam “[...] a renúncia do homem medieval ao princípio da subjetividade e da própria individualidade, a sua subordinação heterônoma a uma lei exterior com a qual ele se harmoniza e compreende o mundo” (BRANDÃO, 1999, p.65). A hierarquia, característica central da arquitetura gótica, situava, definia e disciplinava o papel da Arquitetura na cultura (BRANDÃO, 1999).

2.2.2. *O Renascimento*

A partir do século XIV, a ordenação do mundo deixa de ser religiosa e hierárquica. Os homens iniciam seu período de redescobrimto, intelectualizando sua habilidade de pensar e agir. A ênfase passou a estar no homem e no mundo humano, na utilização de relações geométrico-matemáticas e na racionalidade da composição (BRANDÃO, 1999).

Na Arquitetura, apareceram plantas e especificações das edificações, a medição precisa das dimensões e a perspectiva científica, a geometria como elemento de reprodução e construção do espaço, isto é, o *desenho técnico* que permitia a composição exata de volumes e espaços – o nascimento do *projeto* como ‘previsão’ da construção. A representação técnica surgiu da necessidade dos arquitetos renascentistas irem além da filosofia da estética,

tornando-os, na qualidade de peritos, interlocutores privilegiados do poder, únicos especialistas capacitados a dar solução aos problemas racionais da forma e do belo.

Como forma de controlar a produção interna que abastecia o emergente mercado regular formado pelo cidadão particular burguês, os operários deixaram as *lodges* no final do século XV e recorreram às *guildas* – associações de mutualidade entre as corporações de operários e artistas. Ao contrário das *lodges*, onde todos, inclusive o arquiteto e o administrador subordinavam-se às determinações e especificações das autoridades, as *guildas* eram livres e funcionavam como oficinas individuais, revelando os diferentes saberes dos artesãos, mesmo que restritos à iniciativa do mestre e às especificações técnicas ditadas.

O desenho técnico aliado à separação crescente entre o local de trabalho do artista (a oficina) e o local da edificação (os andaimes) parece-nos ser a clara gota d'água para a definitiva fragmentação das tarefas de construção da edificação – a concepção do arquiteto e a execução do mestre-de-obra, e, mais tarde, o engenheiro. As regras da perspectiva e de representação romperam com as práticas artísticas e arquitetônicas medievais, criando uma nova forma de se fazer Arquitetura, como atesta Brandão (1999, p.78):

O espaço urbano persegue, portanto, uma idéia formal contida no desenho, e se compromete mais com o *projeto*, com um momento abstrato da criação anterior à construção, o que não ocorria no período medieval. A arquitetura e o urbanismo renascentista parecem, pois, mais *desenhados* do que *construídos*, e isso denuncia a consciência de uma dimensão intelectual no trabalho do arquiteto que, doravante, o distinguirá do artesão.

A representação do mundo, a partir daquilo que se via, foi possibilitada pelas regras da perspectiva que acentuava a “verdade” frente às suposições da religião. “Parecia que o espaço, embora infinito, era conquistável e contível para fins de ocupação e ação humanas. O espaço podia ser apropriado na imaginação de acordo com princípios matemáticos” (HARVEY, 1998, p.225).

Os arquitetos renascentistas, embebidos da perfeição geométrica, utilizavam princípios – módulo, simetria, ortogonalidade, centralidade espacial e a racionalidade da composição – como respostas à busca da composição harmônica do edifício. O círculo se faz presente através do surgimento dos arcos plenos no lugar dos arcos ogivais. “A centralidade e a cúpula

renascentistas [...] promovem o antropocentrismo e a confiança do homem em si mesmo e na sua capacidade de ordenar e dominar a natureza” (BRANDÃO, 1999, p.85).

Perguntamos: quais foram os reflexos culturais para a sociedade, decorrentes da substituição da ordenação religiosa da Idade Média pela ordenação geométrica do Renascimento e da fragmentação do projeto (desenho) e da produção (construção)? Brandão (1999, p.95) aponta para uma racionalização do universo como expressão do poder da razão humana e da crença de construção de um mundo humano ideal: “[...] o homem se volta para a sua cultura e sua história, cuja autoridade no período encontra sua expressão numa Arquitetura fundada na crença no seu poder moral e intelectual”. Neste ponto, a Arquitetura passa a ser expressão de um novo homem que se assemelha a Deus, revelando a maneira como o homem ocupa seu lugar no mundo.

2.2.3. *O Maneirismo e o Barroco*

Se na Idade Média o homem louva a Deus promovendo a proximidade e, se no Renascimento, o homem busca a expressão da racionalidade favorecendo o antropocentrismo, no Maneirismo o homem se descobre pelo seu *Eu* privado de valores morais e éticos; é a revelação do drama da existência, da tragédia, do conflito humano, da luta psicológica, da dimensão infinita da alma (BRANDÃO, 1999). A arquitetura maneirista nasce de seu afastamento da natureza e surge da subjetividade do artista.

Alguns autores como Hauser (1980), acreditam que o homem moderno nasce da subjetividade e instabilidade do século XVI e de seus primeiros traços psicológicos – tensões, ambigüidades e solidão, e não da racionalidade do século XV. Brandão (1999) explica que a relação entre homem e Deus, presente nos edifícios (“o corpo é a prisão da alma”) e nas cidades (“o espaço se conquista”), revelavam incertezas e uma alienação do homem frente ao mundo.

Ao final do século XVI, protestantes e católicos (contra-reforma) fornecem respostas distintas ao cenário de crise e conflito. Enquanto os primeiros, acreditando na predestinação, constroem espaços neutros e desprovidos de simbolismos, os últimos recuperam a

longitudinalidade e a nave das igrejas e exageram na emoção e ornamentação dos espaços – imagens, altares, crucifixos. A Arquitetura apela aos sentidos e à sensualidade como formas de resolução aos conflitos existenciais – estamos vivendo o *Barroco*. Nessa nova realidade, as amarras são rompidas e um novo conceito de beleza surge como guia do homem do século XVII: “o belo não surge mais da perfeita realização das leis da arquitetura clássica, mas da utilização e da interpretação que o arquiteto faz delas” (BRANDÃO, 1999, p.134).

Sob outro ponto de vista, a arquitetura barroca surge como marca do poder do catolicismo italiano, como reação ao movimento protestante, e do regime absolutista francês, vistos como sistemas que vão organizar a cidade capital. Os arquitetos, armados pelo desenho técnico e pela sua intelectualidade, projetam amplas praças, rasgam centros com ruas e retas e criam monumentos para estruturar as cidades, transmitindo segurança e significado ao homem.

Pelo fato do espaço se voltar ao mundo existencial humano no qual se vive, isto é, determinado pelo próprio artista (e pelos sistemas ideológicos), a arquitetura barroca se torna “verdadeira expressão da moderna situação do homem no mundo”, segundo Brandão (1999). O edifício passa a ser um elemento de comunicação fácil e imediata, de persuasão histórica e política, de visão e imaginação do artista, de subjetividade livre e dominadora, de caráter dinâmico e aberto. Ao chegarmos aqui, percebemos que a arquitetura barroca representa, na realidade, a síntese de todos os movimentos ou períodos que precedem nossa contemporaneidade.

2.2.4. *O Barroco Brasileiro*

Como não tivemos um período renascentista no Brasil, o barroco foi transplantado pela expansão colonial européia e a Igreja Contra-reformista. Os moldes europeus eram ainda copiados ou diluídos pelos artistas. Somente a partir do século XVIII, o *barroco brasileiro* surge se mostrando de maneira vigorosa, principalmente em Minas Gerais e pelas mãos dos mestres Aleijadinho e Ataíde, com soluções de massa, espaço e movimento inéditas, próprias e nacionalistas.

Para nós, brasileiros, falar do barroco é falar de nossa própria origem cultural, de nossa própria formação histórica, das raízes de nossa maneira própria e íntima de ver, de sentir, de exprimir uma peculiar experiência do real que a arte só faz transfundir e sublimar. [...] Inseparável da ideologia que forjou a nossa primeira sociedade e os nossos primeiros valores – o religiosismo contra-reformista dos jesuítas – o barroco não ficou limitado, porém, às formas exteriores de um estilo arquitetônico ou do revestimento ornamental do rito católico (ÁVILA, GONTIJO, MACHADO, 1980, p.6)

O *barroco brasileiro* está associado historicamente às igrejas mineiras construídas de taipa e madeira, com estrutura pesada e fachadas simples. Mestres de obras e artistas experientes eram responsáveis pela construção e ornamentação dos templos, organizados em corporações de ofícios (nos moldes das guildas européias) que promoviam as diversas especializações. Segundo Ávila, Gontijo e Machado (1980), os canteiros de obras e oficinas se transformaram em escolas de iniciação e aperfeiçoamento de arquitetos, entalhadores e escultores. Edificações de maior ambição arquitetônica foram surgindo e a ornamentação ficou reservada para o interior das igrejas, principalmente as obras de talhas, as esculturas e ornamentos em madeira e pedra-sabão – arcadas, lavabos, púlpitos, altares e portadas – e os revestimentos de ouro.

A partir do entendimento sobre o início da história da arquitetura brasileira, nos interessa reconhecer a transferência de modelos e concepções da arquitetura européia para a arquitetura brasileira, embora também se reconheça o valor das características singulares do *barroco brasileiro*. Se o barroco se tornou, como disse Brandão, a “verdadeira expressão da moderna situação do homem no mundo”, não podemos afirmar o mesmo em relação ao barroco brasileiro. Ao contrário, sintetizava “[...] as forças de interioridade bastante características do homem do período e delas impregnou, por isso, todas as manifestações da nossa incipiente vida cultural e social (ÁVILA, GONTIJO, MACHADO, 1980, p.6) .

2.2.5. A Modernidade

Seguimos da articulação entre a razão e a fé da arquitetura gótica para a racionalidade geométrica do Renascimento, passando pela desnaturalização do espaço maneirista até a subjetividade criadora do homem barroco. Na seqüência, o espaço se incorpora ao projeto da Modernidade, como *fato* a ser conquistado, não mais como forma de louvar a Deus, mas de enfatizar o indivíduo livre e consciente.

A Modernidade é um projeto dos filósofos iluministas que, segundo Seidman (1990), acreditavam na crítica à religião como alcance da autonomia e felicidade humana (a razão secular como substituto cultural para a religião), na ciência como subsídio à construção das crenças sobre o mundo (a ética racional e estética como consenso cultural) e na noção unitária do indivíduo⁴. Harvey (1998, p.23) resume bem o que seria o projeto da modernidade:

a idéia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. [...] O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana.

Contrariando as condições democráticas e saudáveis da suposta sociedade iluminista, a edificação urbana surge em resposta às novas condições impostas pelas regras de produção (a máquina, a fábrica e a urbanização), de circulação (sistemas de transporte e comunicação) e de consumo (mercados de massa e publicidade) (HARVEY, 1998).

Com a Modernidade e a especialização dos objetos, ocorre a separação daquilo que estava unido: o “fazer” e o “saber-fazer”; o conhecimento religioso do filosófico e do científico (FERNANDES, 1995). Compreende-se assim, a prática fragmentada do conhecimento da Arquitetura e Engenharia, em torno do mesmo objeto – a edificação, que se

⁴ Consideramos a distinção, adotada por Canclini, entre a *modernidade* como etapa histórica, a *modernização* como um processo sócio-econômico que vai construindo a modernidade, e os *modernismos*, ou seja, os processos culturais que renovam as práticas simbólicas com um sentido experimental ou crítico (CANCLINI, 2000, p.23).

origina pela diferenciação das funções artística e executora do arquiteto e mestre-de-obra na Idade Média e no Renascimento, mas confirma-se pela história da Modernidade.

Analisemos a evolução dos universos filosófico e cultural do arquiteto, atrelados aos períodos históricos:

<u>Quadro n. 1: Evolução dos universos filosófico e cultural do arquiteto</u>		
Períodos históricos	Universo filosófico do arquiteto	Universo cultural do arquiteto
Escolástica Século XIII	Obediência à articulação entre razão e fé	Renúncia à individualidade e à subjetividade
Renascimento Século XIV	Racionalização do universo	Representação do mundo
Maneirismo Século XVI	Afastamento da natureza	Expressão da subjetividade
Barroco Século XVII	Expressão do mundo existencial humano	O espaço é determinado pelos sistemas ideológicos
Barroco brasileiro Século XVIII	Síntese das raízes nacionalistas	Manifestação da interioridade do homem
Modernidade Século XIX	Fragmentação dos conhecimentos Noção unitária do indivíduo	O espaço é um fato a ser conquistado

O que significa, exatamente, estar sob os reflexos decorrentes da ordenação racionalizada do Renascimento que se estenderam pela Modernidade? Como é possível operacionalizar conhecimentos fragmentados?

Canclini (2000) esclarece que a desordem provocada pelo saber fragmentado foi ampliada pela geração de profissionais especialistas e a conseqüente separação dicotômica entre a cultura do profissional e a do público e entre a ciência e o cotidiano. A sociedade começa a funcionar dentro dos domínios especializados de atuação dos cientistas (a ciência), dos magistrados (a moral) e dos artistas (a arte), promovendo uma cultura refém de seus produtores e de seus consumidores.

Nesse novo contexto do século XIX, os produtores culturais são forçados a seguir uma nova forma de competição de mercado que viria a reforçar processos de “destruição criativa” no interior do próprio campo estético. Para estar no novo mundo, o artista moderno depende da técnica e da inovação, materializando obras por meio do desenho técnico eficaz e da

racionalização de sua intelectualidade e criatividade. Rompem-se os princípios que deveriam reger a sociedade moderna, agora manifestação do distanciamento entre a ciência e a vida.

É neste cenário que a informação, como artefato moderno, é produzida para administrar os saberes e criar meios de controle e difusão – a informação como um meio que (re) liga um conjunto de conhecimentos fragmentados e recortados em falas e leituras criadas no contexto social (TEIXEIRA, 1995). Então, contrai o caráter da necessidade – é a informação que faz funcionar o novo mundo agora regido pela razão, e da possibilidade, como exercício consciente da liberdade dentro de cada campo.

A informação se constrói como elemento que organiza o que está disperso e conflitante, surgindo como uma questão técnica, mas se revelando também no âmbito cultural já que expressa visões de mundo diferentes elaboradas a partir de experiências de vida diversas e contraditórias (MARTELETO, 1994). A cultura e informação passam a ser conceitos/fenômenos interligados: o primeiro, como depositária da informação social (memória, artefatos simbólicos e materiais), e o segundo, como aquilo que alimenta as maneiras próprias de ser, representar e estar do sujeito (MARTELETO, 1992, 1995).

Vimos que a edificação expressa a maneira do homem se relacionar com o mundo, o homem e Deus; são os sujeitos e suas práticas em seu tempo que dão forma ao *fato histórico*. Sendo assim, a edificação urbana revela-se como espaço físico, mas também como espaço informacional, “já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação” (SANTOS, 2002, p.238).

Para Santos (2002), o espaço na Modernidade forma-se em *meio técnico-científico-informacional*, ou seja, pela ação da ciência, da técnica e da informação. Os determinantes desse meio são sociais e culturais.

2.3. *O discurso da Arquitetura*

Em seu discurso de agradecimento pelo recebimento do primeiro Pritzker Architecture Prize⁵, em 1979, o arquiteto americano Philip Johnson afirmou a Arquitetura ser a arte primária de qualquer cultura, a mãe de todas as artes. Sob esse ponto de vista, percebemos o potencial de objeto artístico da Arquitetura. É o desenho que representa os pensamentos e idéias do arquiteto. Por outro lado, é preciso considerar que não se pode entender a intenção artística, criativa e poética separada da técnica, e neste caso, a diferenciamos das artes pela sua condição de existir tridimensionalmente através do seu caráter tecnológico-construtivo.

Essa visão fragmentada entre a ciência e a arte, como vimos, se estende desde o Renascimento. A partir daí, a Arquitetura tem sido nada mais do que a expressão máxima da individualidade, da intelectualização dos campos de conhecimento e da elitização das idéias. Não separamos a arte do arquiteto e o nome que ele carrega como representatividade de um movimento histórico da Arquitetura: Brunelleschi na arquitetura renascentista, Michelangelo na arquitetura maneirista, Bernini na arquitetura barroca. Não importa o significado do edifício e a quem ele atende, mas sim a imagem da arte encarnada no que o indivíduo produz.

No Brasil, a Arquitetura também é individual e isolada. Se no barroco brasileiro tivemos Aleijadinho e Ataíde, hoje temos a produção de arquitetos igualmente singulares (e notáveis enquanto artistas) – Oscar Niemeyer na arquitetura moderna, Éolo Maia na arquitetura pós-moderna, além de tantos outros.

Como a busca de significados ou invenção de sentidos exercida sob a teoria que faz prevalecer o olhar individual sobre o coletivo contribui para a formação de um discurso da Arquitetura? A produção da Arquitetura, do edifício, do espaço urbano, da cidade, tem se reduzido à individualidade do artista e ao exercício do poder de quem solicita a Arquitetura. A construção da história da Arquitetura, mesmo que manifestada de formas diferentes através das relações entre o homem, a natureza e Deus, é produto do discurso de quem demanda e determina o que, como e quando se deve construir. Se a individualidade é enaltecida com a

⁵ *The Pritzker Architecture Prize*, foi estabelecido pela instituição americana *The Hyatt Foundation* em 1979, para anualmente honrar um arquiteto cujo trabalho demonstre combinação de qualidades como talento, visão e compromisso, além de produção consistente e significativa à humanidade e ao ambiente construído através da arte da arquitetura. O arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer recebeu o prêmio em 1988.
Fonte: <http://www.pritzkerprize.com>

Idade Moderna prosperando as descobertas e o desenvolvimento da ciência, desaparece igualmente a capacidade do homem de se constituir pela coletividade, pelo questionamento e pelo julgamento. A Arquitetura é construída em função da sugestão da subjetividade, mas sempre em resposta à demanda de quem tem o poder – econômico e político, principalmente.

Dessa forma, entendemos o afastamento da Arquitetura daqueles que realmente a fazem, a vivenciam e a constroem – os Homens. O discurso da Arquitetura revela que as normas sociais do que se pode dizer, quem pode dizer e se é verdadeiro ou não, cabem a quem pode solicitar simbolicamente ou financeiramente a Arquitetura - na Idade Moderna, a Igreja. Hoje, na Idade Contemporânea, o mercado, isto é, o capital.

A cidade tornou-se o lugar do acúmulo e da surda briga do capital. Daí a falta de qualidade que ora lamentamos. Essa falta é, mais do que carência na estrutura ambiental, uma fragilidade da própria estrutura ética do habitar cultivada há mais de dois séculos no seio da formação do indivíduo e das sociedades modernas (BRANDÃO, 2002, p.12).

Percebemos, então, uma contradição experimentada entre a intenção de se resgatar a arquitetura coletiva e o destaque da personalidade do artista exteriorizada em sua obra – a circulação da mercadoria determinada pelo valor de troca e não pelo uso social.

2.4. *O conceito tectônico pela visão de Semper*

A arte ou ciência de edificar ou construir diz respeito ao *tectônico*, segundo o Dicionário Houaiss (2005). Através de sua etimologia, compreendemos que *tectônico* vem do grego *tektoniké* (téchne), significando “a arte de construir edifícios”, sendo uma derivação de *tekton*, carpinteiro ou construtor.

Frampton (1996) faz uso do termo *tectônico*, como pilar de suas discussões sobre os propósitos estilísticos ou cenográficos das edificações modernas. Suas investigações revelam a possibilidade da construção de uma base conceitual que alimente o debate sobre o

posicionamento dos arquitetos frente ao movimento que prevalece em direção ao ‘consumo da arquitetura’, resultante da apropriação da técnica pela especulação, da valorização do sucesso artístico, do detrimento do trabalho e da substituição da criatividade pela mecanicidade. Assim, para olhar a edificação, propomos entender o uso do termo *tectônico*.

Na língua inglesa, a palavra *tectonic* é publicada, segundo Frampton (1996), em um glossário em 1656, significando “pertencente à construção”, quase um século depois da palavra *architect*, em 1563. Na Alemanha, a palavra está presente no estudo de K. O. Muller, *Handbouch der Arhaologie der Kunst*, 1850, servindo de influência ao sentido moderno de *tectônico* expresso nos ensaios de Karl Bottischer – *Die Tektonik der Hellenen*⁶, em 1843-52, e de Gottfried Semper (1803-1879) – *Die vier Elemente der Baukunst*, em 1851, e *Der Stil in den technischen und tektonischen Künsten, oder Praktische Aesthetik*, publicado em dois volumes, entre 1860-63⁷.

Através da história cronológica do termo *tectônico*, Frampton (1996) identifica três condições distintas no estudo da edificação urbana:

- (1) como objeto tecnológico que nasce como resposta a uma condição dada, isto é, o elemento construtivo em si;
- (2) como objeto cenográfico que é usado para representar um elemento mítico faltoso, abstrato ou escondido;
- (3) como objeto tectônico que sintetiza ambas as maneiras ontológica e representacional de um objeto complexo.

Segundo Frampton (1996), Semper foi o responsável pelo construto antropológico do conceito *tectônico* para a Arquitetura⁸. Sendo assim, interessa-nos a análise do *objeto tectônico*, a ser iluminado pelo seu ponto de vista.

⁶ Título em inglês: *The tectonic of the Hellenes*.

⁷ Títulos em inglês, respectivamente: *The four elements of architecture* e *Style in the technical and tectonic arts or practical aesthetic*.

⁸ O livro original de Semper - *The four elements of architecture* – foi publicado pela MIT Press, em 1989, mas encontra-se esgotado. No Brasil, há um único exemplar na biblioteca da USP/MAC que não o disponibiliza para empréstimo. Sendo assim, optamos pela leitura do livro [HERRMANN, Wolfgang. *Gottfried Semper: in search of architecture*. Cambridge: MIT Press, 1984]. Além de ser um ensaio sobre Semper, apresenta textos originais do autor.

Essa construção conceitual apóia-se, inicialmente, na insatisfação de Semper frente às edificações modernas de seu tempo, século XIX, que as considerava ‘velhas e desagradáveis’, marcadas pela ‘pobreza, secura, rigidez e falta de caráter’ (*apud* HERRMANN, 1984). O principal incômodo de Semper era expresso pela sua constante pergunta sobre a causa do declínio da Arquitetura e as circunstâncias especiais que, em seu tempo, tornavam tão difícil para os arquitetos criarem edificações de igual qualidade daquelas do passado. Para o arquiteto, a fragmentação das artes (pintura, escultura, poesia, música, dança, etc.) e a independência da Arquitetura, ocorridas no Renascimento, eclipsaram os significados sociais e simbólicos da edificação.

Essa realidade alimentou Semper para a proposição de uma nova maneira de se ler (e de se fazer) a edificação moderna. Por meio de quatro elementos construtivos – *hearth*, *mound*, *roof* (telhado), *enclosing membrane* (membrana envoltória)⁹, resgatados na investigação sobre a projeção de espaços de ancestrais primitivos, gregos, egípcios e romanos, o arquiteto reconhece as conotações sociais e simbólicas dos espaços. Semper passa a ver a edificação como produto de uma arte cósmica e não plástica.

A origem do *hearth* está ligada ao sentido de embrião, em referência aos homens que se reuniam em volta do fogo para se manterem secos e aquecidos ou prepararem a comida. O *hearth* é o núcleo de todas as instituições sociais, afirma Semper (1984b), tornando-se, ao longo dos tempos, um símbolo moral, relacionado, então, à união do lar, da família e das nações. Para Semper (1984b), estar em volta do *hearth* – a lareira ou o altar, representa viver o nexos espiritual da forma arquitetônica por meio da vida familiar e social. Huchet (2005, p.180) coloca que “o lar encarna a dimensão total questionada”.

Bourdieu (2002a, p.101), em sua análise sobre a casa kabília, Argélia, acentua a importância do fogo: “em todos os ritos nos quais intervém, o fogão e as pedras que o cercam derivam sua eficácia mágica da participação da ordem do fogo, do seco e do calor solar, seja no caso de proteção do mau-olhado, de doença ou de pedir bom tempo”.

A necessidade dos homens de resguardar o *hearth* contra o tempo e contra o ataque de animais e homens hostis, representou a razão primária para que elementos de proteção ou fechamento fossem erguidos à volta da edificação – a membrana envoltória, como uma pele ou revestimento, formando os planos verticais e determinando a forma; o telhado, associado a

⁹ O uso das palavras *hearth* e *mound* é figurativo, representando respectivamente ‘lareira’ ou ‘lar’ e movimento de terra com o objetivo de proteção. Por isso, optamos em não traduzir os termos. Huchet (2005) traduz os quatro elementos como lar, plataforma, recinto e teto.

uma estrutura e compondo o plano horizontal superior; e o *mound*, ou trabalho de terra, relativo ao plano horizontal inferior que sustenta os outros elementos. No centro, permanece, então, o centro espiritual do todo, o núcleo social (SEMPER, 1984b).

Dessa forma, percebemos, claramente, a aproximação do núcleo social, o *hearth*, com a edificação como espaço que faz sentido para aquele que o vivencia, o experimenta e se reconhece no mundo. A visão de Semper ressalta “a dimensão antropológica da disposição dos elementos arquitetônicos com suas significações originárias, em detrimento do aspecto circunstancial caracterizado pelo sistema construtivo e suas justificativas funcionais” (HUCHET, 2005, p.182).

Influenciado pela linguística de sua época, Semper preocupou-se, de uma forma explícita, com a etimologia da palavra: *hearth* deriva do verbo latino *aedificare* que deu origem à palavra inglesa *edifice*, significando literalmente *to make a hearth* – fazer um lar, latentes em si o aspecto da permanência. As conotações institucionais de ambas as palavras *hearth* e *edifice* são sugeridas pelo verbo *to edify* que significa educar, instruir.

Os conceitos teóricos de Semper carregam, para Frampton (1996), a ruptura da fórmula ‘*utilitas, firmitas e venustas*’ (utilidade, estabilidade e beleza) do arquiteto romano Vitruvius (84-14 D.C.) que serviu à Arquitetura por quatrocentos anos. Para Huchet (2005, p.183) significam “a valorização do corpo arquitetônico como instância sensível”. Os quatro elementos da Arquitetura são, para Semper (1984c), a manifestação do instinto cósmico traduzido pela arte que toma a natureza como modelo – a *tectônica*. Este instinto permite ao homem criar edificações de forma natural, como se a natureza as tivesse produzido. A arte de se construir edificações passa a ser criativa e não mais imitativa. A perfeição geométrica, preconizada pela racionalidade, passa a ser complementada pelas possibilidades sociais e qualidades simbólicas.

Nessa pesquisa, a edificação urbana abraça esse modo de pensar, referindo-se não às atividades artísticas, intenções estéticas e desenhos estilísticos, mas às conotações sociais e culturais desveladas por Semper. A edificação urbana passa a existir como *objeto tectônico* que é função das interações sociais e das ações culturais, sendo estas determinantes do *meio (medium) técnico-científico-informacional*. O resgate do sentido *tectônico* do espaço permite-nos entender, do ponto de vista social e cultural, como os sujeitos constroem o *fato histórico*.

CAPÍTULO 3

A ABORDAGEM SÓCIO-CULTURAL DA INFORMAÇÃO

Sabemos que o campo da Ciência da Informação hoje permeia a expressão conceitual legitimada em sua produção científica e acadêmica e a configuração necessária para a sua sustentação envolvendo a gênese, a natureza e a especificidade de seu objeto. Neste cenário, a informação tem sido abordada como um fenômeno de caráter interdisciplinar analisado por várias áreas – Comunicação, Economia, Computação, Sociologia, Psicologia, Linguística, Filosofia, Administração, Estatística, Engenharia, Educação, História e outras, com influências teóricas para a Ciência da Informação.

Ørom (2000) explicita que as mudanças na concepção da estrutura e do conteúdo da Ciência da Informação têm sido determinadas pelas transformações nas funções sociais das instituições informacionais e na produção e comunicação do conhecimento, além das teorias de outras disciplinas ou as interdisciplinares.

Essas diversas possibilidades disciplinares de como olhar a *informação* tornaram-se imensas e têm desencadeado investigações acadêmicas sobre como aprimorar processos organizacionais, disseminar materiais informáticos, construir políticas de informação, sistematizar a informação técnica e científica, melhorar a transmissão e armazenamento de dados, analisar, organizar, recuperar e disseminar os documentos de forma mais eficaz, entender a informação no ambiente econômico, político e tecnológico.

Fazer compreender o que seja o fenômeno *informação* talvez seja uma das tarefas mais obscuras frente aos desafios impostos à Ciência da Informação. Pesquisadores da área têm examinado inúmeros aspectos do termo *informação*, atestando sua polissemia¹⁰ através do tempo e do espaço, e induzindo a um entendimento universal de que *tudo* seja informação a ser consumida por todos.

Entretanto, se o conceito de informação na Ciência da Informação é importante, este deve estar ancorado por um ponto de vista teórico que possa estabelecer princípios do que seja

¹⁰ Araújo (1995) afirma que há mais de 400 definições e conceitos utilizados por pesquisadores de diferentes áreas e culturas para caracterizar o fenômeno informação.

informação e como investigá-la. É este o nosso interesse investigativo: como olhar a *informação*?

Nossa estratégia será distanciar de uma revisão de literatura conceitual dos autores contemporâneos da área – Taylor, Borko, Wersig, Saracevic, Belkin, Shera, etc., e entranhar por uma breve análise da evolução das investigações científicas da Ciência da Informação, completando-a com as formulações feitas por Birger Hjørland no que diz respeito ao conceito de informação atrelada às abordagens teóricas da Ciência da Informação.

3.1. *A questão da informação na Ciência da Informação*

As pesquisas sobre como tratar a *informação* partiram:

- (1) do Sistema de Classificação Decimal, do bibliotecário americano Melvil Dewey, criado em 1876;
- (2) do ‘Movimento de Documentação’ institucionalizado pelas ações de Paul Otlet e Henri La Fontaine, na década de 1890;
- (3) dos estudos quantitativos de produção bibliográfica, expostos por E. W. Hulme no *British Patent Office Library*, em 1922 e da distribuição bibliométrica elaborada por Samuel Clement Bradford e J. Lancaster Jones no *Science Museum Library*, em 1934;
- (4) da teoria e prática da classificação explicitadas no livro *The Organization of Knowledge and the System of the Sciences* de Henry E. Bliss, em 1929;
- (5) da aplicação de métodos de pesquisas sociais em estudos sobre bibliotecas publicados por Waples;
- (6) dos sistemas de classificação e leis para bibliotecas, apresentados pelo bibliotecário indiano Shiyali R. Ranganathan (VICKERY, VICKERY, 1987; DIAS, 2002; ROBREDO, 2003).

A validação desses alicerces aconteceu nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, quando instituições americanas – *American Library Association* (1876), *National Association of State Libraries* (1889), *Medical Library Association* (1898) e *American Association of Law Libraries* (1906), surgiram configurando-se como um “movimento integrador e corporativista” (ROBREDO, 2003, p.43), além de determinar sua continuidade, através de outros marcos:

(1) o artigo *As we may think* do engenheiro americano Vannevar Bush¹¹, diretor do *Office of Scientific Research and Development*; escrito em 1939, representou um incentivo aos cientistas que enfrentavam o fim da guerra, convocando os pesquisadores à urgente tarefa de disponibilizar ou facilitar o acesso de todo o estoque de conhecimento adquirido – “um registro, se útil para a ciência, deve ser continuamente acessível, armazenado e, acima de tudo, consultado” (BUSH, 1945, p.4). Sem dúvida, uma percepção da ligação entre a informação e a produção do conhecimento, através de uma abordagem sistêmica propagada pela “Teoria Geral dos Sistemas” do biólogo Ludwig Von Bertalanffy;

(2) a “Teoria Matemática da Comunicação” de Claude E. Shannon e Warren Weaver, em 1948, regida pelo princípio de que o emissor emite a mensagem para o receptor através de um canal de comunicação, independente do contexto;

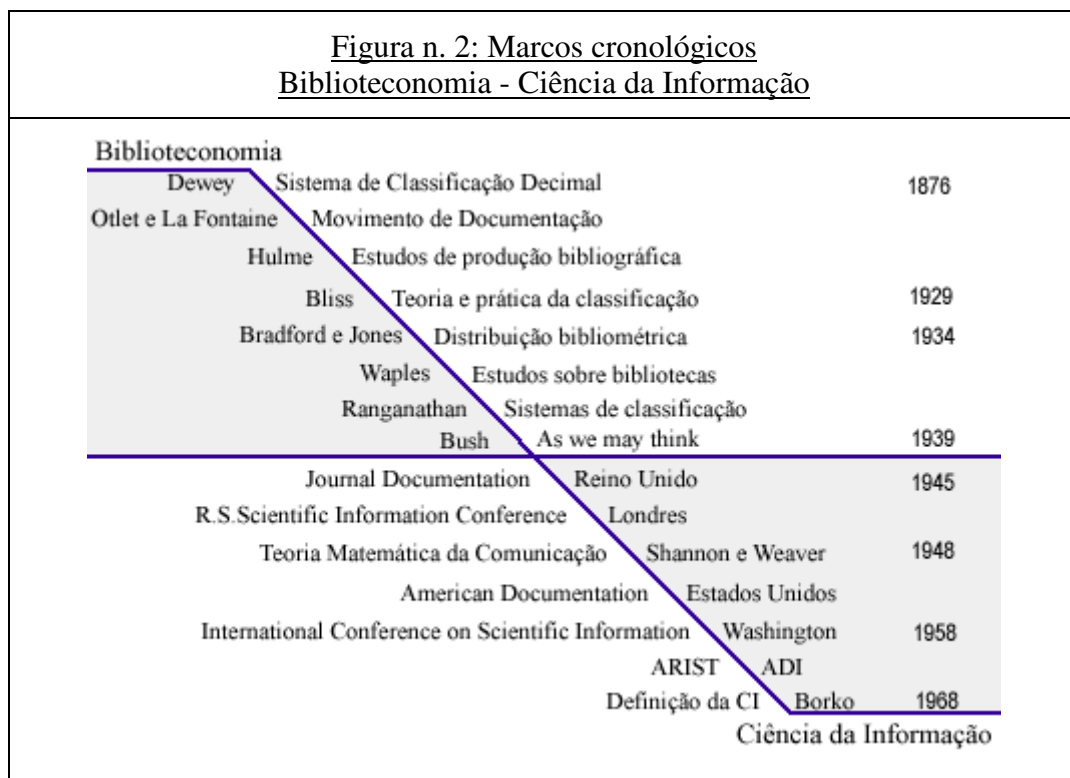
(3) as conferências *Royal Society Scientific Information Conference* (1948), em Londres, proposta pelo *Royal Society Empire Scientific Conference* e a *International Conference on Scientific Information* (1958), em Washington, organizada pelo *United States National Science Foundation*;

(4) as publicações da área: *Journal of Documentation*, no Reino Unido, em 1945, *American Documentation*, nos Estados Unidos, em 1950, e *Nachrichten für Dokumentation*, na União Soviética, também em 1950. E desde 1966, o *Annual Review of Information Science and Technology* (ARIST), produzido pelo *American Documentation Institute* (ADI), hoje *The American Society for Information Science and Technology* que tem registrado o desenvolvimento da área.

¹¹ Barreto (2002a) considera a publicação do artigo de Bush pelo periódico *Atlantic Monthly*, em Julho de 1945, como o marco fundador da Ciência da Informação.

Inegavelmente, a disciplina da Biblioteconomia, quanto à organização, administração e classificação de documentos, periódicos e base de dados, à conservação de documentos e obras em museus, aos procedimentos de transferência da informação e registro em bibliotecas e centros de documentação, além de estudos quantitativos bibliométricos, foi consolidando-se através desta história. Ao mesmo tempo, possibilitou a evolução da Biblioteconomia especializada, além da Arquivologia e Museologia, potencializando o que viria a ser a Ciência da Informação como expressão de todo o campo de conhecimento (DIAS, 2002). Ørom (2000) afirma que esta evolução significou a transformação das teorias da Biblioteconomia, antes alicerçadas pelos contextos humanístico e social, depois pelas bases científicas.

Desde a célebre definição de Harold Borko, publicada pela *American Documentation* em 1968, inúmeras definições sobre a Ciência da Informação surgiram por vários autores – Hoshovsky e Massey, Klempner, Harmon, Belkin, Brookes, Wersig, Le Coadic, Machlup e Mansfield, Bates, e outros¹². No que se refere às características condutoras da existência da Ciência da Informação como área de conhecimento, concordamos com Saracevic (1999): é uma área interdisciplinar, está inexoravelmente conectada à Tecnologia da Informação (TI) e tem um papel ativo na sociedade de informação.



¹² Para essas definições, consulte ROBREDO (2003).

No Brasil, a Ciência da Informação foi consolidada após a criação do curso de Mestrado em 1970, pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), seguindo os passos da especialização sobre Pesquisa Bibliográfica, criado em 1954. Percebemos, assim, a presença do debate sobre a Biblioteconomia e Documentação até a formação da Ciência da Informação no país.

Mais do que resgatar a evolução cronológica da Ciência da Informação, acreditamos ser necessária a compreensão da inserção das abordagens e teorias do campo da Ciência da Informação, e não propriamente buscar um consenso sobre sua definição. Recorreremos, primeiramente, aos artigos específicos que tratam da evolução das pesquisas realizadas e publicadas na área, desde 1965.

Em artigo sobre a evolução da Ciência da Informação entre 1965-1985, Kalervo Järvelin e Pertti Vakkari (1992) confirmam, através de análise quantitativa de artigos publicados, o grande foco nos problemas de armazenamento e recuperação da informação (26-32%), deixando em segundo plano os tópicos de metodologia (1-8%), busca da informação (6-8%) e comunicação científica (5-7%).

Segundo Brenda Dervin e Michael Nilan (1986), a área da Ciência da Informação apresenta-se, a partir daí, compartimentada em dois paradigmas: (1) o tradicional, onde a informação é objetiva, externa ao usuário e passível de transferência, e o usuário é visto como processador de informação; e (2) o alternativo, onde a informação é algo construído internamente pelos sujeitos, e o usuário é visto como aquele que constrói significado. Dervin e Nilan estimulam o foco das investigações no usuário, isto é, como as pessoas definem suas necessidades em diferentes situações, como apresentam suas necessidades aos sistemas e como fazem uso do que o sistema oferece.

Para Capurro (1992), a teoria dos estados anômalos de conhecimento de Nicholas J. Belkin, apresentados anteriormente em 1982, é a responsável por essa “virada cognitiva” que iniciou a abordagem da relação intrínseca entre o sujeito cognoscente e sua potencialidade de conhecer. A problemática da abordagem sistêmica da informação passa a estar associada às necessidades do sujeito em um determinado ambiente informacional - a “abordagem centrada no usuário”, caracterizada pelas possibilidades de se ver a informação sob a ótica das estruturas cognitivas do emissor da informação, codificadas e transmitidas àquele que procura informação, que entende os códigos, interpreta-os e aprende em função deles (ALLEN, 1996).

Tal abordagem tem sido trabalhada na área de Ciência da Informação, segundo Ferreira (1997), em quatro vertentes:

- (1) “Estado de Conhecimento Anômalo” (*Anomalous State of Knowledge*), por Nicholas J. Belkin, Robert N. Oddy e Helen M. Brooks;
- (2) “Valor Agregado” (*User-Values ou Value- Added*), por Robert Taylor;
- (3) “Processo Construtivista” (*Constructive Process Approach*), de Carol Kuhlthau;
- (4) *Sense-Making*, de Brenda Dervin.

As abordagens de Taylor, Belkin, Oddy, Brooks e Kuhlthau têm contribuído, para Ferreira (1997), na argumentação de conceitos e teorias sobre estudos de usuários, enquanto o mapeamento das necessidades de informação sob a ótica do usuário de Dervin elucidam, de forma mais ampla, a possibilidade do exercício do paradigma alternativo.

Os estudos dedicados ao usuário da informação refletem tentativas de identificar e resumir elementos que influenciam o comportamento do indivíduo, quando demanda, procura e usa a informação. Este mesmo caminho tem sido seguido por Chun W. Choo (1988), baseado nas seguintes premissas:

- (1) a necessidade da informação surge quando o indivíduo reconhece falhas em seu estado de conhecimento e em sua habilidade de dar sentido à sua experiência;
- (2) a procura da informação é um processo no qual o indivíduo, propositadamente, busca informação que possa mudar seu estado de conhecimento;
- (3) o uso da informação ocorre quando o indivíduo seleciona e processa a informação ou mensagem que leva à mudança da sua capacidade de dar sentido à sua experiência e agir ou responder em função do entendimento.

Podemos atestar esta tendência de investigações cognitivas através do artigo de Elizabeth Hewins, publicado em 1990, sobre necessidades e uso da informação baseados na abordagem centrada nos usuários, relacionando-os ao desenho de *sistema*. Mesmo que tenha sido demonstrado pela autora, o aumento de estudos interdisciplinares com a Psicologia e a

Ciência da Computação, além da diversificação de metodologia, fica clara a continuidade de pesquisas sobre os processos cognitivos.

Seguindo pelo entendimento da evolução da área, recorreremos ao artigo de Heidi Julien e Lawrence J. Duggan (2000) que analisam a literatura sobre as necessidades e usos da informação, no período de 1995-98, como extensão de suas investigações do período de 1990-94. Entre as conclusões apresentadas, os autores citam:

- (1) o aumento da interdisciplinaridade, em sua maioria, ligado a reflexões sobre o desenho e uso do sistema. Há uma forte influência teórica das Ciências Sociais (Educação e Comunicação), seguidas da saúde e Psicologia;
- (2) a maioria da literatura encontrada nos artigos da área não é teórica, refletindo o grande número de estudos práticos sobre o desenho e uso do sistema;
- (3) o contínuo crescimento do interesse sobre o desenho de sistema e a cognição do usuário;
- (4) o aumento da combinação de métodos qualitativos e quantitativos, com apresentação de resultados mais coerentes, em função da contribuição das Ciências Sociais.

Mesmo que as abordagens de cada artigo aqui apresentadas, sobre a evolução da área da Ciência da Informação, não tenham sido estabelecidas dentro dos mesmos critérios e objetivos, acreditamos ser importante a compreensão de suas conclusões. Segue um resumo didático do direcionamento destas investigações científicas:

<u>Quadro n. 2: Evolução da área da Ciência da Informação, segundo a análise de artigos científicos publicados</u>		
Período	Autores	Direcionamento das investigações científicas
1965-1985	JÄRVELIN, VAKKARI (1992)	foco nos problemas de armazenamento e recuperação da informação.
1978-1985	DERVIN, NILAN (1986)	mudança de paradigma: do tradicional (a informação é objetiva e o usuário é visto como processador de informação) ao alternativo (a informação é algo construído pelos seres humanos e o usuário é visto como aquele que constrói significados).
1984-1989	HEWINS (1990)	aumento de estudos interdisciplinares versus a continuidade de pesquisas sobre os processos cognitivos.
1990-1998	JULIEN (2000)	progresso das pesquisas sobre desenho de sistema e cognição do usuário, baseados na trilogia da teoria, métodos de pesquisa e interdisciplinaridade, influenciados pelas Ciências Sociais.

Desde a publicação do artigo de V. Bush, acontecimentos têm provocado divergências entre a tradição da Biblioteconomia e o encaminhamento à Ciência da Informação. Entretanto, atestamos ser inegável que a reflexão da informação passou a ser feita como um campo que estuda a “ação mediadora entre informação e conhecimento” acontecida no indivíduo (BARRETO, 2002a, p.5). Assim, entende-se a enorme quantidade de pesquisas direcionadas ao estudo da necessidade e uso da informação por indivíduos ou grupos particulares de pessoas. Choo (1998, p.30) aponta que usuários da informação como cientistas, engenheiros, cidadãos, médicos, pacientes, gerentes, administradores, advogados, estudantes e acadêmicos têm alimentado várias investigações nos últimos cinquenta anos¹³.

Como consequência desta evolução, hoje as pesquisas voltam-se para os sistemas de informação e recuperação da informação, dilatando-se nas investigações sobre o tratamento bibliométrico da informação, as linguagens de indexação, a análise do assunto, as bases de dados documentais, a organização de bibliotecas, as redes de intercâmbio de dados bibliográficos, etc. Os registros, caracterizados como *objetos físicos informativos* (BUCKLAND, 1991) – livros, artigos, manuscritos, fotos, teses e dissertações, filmes e vídeos, etc., sob a dimensão instrumental da informação, passam a ser organizados por sistemas de entrada ou saída e testados posteriormente.

¹³ Algumas pesquisas importantes foram divulgadas no *Annual Review of Information Science and Technology*: Menzel, 1966; Herner e Herner, 1967; Allen, 1969; Lipetz, 1970; Crane, 1971; Lin and Garvey, 1972; Martyn, 1974; Crawford, 1978; Dervin e Nilan, 1986; Hewins, 1990 (Choo, 1998, p. 32).

Além das pesquisas sobre a informação que pode ser organizada, usada e avaliada, claramente herdeiras da Biblioteconomia, a mesma é também compreendida como problema de comunicação em uma organização, relacionado às tomadas de decisão – informação gerencial, e aos produtos e processos – informação tecnológica. No que se refere a esta dimensão profissional, estudos e investigações sobre monitoração do ambiente empresarial, inteligência empresarial, informação estratégica, informação e processo decisório, gestão da informação e do conhecimento, indicadores em ciência, tecnologia e inovação estão sendo conduzidos e evidenciados para o mercado de trabalho.

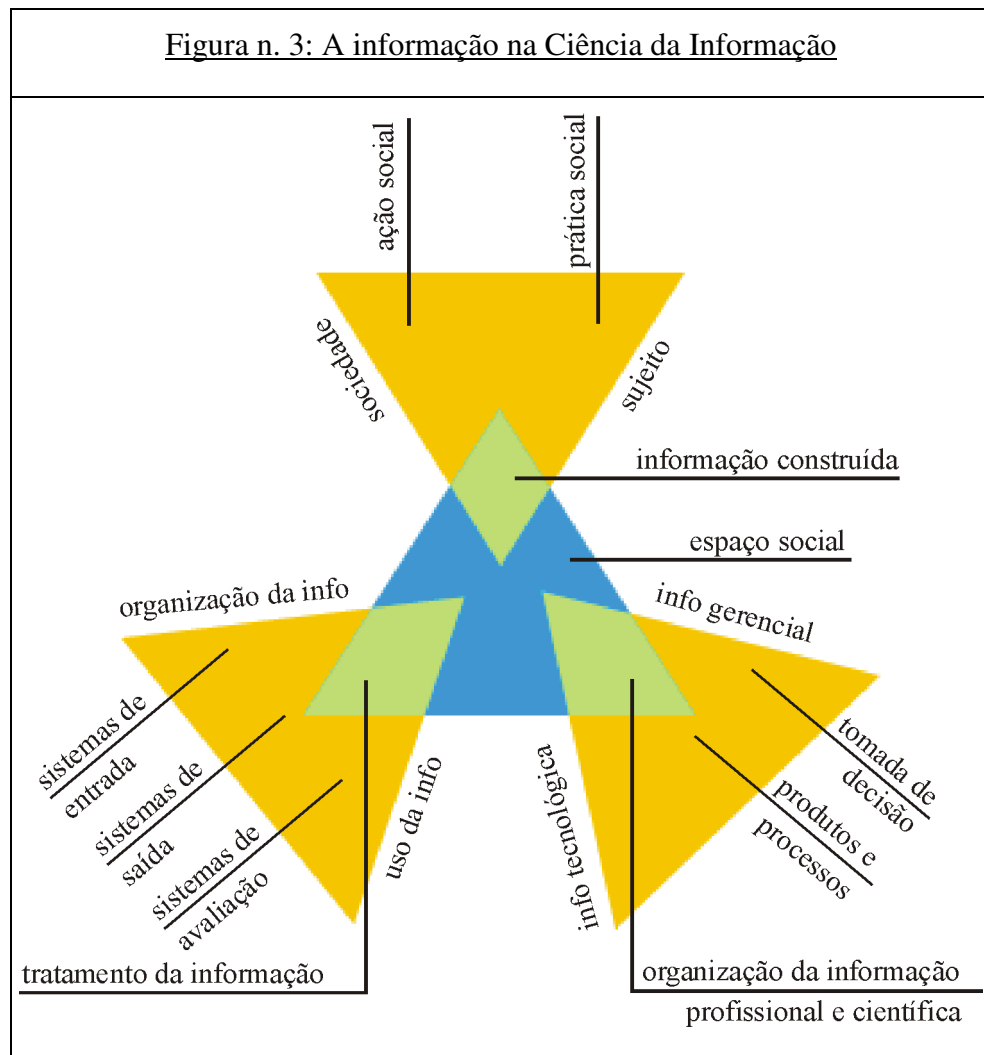
Entretanto, observamos que tanto nas pesquisas sobre organização e uso da informação quanto sobre a informação gerencial e tecnológica, a informação ainda continua sendo intensamente investigada sob o ponto de vista do planejamento e gestão da estrutura dada e do documento registrado, além da articulação de conteúdos. A organização, controle e uso da informação, ou gestão da informação, apresentam-se como problemas ligados tanto à crescente oferta informacional e às novas tecnologias de informação e comunicação – digitalização, internet, motores de busca, bibliotecas virtuais, como também às estruturas de conhecimento ou condições cognitivas de seus receptores e aos fundamentos, questões e resultados da Biblioteconomia, mas sempre sob os auspícios do indivíduo ou grupo que demanda e precisa da informação sistematizada, estruturada ou quantificada.

Percebemos que a informação filosófica, criada ou *construída* pelo sujeito que se relaciona com outros sujeitos, como aquilo que define a prática social, é algo a ser mais profundamente estudado. Miksa (1992) critica a insignificante atenção dada aos aspectos sociais da informação, tanto em termos do contexto dos usuários quanto do próprio sistema. Araújo (1995) atesta que os sistemas não incluem o usuário sob a perspectiva social, apesar de seu reconhecido valor, entre outros, na inovação, como agente catalisador de novas idéias na pesquisa, bem como seu caráter estratégico no setor produtivo e na sociedade como um todo. Saracevic (1999) afirma que poucos estudos têm apresentado a integração entre as manifestações e comportamentos do fenômeno ‘informação’ (análise da informação) e a implementação, comportamentos e efeitos das interfaces (recuperação da informação), dentro de uma dimensão social além da tecnológica.

Jacob e Shaw (1998) recomendam que as pesquisas da área aumentem os esforços para maior interação entre o usuário e as estruturas de representação da informação e os alicerces sociais do conhecimento e suas estratégias metodológicas. Ørom (2000) afirma que o entendimento dos contextos histórico e social é relevante para a Ciência da Informação

porque o objeto de pesquisa do campo está sujeito às mudanças históricas e é diretamente afetado pelas diferentes possibilidades do desenvolvimento social.

A figura abaixo demonstra as possibilidades de se olhar a informação, dentro do campo de pesquisa da Ciência da Informação:



A partir do exposto até aqui, estabeleceremos nossas considerações que ajudarão a compreender melhor a relação das abordagens teóricas na Ciência da Informação e esta proposta.

3.2. Olhando a informação

Conceitos-chave na ontologia e epistemologia da palavra informação foram determinados, segundo Capurro e Hjørland (2003), desde as traduções de várias palavras gregas em *informatio* ou *informo*. Para os autores, a transição do uso do conceito de informação da Idade Média para a Modernidade, de “dar uma forma substancial à matéria” para “comunicar alguma coisa a alguém”, foi determinada pela ‘doutrina de idéias’ de Descartes que colocou o pensamento como um processo funcional, capaz de operar em uma parte do cérebro – “penso, logo existo” (*cogito, ergo sum*).

Esta premissa cartesiana fomentou desde a “Teoria Matemática da Comunicação” de Shannon e Weaver, até a exploração do conceito informação, proposta por Michael K. Buckland (1991) em seus três aspectos: (1) informação-como-processo, isto é, o ato de informar; (2) informação-como-conhecimento, sendo o conhecimento comunicado e (3) informação-como-coisa, funcionando como atributo para objetos, dados ou documentos.

Shannon e Weaver não asseguram a construção do saber pela quantificação da informação, assim como Buckland atrela sua proposta às premissas de se medir e processar a informação, o tangível, ou representar o conhecimento e estar informado, o intangível. Estes quadros conceituais, auxiliados pelas teorias e técnicas da biblioteconomia frente à eficácia da seleção, coleta, armazenagem, representação, identificação, localização e acesso físico de dados, textos, documentos e objetos, fundamentam o pensamento dos que estudam, desenvolvem e desenham sistemas de informação, armazenagem e sistemas de recuperação de dados, tendo a informação como objeto físico passível de quantificação, padronização, classificação, controle e certificação. Mas, não a *informação construída* como prática social.

Sendo assim, é necessário concordar com Capurro e Hjørland (2003) quando afirmam que o significado epistemológico da palavra informação foi transformado pela Modernidade em uma propriedade do homem. Seus sinais e símbolos, sendo algo objetivo, foram considerados pelos racionalistas como algo a ser estocado e processado – o pequeno passo para se ver a informação como mercadoria ou algo a ser vendido. O significado epistemológico da informação, como ‘instruir’ e ‘providenciar conhecimento’ – *to instruct* e *to furnish with knowledge*, tem prevalecido no lugar do significado ontológico de dar forma a alguma coisa – *giving form to something* (CAPURRO, 1992).

Igualmente, vale analisar, ainda que brevemente, a palavra documento. Derivada do latim *docere* que significa ensinar ou informar, mais o sufixo *-ment* que significa ferramenta, o termo documento, originalmente, significa uma ferramenta para ensinar ou informar, não importando ser uma palestra, uma experiência ou um texto, mas, necessariamente, o seu potencial informativo. A limitação da palavra, significando ‘objetos que carregam texto’, veio mais tarde (HJØRLAND, 1997).

Ora, se a informação não é apenas uma ‘coisa’ a ser fisicamente observada, e sim historicamente construída, pois é ela que ‘dá forma a alguma coisa’, podemos concluir que os sujeitos criam mecanismos informacionais (percepção, memória, imagem, etc.) para reconhecer, interpretar e transmitir significados. Ou seja, agir. Como resultado, entendemos a informação, renascida do seu sentido ontológico, apenas se inserida dentro de seu contexto cultural e social e não apenas causal ou natural.

O resgate do sentido ontológico dos conceitos de informação, como possibilidade no sentido amplo de “ser capaz de criar ou ‘in-formar’ novos contextos de significado”, e de documento, como ferramenta de informação, implica em entender que estamos não apenas imersos no contexto da comunicação ou da estrutura da comunicação, mas muito mais além de um horizonte aberto de alternativas, como sugere Capurro (1996).

3.3. *As abordagens teóricas da Ciência da Informação*

A literatura na Ciência da Informação não nega a escassez da investigação teórica apresentada em seus trabalhos acadêmicos durante todas essas décadas. Não existem fundações teóricas, atestou Brookes, em 1980 (p.125); não temos expectativas de encontrar muitas teorias nas suas fronteiras disciplinares, afirmaram Boyce e Kraft (1985, p.155). González de Gómez (2000) coloca que, desde as suas primeiras manifestações, a Ciência da Informação apresentava-se como conjunto de saberes agregados por questões e não por teorias. Compartilhamos destas constatações, mas é preciso reconhecer que há caminhos de pensamento traçados pela forma que a problemática da informação tem sido abordada.

Em suas investigações, Ørom (2000) conclui que a evolução da Ciência da Informação, a partir da Biblioteconomia, é caracterizada pelas alterações conceituais em seu objeto de pesquisa, estrutura, foco e conteúdo determinadas pelas mudanças da história do conhecimento e das necessidades de informação.

Analisemos o encontro da *American Society for Information Science*, em 1993, Ohio. O interesse volta-se, particularmente, para a seção intitulada *Debating different approaches to studying the organization of information*¹⁴, que teve o objetivo de elucidar as distintas abordagens da *informação*, apresentadas como possibilidades do entendimento da organização da informação:

- (1) o paradigma do objeto, através da análise da natureza das informações dos próprios objetos;
- (2) o paradigma cognitivo, por meio do estudo de como as pessoas pensam e, então, de seus padrões de pensamento;
- (3) o paradigma comportamental, pela observação de como as pessoas interagem com fontes potenciais;
- (4) o paradigma da comunicação, através do estudo comunicativo do uso e da busca da informação, examinando como as pessoas elaboram questões e criam respostas a estas questões.

Entretanto, considerando a informação em seus processos de organização e uso, desenho de sistemas e tratamento, agrupam-se estes paradigmas apenas sob dois pontos de vista. Por um lado, atestamos o paradigma físico, enraizado na prática da catalogação e classificação, que exclui o sujeito cognoscente e enfatiza a informação sistêmica e, por outro, o paradigma cognitivo que potencializa os modelos mentais e as operações entre o intelecto do usuário e o sistema. Essa percepção de apenas dois paradigmas é compartilhada por Ellis (1992).

Ørom (2000) amplia as diferenças dos paradigmas físico e cognitivo; o último é interdisciplinar, já que envolve premissas de outras disciplinas como a Psicologia, Matemática

¹⁴ Programa da conferência disponível em <<http://www.lists.ufl.edu/cgi-bin/wa?A2=ind9307&L=z3950iw&F=&S=&P=9464>>. Acesso em Mar. 2004.

e Comunicação, enquanto o primeiro é alicerçado pelas bases de uma única disciplina científica – a Física. Embora, atesta o autor, ambos os paradigmas apresentem o ponto de vista comum do entendimento da comunicação como produção e troca de significados.

Também para Choo (1998) as pesquisas sobre informação têm sido abordadas de forma dualista, podendo ser identificadas pelos seguintes pontos de vista:

- (1) sistemas – a informação como uma entidade externa e objetiva, que tem um conteúdo baseado na realidade própria dependente do indivíduo; cada documento ou registro contém informação “sobre alguma coisa”, e esta pode ser determinada objetivamente;
- (2) usuários – a informação como uma construção subjetiva que é criada internamente em suas cabeças; o usuário reserva o conteúdo objetivo de um documento ou registro dentro de um envelope interpretativo, combinando-se conteúdo mais interpretação, definindo a informação como válida e útil.

É possível perceber que as abordagens apresentam-se como distintamente individualistas, já que focam o usuário ou o sistema e não os aspectos coletivos ou o contexto social no processamento da informação (HJØRLAND, ALBRECHTSEN, 1995; JACOB, SHAW, 1998; ØROM, 2000). Wilson (1993) aponta que poucos pesquisadores têm visto a unidade de estudo da Ciência da Informação como disciplina, domínio, ambiente ou coletividade, mas quase sempre com foco no indivíduo.

A informação, além das estruturas de conhecimento, não pode ser entendida apenas por meio dos atributos formais do objeto, da potencialidade de interpretação do significado, da mecânica do cérebro, da consciência do indivíduo ou dos princípios e padrões de pensamento e comportamento. Corre-se o risco, por um lado, de se focar exageradamente o subjetivismo do usuário ou o atendimento a cada desejo seu específico, e por outro, o da leitura e provisão da informação alienada em relação aos interesses dos usuários (PAIM, NEHMY, GUIMARÃES, 1996).

Parece-nos que a Ciência da Informação tem se preocupado muito mais com a facilitação ou adaptação da comunicação indivíduo-sistema, do que com o entendimento ou explicação de sua prática social. Não há dúvidas que os processos de produção, transferência

e uso das informações são sociais, e, por isso, estão concatenados ao desenvolvimento social que é fruto do crescimento urbano e comercial, da diferenciação de classes, da especialização do trabalho, das inovações tecnológicas, do acesso educacional, do bem-estar social e do entretenimento, no quadro da modernidade ocidental.

Esta postura é compartilhada por González de Gómez (2000, p.6) ao afirmar que “o objeto da Ciência da Informação tem que ser considerado como uma construção de significado de segundo grau a partir das práticas e ações sociais de informação que constituem seu domínio fenomênico”. E também por Marteleto (2002, p.102) quando explicita “a relevância interdisciplinar das teorias sociais na compreensão das questões práticas e teóricas da informação”. A autora continua ressaltando que “informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações de sujeitos vivendo e interagindo na sociedade, e inseridos em determinados espaços e contextos culturais”.

Também Ørom (2000) ressalta: a Ciência da Informação é desafiada pelas mudanças do conhecimento que são socialmente determinadas. Neste cenário, entende-se que as dimensões históricas, culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e políticas são pré-condições para o entendimento da *informação*.

Partimos do tratamento, da captação e da interpretação da informação dentro do movimento dialético entre a sociedade e o sujeito, ou dentro das dimensões, como sugere Cardoso (1996, p.72): (1) a dimensão pessoal da informação manifestada pelo acervo de soluções e interpretações que acumulamos no desenrolar de nossa biografia, através daquilo que experienciamos e que nos fornece pistas para lidarmos com novas experiências; (2) a dimensão coletiva identificada com fragmentos do conhecimento produzido desde que o mundo é mundo, ou seja, as sistematizações e interpretações de experiências disponibilizadas socialmente, ainda que não se possa deixar de destacar que tal disponibilização ocorre diversamente entre os indivíduos em função dos diferentes lugares que ocupam na estrutura social.

Assim, a informação deve ser constituída como problema da sociedade, configurado como um fenômeno da ordem cultural e da humanidade. Este olhar sobre o campo da Ciência da Informação é desvelado por Barreto (2002b, p.49) quando coloca a informação como aquilo que “[...] se qualifica como um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social, pois sintoniza o homem com a memória de seu passado e com as perspectivas de seu futuro”.

Se assim é, faz-se necessário aprofundar na investigação que incorpore o significado ontológico da informação de *dar forma a alguma coisa*, vinculado ao seu potencial informativo dentro de seu contexto social e cultural e não às suas características permanentes ou inerentes. Como sugere Hjørland e Albrechtsen (1995), ancorar-se teoricamente para construir princípios que otimizem as práticas sociais de natureza informativa. Ou em outras palavras, assumir a inserção da Ciência da Informação nas Ciências Sociais já que o objeto de pesquisa – a informação, é socialmente produzida, transferida e usada.

3.4. *O olhar sociologizado de Hjørland*

A teoria proposta por Birger Hjørland¹⁵, vista como a alternativa mais prolífica para a reorientação da Ciência da Informação (ØROM, 2000), prioriza o entendimento da informação a partir do paradigma social. Hjørland (1995, 1997) propõe a análise de domínio (*domain analysis*) como abordagem à Ciência da Informação que enfatiza as dimensões social, histórica e cultural da informação.

Embora Hjørland tenha sido o primeiro a formular um ponto de vista explícito da análise de domínio, Jesse H. Shera (1971) já considerava a informação como determinada pelo contexto social e cultural. Percebe-se que essa passagem permaneceu aberta na Ciência da Informação à espera de que sua faceta essencial e fundamental de ciência social fosse assumida. Para Shera (1971): o estudo da informação devia estar baseado na trindade: (1) do atomismo, significando a operação tecnológica; (2) do conteúdo, sendo aquilo que é transmitido; e (3) do contexto, como o ambiente social e cultural, que define as características dos dois primeiros aspectos.

A análise de domínio é um contraponto das abordagens do cognitivismo e dos sistemas de informação que se voltam aos processos psicológicos e tecnológicos, respectivamente, sumarizadas no quadro a seguir.

¹⁵ Proposta presente no trabalho conjunto com Hanne Albrechtsen (1995).

<u>Quadro n. 3: Abordagens da Ciência da Informação</u>			
Paradigmas	Abordagem	Processos	O olhar
Cognitivo	Indivíduo	Psicológicos	Organização e tratamento da informação
Físico	Sistema	Tecnológicos	
Social	Domínio	Sociais e culturais	Informação construída

Hjørland (1995, 1997) expõe sua teoria afirmando, primeiramente, que a unidade de análise da Ciência da Informação é formada pelos campos coletivos de conhecimento ou domínios de conhecimento concernentes às suas *comunidades discursivas* (*discourse communities*). Estas comunidades não são entidades autônomas, mas distintas construções sociais compreendidas por indivíduos sincronizados em pensamento, linguagem e conhecimento, e constituintes da sociedade moderna. Naturalmente, concatenadas às dimensões culturais e sociais.

Uma *comunidade discursiva* é identificada por Hjørland (1997) como científica, acadêmica ou profissional, com estruturas de comunicação e publicação, tipos de documentos, terminologia específica e estruturas informacionais únicos; estas, com estrutura e organização do conhecimento, padrões de cooperação, formas de linguagem e comunicação, sistemas de informação, literatura e sua distribuição e critérios de relevância. Hjørland (2002) afirma que, neste cenário, não se pode tratar todos os domínios de conhecimento como se fossem fundamentalmente similares; e que uma abordagem teórica da Ciência da Informação deve considerar essas diferentes *comunidades discursivas*.

Swales (1990) propõe a identificação de uma comunidade discursiva a partir de seis características:

- (1) objetivos comuns: uma comunidade discursiva tem um conjunto combinado de metas compartilhadas, podendo se apresentar em documentos ou em conhecimento tácito;
- (2) mecanismos participativos: uma comunidade discursiva tem formas de intercomunicação entre os membros, seja por encontros, correspondência, newsletter ou simples conversas;

- (3) troca de informação: a comunidade discursiva usa mecanismos para prover informação com propósitos definidos como, por exemplo, melhorar *performance*, fazer dinheiro, aumentar a capacidade produtiva;
- (4) estilos específicos: uma comunidade discursiva usa e possui um ou mais estilo de comunicação para atingir seus objetivos, identificados por seus tópicos de discussão, forma, posição de elementos e mensagens;
- (5) terminologia especializada: uma comunidade discursiva tem um vocabulário específico;
- (6) alto nível de especialização: uma comunidade discursiva tem um mínimo de membros com um nível adequado de conteúdo relevante e expertise discursiva.

A *comunidade discursiva* e seus membros reconhecem as estruturas informacionais produzidas já que revelam, neste conjunto de eventos ou propósitos comunicativos, a forma dos moldes de discursos, a influência e restrição de conteúdo, a escolha de estilo e a pretensão da audiência (SWALES, 1990). Uma *comunidade discursiva* é uma comunidade na qual um processo de comunicação organizado e concatenado acontece (ABRAHAMSEN, 2003). Isto significa dizer que as estruturas informacionais pertencem às *comunidades discursivas* e não aos indivíduos que as compõem.

A análise de domínio reconhece que as *comunidades discursivas* compõem-se de atores com pontos de vista distintos, estruturas de conhecimento individuais, predisposições, critérios de relevância subjetivos, estilos cognitivos particulares. Mas se fazem presentes no jogo entre as estruturas de domínio e o conhecimento individual e na interação entre o nível individual e social. A história do indivíduo, inserida dentro de uma história coletiva, apresenta suas variáveis e diferenças, e são estas que caracterizam as possibilidades de diferentes percepções, trajetórias, propósitos e apreciações em cada domínio de conhecimento.

As premissas básicas da abordagem da análise de domínio proposto por Hjørland são relacionadas, principalmente, à teoria da atividade dos russos Lev Vygotsky e Alexey Leontiev. Em seu preceito, o conhecimento é visto como resultado da interação do sujeito com o meio, como estrutura criada culturalmente e como produto histórico da atividade

humana ligada, não às mentes dos indivíduos ou ao racionalismo cartesiano, mas, à prática social.

Hjørland (2002) sugere que a análise de domínio seja combinada com os métodos já tradicionais da Ciência da Informação, e assim, possa ser incorporada na formação dos ‘especialistas da informação’. O autor explicita, de maneira não exaustiva ou exclusiva, as onze áreas de pesquisa da Ciência da Informação que podem se beneficiar da abordagem da análise de domínio:

- (1) guias de literatura e portais temáticos – são publicações que listam e descrevem os sistemas de fontes de informação em uma ou mais áreas; organizam fontes de informação de um domínio de acordo com os tipos e funções abrangidas. Esses guias enfatizam as descrições idiográficas das fontes de informação e das descrições de como as fontes se complementam, dentro de uma perspectiva sistêmica;
- (2) classificações e thesaurus especiais (especialmente as abordagens de classificação facetada) – são vocabulários específicos e estruturas lógicas de categorias e conceitos de um documento ou domínio, assim como as relações semânticas entre os conceitos;
- (3) especialidades da indexação e recuperação – organizam simples documentos ou coleções de maneira a otimizar a capacidade de recuperação e visibilidade de seus específicos ‘potenciais epistemológicos’;
- (4) estudos empíricos de usuários – são estudos de domínios de acordo com as preferências, comportamentos ou modelos mentais de seus usuários;
- (5) estudos bibliométricos – são padrões sociológicos explícitos entre documentos individuais;
- (6) estudos históricos – relacionam as influências mútuas entre a história do domínio ou assunto com tradições, paradigmas, assim como documentos, categorias, sistemas de comunicação e formas de expressão;
- (7) estudos do gênero e sobre documentos – revelam a organização e a estrutura de diferentes tipos de documentos em um domínio;
- (8) estudos críticos e epistemológicos – organizam o conhecimento de um domínio em ‘paradigmas’ de acordo com suas suposições básicas sobre conhecimento e realidade;

(9) estudos terminológicos, linguagens para propósitos especiais e estudos do discurso – palavras, textos e expressões em um domínio de acordo com a semântica e critérios pragmáticos;

(10) estudos de estruturas e instituições em comunicações científicas organizam os principais atores e instituições de acordo com a divisão interna do trabalho em um domínio;

(11) a cognição científica e a inteligência artificial provêm modelos mentais de um domínio ou métodos de descoberta do conhecimento para produzir sistemas peritos.

Essas áreas de investigação são vistas por Hjørland (2002) como possibilidades da Ciência da Informação prover melhores contatos e trocas interdisciplinares entre áreas, como por exemplo, Sociologia, Lingüística e Filosofia. O autor também recomenda que outras novas linhas, além das onze propostas, sejam desenvolvidas, o que significaria um fortalecimento da Ciência da Informação em geral.

Outros campos do conhecimento, como a Educação, Biologia, Computação e Psicologia, têm aplicado a análise de domínio. Como exemplo, temos a análise de textos desenvolvida pela lingüística, que passa a estar atrelada às suas fontes sociais, culturais e históricas, em uma relação dialética entre a comunidade e seus membros, isto é, entre a linguagem e a disciplina específica – o que precisa ser dito depende não mais das intenções de quem escreve, mas da reciprocidade entre o autor e leitor mediada pelo texto.

Ao considerar as abordagens da Ciência da Informação é importante distinguir os diferentes níveis de questionamento: holísticas ou atomísticas, individuais ou sociais, subjetivas ou objetivas, formalistas ou determinadas por conteúdo, históricas ou situacionais, simbólicas ou conexionistas, dinâmicas ou estáticas, etc (HJØRLAND, 1997). Mas, a investigação de domínios, grupos de trabalho, disciplinas ou *comunidades discursivas*, ao contrário das estruturas de conhecimento individuais, permite-nos colocar a hipótese de que, assim, a aproximação da Ciência da Informação com as Ciências Sociais é possível.

Para Capurro (2003), a conseqüência prática desse paradigma é o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma cognitivo e o físico.

Hjørland (1995, 1997) também explicita as conseqüências metodológicas para a Ciência da Informação: os paradigmas da área têm sido dominados por um individualismo metodológico onde o conhecimento é visto como um estado mental subjetivo do indivíduo, oposto ao coletivismo metodológico, que o tem como processo cultural, social e histórico. Para alcançar esse coletivismo metodológico, o ponto de partida é o entendimento de determinada disciplina, ambiente ou domínio de conhecimento.

Nossa hipótese é que o modo de agir dos sujeitos de natureza informativa que dá identidade a um domínio de conhecimento, definido nesta pesquisa como *prática informacional*, é constituído de *informação construída* pelas estruturas informacionais pertencentes às *comunidades discursivas* e resultantes da interação do sujeito com o meio.

Esta possibilidade de se olhar a ‘informação’ significa a mudança da unidade de estudo de um fenômeno físico da informação como ‘coisa’ ou ‘estado mental de idéias e opiniões’ do indivíduo, para um fenômeno social de informação coletiva, estruturas de conhecimento e instituições de memória das *comunidades discursivas*.

O resgate das origens ontológicas do conceito informação – dar forma a alguma coisa, e documento – ferramenta para informar, permite-nos entender o processo dinâmico de (in-) formação – a *essência* do objeto. O que foi até aqui exposto orienta-nos para o entendimento da informação pelo olhar *sociologizado* de Hjørland, onde temos que o estudo das *estruturas informacionais* pertencentes às *comunidades discursivas* de um domínio de conhecimento organizam as *práticas informacionais* construídas historicamente, culturalmente e socialmente.

É a possibilidade de provocar a produção de um outro conhecimento, não linear, mas circular, que valorize as inter-relações culturais, ambientais, sociais, econômicas e políticas construídas para enfrentar de forma mais coerente e atuante os desafios atuais da sociedade.

CAPÍTULO 4

OS CONCEITOS SOCIOLÓGICOS DE BOURDIEU

Acatando o olhar sociologizado de Hjørland sobre a *informação* e entendendo-a como *construída* historicamente, culturalmente e socialmente, recorreremos à visão de Pierre Bourdieu para explicar as condições sociais de sua produção.

Na construção de seus conceitos, Bourdieu apóia-se nos conhecimentos trazidos tanto das teorias objetivistas de Durkheim, que “estruturam as práticas e as representações das práticas”, das subjetivistas de Weber, que “explicitam a verdade da experiência primeira do mundo social”, quanto pelo pensamento marxista, “a sociedade nos é dada enquanto fenômeno social total” (ORTIZ, 1983; BOURDIEU, 1983).

Talvez o mais importante seja dizer que o diálogo crítico instaurado pelo sociólogo ultrapassa os limites das três vertentes, denominado *conhecimento praxiológico*, conformando a mediação entre a ação e a estrutura, a teoria e a prática, o homem e a história, o agente social e a sociedade. Para Giddens (1997), esta mediação reencontrada pode direcionar melhor o entendimento dos dilemas sociológicos ainda em contínua controvérsia ou disputa pelas abordagens teóricas da Sociologia – a ação e a estrutura social, consenso e conflito na sociedade, o gênero na análise sociológica e o desenvolvimento social moderno.

O *conhecimento praxiológico* tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas, mas também “[...] as relações dialéticas entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las” (BOURDIEU, 1983, p. 47). Bourdieu não vê o conhecimento do ponto de vista epistemológico (origem, natureza e limites), mas para que ele serve.

Assim como Hjørland vale-se da necessidade de investigar a informação sob a perspectiva sócio-cultural das *comunidades discursivas* para o entendimento de sua produção, transferência e uso, Bourdieu ampara-se na constituição das estruturas sociais e da produção cultural para a compreensão de como e porque os indivíduos agem e *constroem* o mundo.

4.1. *Habitus, capital e campo*

A compreensão das estruturas constitutivas do meio social permite não só o reconhecimento do espaço social ocupado pelo sujeito, mas do modo de ser do homem em relação a si próprio, ao outro e ao mundo. Essa noção aristotélica do *ethos* é retomada por Bourdieu (1996a) quando usa o conceito de *habitus*: “um princípio gerador e unificador” para explicar o conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens e de práticas da sociedade.

Como vimos, o termo *habitus* foi usado previamente por Panofsky (1991), em sua obra *Arquitetura gótica e a escolástica*, como base para o entendimento da “unidade significativa genuína” da época (a “unidade real de espírito”, formulada por Hauser, 1980) e da uniformização das diversidades individuais expressas na arquitetura gótica. O autor afirma que a escolástica monopolizou a formação intelectual cunhando um hábito mental (*mental habit*) que influenciava o ensino e as letras, e também a Arquitetura. Ao absorver o hábito mental da época, os arquitetos se transformaram eles próprios em escolastas.

Isso não quer dizer que, para Panofsky (1991), as formas da arquitetura gótica tenham sido transpostas ou derivadas mecanicamente deste *habitus*; para o autor a evolução do estilo e o manejo formal é que foram influenciados pelos esquemas de pensamento escolásticos, derivados pela Igreja.

[O arquiteto] “que criava a forma de um edifício sem intervenção manual própria”, podia empregar, e efetivamente empregava em sua função de arquiteto, um modo especial de procedimento, modo esse que tinha de ser assimilado imediatamente pelo leigo assim que ele entrasse em contato com as idéias dos escolásticos. Tal procedimento resulta, como qualquer *modus operandi*, de um *modus essendi*; resulta da *raison d’être* última da escolástica em sua fase inicial e do apogeu, isto é, a demonstração da unicidade da verdade (PANOFSKY, 1991, p.18).

Para Panofsky (1991), o hábito mental é a relação causa e efeito entre artistas e conselheiros escolásticos, ocorrida através de um processo genérico, e não por influências diretas de indivíduos. O *habitus* constitui os sujeitos, e estes conformam o *habitus*.

Bourdieu reinterpreta o conceito de *mental habit* perpassando pela evidência das capacidades inventivas dos sujeitos, definindo-o como “o que faz o criador participar da coletividade de sua época” (BOURDIEU, 1999).

O sociólogo inicia o uso do conceito *habitus*, a partir de suas análises sobre o ato de comunicação e troca de dons da sociedade Kabília, Argélia, publicadas em seu artigo *Senso de honra*¹⁶, quando o explicita como uma disposição cultivada, “que permite a cada agente engendrar, a partir de um pequeno número de princípios implícitos, todas as condutas adequadas às regras da lógica do desafio e da resposta” (BOURDIEU, 2002b, p.72).

Habitus é o que está no ator, no sujeito, na linguagem, na biografia cultural e na história individual, conformada, essencialmente, pela sua trajetória social dentro da família e de seu sistema de valores (*habitus* primário) e pela herança cultural e formação educacional da escola (*habitus* secundário).

Wacquant (2002) entende o *habitus* como “um conjunto de desejos, vontades e habilidades, socialmente constituídas, que são ao mesmo tempo cognitivas, emotivas, estéticas e éticas”. Assim, as experiências espaciais e temporais dos sujeitos derivam de suas percepções, apreciações, atitudes e ações geradas por um sistema de disposições sociais compartilhadas e estruturas cognitivas. Quando muda a posição de uma pessoa ou grupo dentro da sociedade, mudam também as suas relações sociais e o espaço social.

O *habitus* é sistema de disposições duráveis, estruturadas, mas, também, estruturantes, constituído na prática e orientado para a prática (BOURDIEU, 1983). Bourdieu (1991) define a *prática* como lugar da dialética entre o *opus operatum*, que abriga os traços estruturais da sociedade, e o *modus operandi*, as estratégias que o indivíduo usa para agir. Assim, a estrutura que o *habitus* produz, governa a prática, e suas condições de produção garantem a conformidade e reprodução da prática no tempo e com o tempo.

O fato de o *habitus* assegurar a presença ativa de experiências passadas formadas por princípios de percepção, pensamento e ação, demonstra este ser produto da história. Embora, também a produza livremente, ainda que limitada pelas *condições de existência* histórica e socialmente situadas (BOURDIEU, 1991). Em outras palavras, a história é produzida pelo *habitus*, mas limitada por uma situação social, econômica, política, apontada como “estado particular dessa estrutura”.

¹⁶ Texto publicado com o título “The sentiment of honour in Kabyle society”, em *Honour and Shame*, ed. J. G. Peristiany, Chicago: The University of Chicago Press, London: Weidenfeld e Nicholson, 1966.

As condições do exercício do *habitus* geram e organizam práticas e representações que podem estar: (1) objetivamente adaptadas a um fim, mas sem o conhecimento consciente do que seja necessário fazer para alcançá-lo; e (2) objetivamente reguladas e reguladoras, mas sem ser produto de obediência e regras (BOURDIEU, 1991).

Mesmo que as condições institucionais sustentem as leis sociais, Bourdieu defende que, como um sistema de disposições aberto, o *habitus* é mutável, mesmo que durável. Ou seja, as ações humanas podem modificar-se.

Perguntamos, então, como o *habitus* transforma uma sociedade? Bourdieu (1983) explica que a “compreensão” entre os atores sociais só é perfeitamente adequada quando a competência que um dos agentes engaja na sua prática é igual à competência que o outro agente engaja objetivamente na sua percepção. E mais, se faz necessária a associação do mesmo sentido ao mesmo signo (palavra, prática ou obra) e o mesmo signo ao mesmo sentido, incorporados à prática do *habitus*.

Assim, a reestruturação das experiências, práticas e ações dos agentes se dá pelos ajustamentos incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação às situações novas e imprevistas. Quando as condições objetivas da realização não são dadas, o *habitus* pode ser o lugar de forças inventivas e de capacidades criativas que se exprimem no momento em que as condições objetivas se apresentam (BOURDIEU, 1983b).

Para a melhor compreensão da estruturação das experiências, pensamentos e ações dos agentes, passemos à noção de *capital*, tomada de empréstimo das investigações econômicas do *marxismo*. O *habitus*, para Bourdieu, é determinado pelo ‘montante’ de conhecimento do sujeito – o *capital cultural*, constituído pelas relações entre cultura erudita e cultura escolar, e o *social*, constituído pelas relações sociais. Bourdieu (1989b) considera, entretanto, mais do que os diplomas ou a escolaridade dos pais, o nível cultural global da família como mantenedor da relação mais estreita com o êxito escolar da criança e legitimador do sistema de classes.

O *capital*, não só cultural e social, mas também profissional, político, econômico, lingüístico, simbólico, explica a posição do indivíduo no campo dos dominantes (máximo de capital) ou dos dominados (mínimo de capital). Ao acesso às oportunidades de se adquirir *capital* e à capacidade de imposição do *capital* pelos dominantes, Bourdieu dá o nome de *violência simbólica*.

Quando Bourdieu afirma que são os mais ricos em *capital* econômico, cultural e social os primeiros a voltar-se para as posições novas, devemos incluir o *capital* informacional. O *capital*, visto então sob suas diversas formas, constitui trunfos que vão comandar a maneira de jogar e o sucesso no jogo. A posse de *capital* comanda a obtenção de lucros específicos, como o prestígio (BOURDIEU, 1996b).

O principal conceito de Bourdieu, entretanto, é o que se refere ao *campo* – o espaço social estruturado pelo conjunto de ações, representações, interações sociais, forças sociais, atrações ou repulsões que os sujeitos enfrentam. A diversidade da “estrutura particular” de cada sujeito, as práticas individuais e as variáveis que sustentam o *habitus* coletivo alimentam a construção do *campo*.

Assim, o *campo*, como estrutura objetiva, define as condições sociais de produção do *habitus*. Bourdieu (1998, p.160) lembra que “efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico”, mas atrelado à posse das diferentes espécies do *capital* e da estrutura da distribuição das espécies de *capital*, incluindo a distância física de bens ou serviços:

a posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado (aquele do qual se diz que está “sem eira nem beira” ou “sem residência fixa”, que não tem – quase – existência social), e pela posição relativa que suas localizações temporárias (por exemplo os lugares de honra, os lugares regulados pelo protocolo) e sobretudo permanentes (endereço privado e endereço profissional) ocupam em relação às localizações de outros agentes; ela se exprime também no lugar que ocupa (no direito) no espaço através de suas propriedades (casas, apartamentos ou salas, terras para cultivar para explorar, para construir, etc) que são mais ou menos embaraçosos ou, como se diz às vezes, “space consuming” (o consumo mais ou menos ostentatório do espaço é uma das formas por excelência de ostentação do poder).

A capacidade de apropriar-se do espaço depende das condições exigidas de seus ocupantes; não só a *mobilidade espacial*, isto é, o uso do espaço, mas também do *capital* que se possui (BOURDIEU, 1998). A proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de *capital social*. Inversamente, os que não possuem *capital* são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. Vivenciar um espaço físico é, desde a infância, uma prática de reconhecimento do espaço social.

Os benefícios que o espaço objetivado proporciona são resultados de lutas dentro do *campo*: *ganhos de localização*, pelo fato do sujeito estar localizado perto de bens raros e cobiçados (principalmente, equipamentos culturais, educacionais e de saúde); *ganhos de posição de classe*, ganhos simbólicos de distinção ligados à posse de uma propriedade distintiva, segundo as possibilidades de acesso físico (meios de transporte – público ou privado) e temporal; *ganhos de ocupação*, referente à posse de um espaço físico, podendo ser uma forma de manter à distância ou de excluir toda espécie de intrusão indesejável (BOURDIEU, 1998).

Essa maneira de ver o lugar, não mais como espaço físico, mas como extensão da ocupação do sujeito, auxilia na percepção das dimensões e cumplicidades no jogo de relações entre os sujeitos do *campo*, isto é, aqueles que exercem o poder e aqueles que deixam o poder ser exercido – *o poder simbólico*. O *campo* se constitui pela relação de forças entre os sujeitos que o alimentam, conservam ou transformam em função dos interesses frente aos objetos de disputas. “É uma rede de relações objetivas (de dominação ou de subordinação, de complementaridade ou de antagonismo) entre posições. [...] Cada posição é objetivamente definida por sua relação objetiva com outras posições” (BOURDIEU, 1996b, p.261).

Com efeito, o *campo* tende a excluir todas as condutas destinadas a serem negativamente sancionadas porque são incompatíveis com as condições objetivas.

O conceito de *campo* serve para olhar a informação como manifestação social e cultural de sujeitos posicionados pela estrutura e atrelados à posse e à possibilidade de acesso das diferentes formas de *capital*. Assim, auxilia-nos a entender o arquiteto (e a Arquitetura) como parte de um sistema social, e não mais como profissão.

4.2. *O campo cultural e a Arquitetura*

A Arquitetura se insere no *campo cultural*, quando entendemos a cultura como o “conjunto dos artefatos construídos pelos sujeitos em sociedade (palavras, conceitos, técnicas,

regras, linguagens) pelos quais dão sentido, produzem e reproduzem sua vida material e simbólica” (MARTELETO, 1995, p.2).

O *campo cultural* tem sido uma das preocupações de Bourdieu (1999): é nele que valores econômicos, mas principalmente simbólicos, são atribuídos aos temas, às técnicas e aos estilos, distinguindo-os como culturalmente pertinentes, sendo capazes de fazer existir culturalmente os grupos que os produzem. Temos, assim, que o *campo cultural* é um espaço social de conflitos e de concorrência no qual as relações de poder entre grupos se escondem, materializando-se em um jogo de forças pela busca da legitimação do *capital* pertinente ao *campo*.

Essa idéia é igualmente compartilhada por um dos poucos sociólogos da Arquitetura, Garry Stevens (2003). Amparado pelo aparato conceitual de Bourdieu, examina criticamente a prática, o ensino e a evolução da Arquitetura. A partir daqui, acatamos igualmente a visão de Stevens, começando pela análise que o autor faz da cultura: “é uma estrutura estruturante porque, mesmo sendo arbitrária e não podendo refletir a realidade, ajuda a *definir* o que é real”.

Também Sodré (1983, p.106) define a cultura como “[...] o modo de relacionamento humano com seu real”, que tem de lidar com as determinações geradas num dado espaço social e num tempo histórico preciso. Por trás do campo da cultura há um conjunto de tensões estruturais, alimentadas por esse modo social e histórico de funcionamento. Stevens (2003) identifica dois conjuntos de oposições estruturadas – de massa e restrito, ligados à produção dos objetos (edifícios) do campo da Arquitetura:

<u>Quadro n. 4: Campo da Arquitetura e suas oposições, segundo Stevens (2003)</u>	
Subcampo de massa	Subcampo restrito
Mercado de massa	Objetos únicos
Projetistas anônimos	Arquitetos de renome
Clientes com recursos médios	Clientes ricos
Critérios econômicos e funcionais	Critérios estéticos e simbólicos
Produção para satisfazer demandas econômicas	Produção para satisfazer demandas simbólicas
Funções sociais explícitas	Objetificação não-social

A produção de massa está ligada aos bens simbólicos para consumo de massa e a produção restrita destinada à cultura dominante. As dinâmicas internas desses dois subcampos acontecem em função de suas estruturas e das duas formas específicas de *capital* no *campo* da Arquitetura. O primeiro é o status profissional, o qual os arquitetos competem pelo sucesso material ou econômico e pelo poder profissional – o *capital econômico* (ou temporal). O segundo é o status intelectual, o qual os arquitetos competem para serem reconhecidos como grandes criadores ou pensadores – *capital intelectual* (ou simbólico) (STEVENS, 2003).

O *capital econômico* e *intelectual* não só definem o espaço social da Arquitetura, mas também estabelece a hierarquização do *campo* a partir da quantidade de *capital* e da possibilidade de cada sujeito acessar o *capital*. Entretanto, Stevens (2003) aponta que a forma mais valiosa de *capital* é a simbólica (a intelectual), que fornece o princípio da estratificação. Em função do *capital intelectual*, o *campo* é capaz de decidir quem são os seus membros.

O discurso do *campo* é tal que tem evitado rotular como “arquiteto” aqueles projetistas de edifícios atuantes no mercado de massa (STEVENS, 2003), incluindo-os ao *campo* da construção. Isso quer dizer que o *campo* da Arquitetura preocupa-se, de fato, com a sua produção restrita, isto é, os edifícios de grande importância e seus arquitetos.

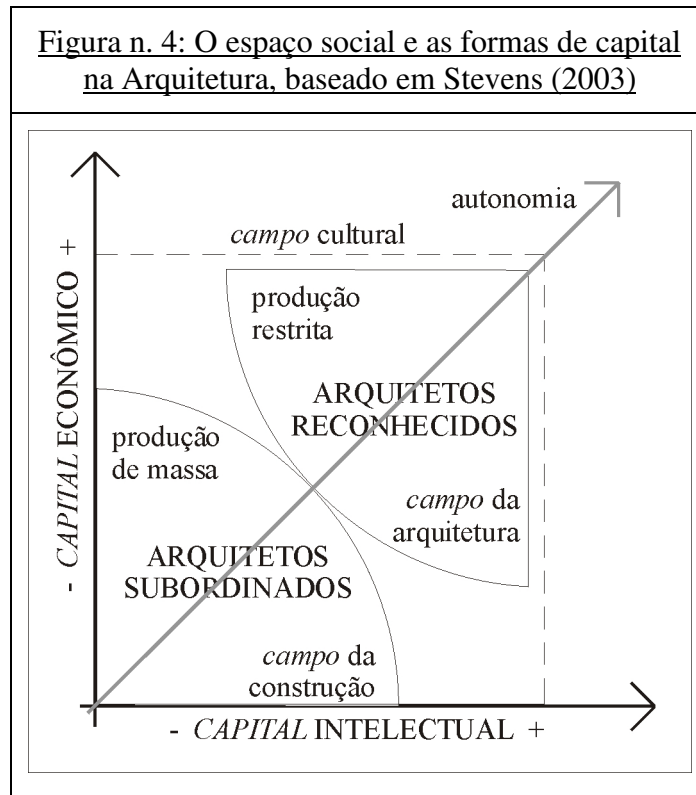
Reforçamos o entendimento conceitual do espaço social da Arquitetura, se voltarmos à história da Arquitetura transformada pela relação entre o homem, a natureza e Deus, sujeitos que foram às outras áreas principalmente da política, da igreja e da economia. Historicamente, a Arquitetura se construiu em função dos discursos de quem demandava e determinava o que, como e quando se devia construir.

Inseridos nessa história, Stevens (2003) coloca que os arquitetos que produzem para aqueles que ditam regras ou vendem produtos que os consumidores querem comprar abrem mão do *capital intelectual*, mas garantem o sucesso material e financeiro. Os arquitetos que se dedicam ao *capital intelectual* negam o *capital econômico*.

Assim como funciona o *campo cultural*, o *campo* da Arquitetura esforça-se para operar independentemente das demandas de outros setores sociais. Stevens (2003) explicita que a autonomia é fraca no campo de massa e mais forte no campo da produção restrita. Entretanto, a total autonomia somente pode ser alcançada pelo *campo* se o princípio da estratificação estiver inteiramente sob o seu controle (STEVENS, 2003). Sabendo-se que o *capital econômico* está amarrado a outros campos, faz-se necessário o desenvolvimento de

outros capitais específicos, cujos valores sejam estabelecidos unicamente pelo campo da Arquitetura.

Segue a representação do espaço social da Arquitetura:



Stevens (2003) revela que o esforço do *campo* da Arquitetura para obter a autonomia tem sido feita por meio da Estética, promovendo comodamente a sua remoção da arena política:

recusando-se a considerar seriamente o “bem-estar social” pela negação de que este seja de responsabilidade dos grandes arquitetos, neutraliza-se como ator político e deixa a fração dominante das classes dominantes livres de crítica (STEVENS, 2003, p.114).

A construção histórica do arquiteto-artista, desde o Renascimento culminando no movimento moderno, suprimiu suas funções sociais mostrando seu produto como sustentação da classificação, ordenação e distribuição da Arquitetura através do reconhecimento e legitimidade do autor da obra de arte – a individualidade do objeto. Por mais que a mensagem da arquitetura seja atender ao homem, seu modo de ação, sua representação e sua significação, isto é, sua produção é definida pela constituição do *capital econômico* (elitização das idéias) e do *capital intelectual* (valorização dos desenhos), comandado pelo discurso de quem tem o poder. Stevens (2003, p.115) afirma que o *campo* da Arquitetura, assim como Bourdieu alerta sobre o *campo cultural*, funciona na mais “completa ignorância” de suas funções sociais.

4.3. Bourdieu, Hjørland e Semper

A teoria social de Bourdieu (1991) revela as disposições inculcadas pelas possibilidades e impossibilidades objetivas somadas às liberdades e necessidades subjetivas do sujeito.

Quando relacionamos a abordagem objetivista das Ciências Sociais ao paradigma físico da Ciência da Informação, a informação revela-se por meio de uma análise positivista ou estruturalista de atributos de objetos, documentos ou dados, permanecendo as propriedades inerentes da informação quantificada, classificada e controlada.

Os pesquisadores que se limitam ao sentido vivido da experiência têm alimentado o paradigma cognitivo da Ciência da Informação por meio do estudo de como o sujeito pensa, se comporta ou interage. Considerar a abordagem subjetivista, de maneira exclusiva, na tarefa de compreender o uso e necessidade de informação pelos sujeitos é correr o risco do investigador desprezar as questões do poder, da dominação, da força e da estratificação social envolvidos nos processos informacionais.

O prisma social de Bourdieu possibilita o entendimento da informação sob o paradigma social que vê as *condições de existência* sociais e culturais historicamente situadas

como constituintes do espaço social, além dos objetos de conhecimento como construídos e não passivamente registrados (BOURDIEU, 1991).

Relacionar a sociologia da cultura de Bourdieu à abordagem da análise de domínio de Hjørland, leva a compreensão da estrutura geradora das *comunidades discursivas*, mas, também, da estrutura social da qual é produto.

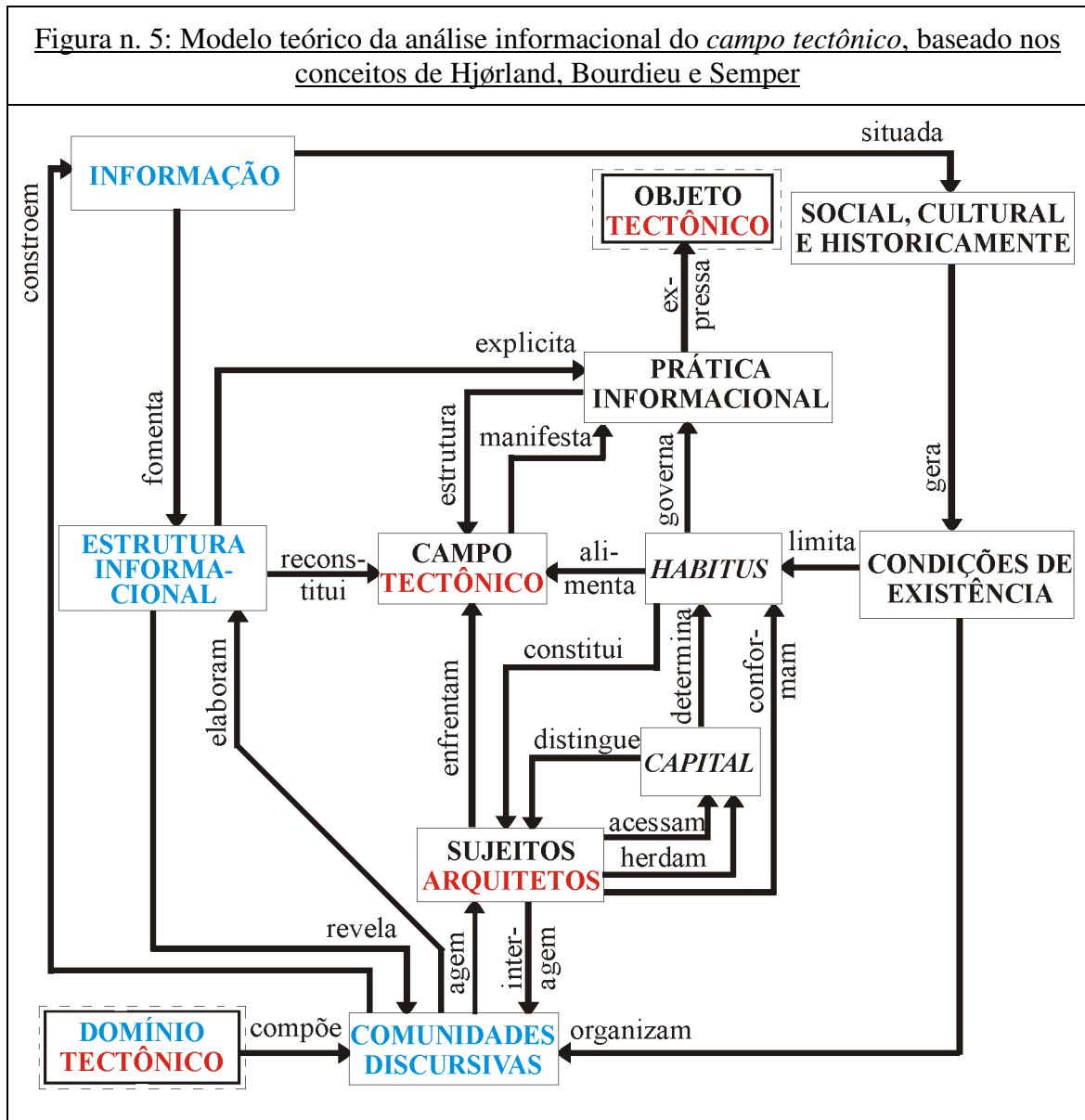
O paradigma social da informação de Hjørland está associado a um conjunto de atividades exercidas pelos e para os sujeitos e, por isso, não pode estar separado das características físicas e contextuais e, essencialmente, das peculiaridades dos agentes concatenados em seus espaços sociais e culturais. As diversas condições sociais de produção do *habitus* e *capital* de cada sujeito revelam as oposições e conflitos, subjetividades, relações de força e poder, interesses, contradições e tensões que alimentam historicamente e progressivamente cada *campo* – da ciência, da arte, do poder, da cultura, da política, da religião, da *tectonicidade*, etc.

O *campo* se difere de domínio porque é sistema de relações objetivas, constitutivo do espaço de concorrência que forma com todos os outros campos, revelando que existem homologias estruturais e funcionais entre eles (BOURDIEU, 1996b).

Os conceitos de *campo*, *capital* e *habitus* de Bourdieu ampliam o conceito de *comunidades discursivas* de Hjørland, e nos reportam à hipótese de que entendendo o funcionamento e os embates das *comunidades discursivas* por meio das condições sociais e culturais de produção do *habitus* e *capital* faz-se possível entender quem são os sujeitos que manifestam a *prática informacional*.

Retomando Semper, se o *objeto tectônico* é função do conjunto de ações culturais e interações sociais, esse passa a ser expressão de uma prática informacional do *campo tectônico*, já que o modo de agir dos sujeitos que o desenham e constroem é condicionado e fomentado pela informação – o *meio (medium) técnico-científico-informacional*.

Segue o modelo teórico da análise informacional do *campo tectônico*:



O ponto de partida para investigar a informação pertencente a um *campo* significa entender o domínio de conhecimento. Para tal, é preciso considerar suas estruturas informacionais, sua terminologia, a representação de seu conhecimento, padrões de comunicação, interpretados à luz de um contexto disciplinar relacionado às suas *comunidades discursivas*. A familiaridade com a estrutura informacional de um domínio de conhecimento tem conseqüências imediatas para a busca de informação dentro do domínio.

A estrutura informacional traz à luz a estrutura do espaço social no qual transcorrem as falas, no qual os atores sociais estavam situados – o ponto do espaço social a partir da qual se formou sua visão de mundo (BOURDIEU, 1996).

Seguindo este caminho, o *campo tectônico* é convergência de conceitos nesta pesquisa estabelecidos, tendo o *objeto tectônico* (ponto de chegada) como produto de suas inter-relações. Entende-se que desvelando o que seja a *informação construída* por suas *comunidades discursivas* revela-se o que seja o *campo tectônico*.

CAPÍTULO 5
INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

Sendo a Ciência da Informação o campo de conhecimento desse trabalho, é necessário entender suas especificidades que a distinguem das outras ciências e que irão fundamentar o caminho metodológico desta pesquisa. Ainda que os desafios impostos à Ciência da Informação sejam considerados, parte-se da premissa que a pesquisa do fenômeno *informação* esteja implantada dentro dos domínios das Ciências Sociais Aplicadas.

O termo pesquisa ou investigação científica, segundo Minayo (2000, p.23), refere-se à “atividade básica das Ciências na sua indagação e descoberta da realidade”. Babbie (1999) apresenta, ainda que embebido da ciência como atividade racional, três componentes na constituição desta atividade: a observação e descrição de objetos e eventos que aparecem no mundo, a descoberta de regularidades e ordem no caos da experiência, e a formulação e generalização das regularidades descobertas em teorias e leis. De uma forma mais simplista, podemos concluir que as pesquisas são definidas sobre aquilo que se tem dúvidas.

Compreendendo-se as interações dos campos de conhecimento da Ciência da Informação e das Ciências Sociais, o trabalho de investigação a ser conduzido é qualificado, por fundamento, como *pesquisa social*. Minayo (2000, p.23) a define como a que “[...] tem uma carga histórica e, assim como as teorias sociais, reflete posições frente à realidade, momentos do desenvolvimento e da dinâmica social, preocupações e interesses de classes e de grupos dominados”.

Mas o que é que se apreende da pesquisa social? Quivy e Van Campenhoudt (1998, p.19) afirmam que essa investigação social permite:

[...] a melhor compreensão dos significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto da situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, a refletir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda a compreender com mais nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações.

Cabe lembrar que as escolhas metodológicas são importantes componentes da pesquisa, pois são elas que mostram à evidência as possibilidades do caminho do pensamento do investigador. Neste caso, o entendimento do que seja metodologia é indispensável.

A metodologia imbuída das qualidades da pesquisa social não pode ser entendida apenas como um conjunto ou estrutura de técnicas que auxiliam a resposta procurada para o objeto da pesquisa, ainda que precise ser instrumentalizada. No que diz respeito à Ciência da Informação como campo de investigação e à pesquisa social como premissa, os métodos não se apresentam em acordo, mas se configuram de forma interdisciplinar e dinâmica.

Minayo (2000) também segue esse pensamento, quando afirma que o objeto de pesquisa deve incluir não só as técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e as concepções teóricas de abordagem, mas também o potencial criativo do pesquisador. Também para Quivy e Van Campenhoudt (1988, p.15), a escolha metodológica “[...] nunca se apresentará como uma simples soma de técnicas que se trataria de aplicar tal e qual se apresentam, mas sim como um percurso global do espírito que exige ser reinventado para cada trabalho”.

É nesse universo de experiências e vivências que abraçamos os conceitos e teorias, como fundações para encontrar respostas às questões da pesquisa. Tomamos o caminho do estudo e a construção do conhecimento com o apoio: (1) de quadros teóricos e metodológicos explícitos, questionados, elaborados e estruturados; (2) da observação de fatos, amparados pela ambição de idéias, mas, também interpretados pela experiência vivida (QUIVY, VAN CAMPENHOUDT, 1998).

Assim, essas duas vertentes se fortalecem frente à vivência da autora no campo da Arquitetura, como condição indispensável para a possibilidade do diálogo entre o conhecimento adquirido e vivido e as indagações provenientes do novo – o campo da Ciência da Informação.

Considerando que nos alicerçamos pelo conjunto de ações, representações e interações dos sujeitos com o meio social e cultural, essa proposta não pode avançar pela análise positivista de dados quantitativos ou estatísticos. A investigação qualitativa permite a melhor compreensão do comportamento e experiência do homem, através do entendimento do processo na qual as pessoas constroem significados e da descrição dos significados (BOGDAN e BIKLEN, 1994); “[...] os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, 1987, p.63)

Abre-se assim, a possibilidade de se estudarem as relações existentes em um campo determinado e, por conseguinte, as estratégias dos agentes que o compõem e o sistema de transformação ou de conservação da sociedade (BOURDIEU, 1989b) – o modo de ler e perceber a realidade. Trata-se de transportar para essa pesquisa a proposta de Bourdieu de se produzir um outro olhar, uma mudança de toda a visão do mundo social, possibilitando o diálogo da pesquisa e a produção do conhecimento novo. A instauração da “revolução do olhar” de Bourdieu (1989a) realiza-se por meio da crítica do objeto construído e da interpretação do trabalho, mas, também, pelas impressões das experiências e transformações ocorridas no caminho do pensamento do investigador.

5.1. *O corpus empírico*

A partir de seus princípios sobre a construção do objeto de pesquisa, Bourdieu (1989a) prevê um processo lento, sujeito a retoques, correções e emendas. E propõe o pensamento relacional entre o conceito (teoria) e a realidade social (crítica), que fundamente o caminho escolhido pelo pesquisador. Seguindo esse pensamento, nosso objetivo é retomar os pressupostos e conceitos que nos servirão para compor nossa percepção da realidade, iluminados pela teoria.

Quando apresentamos as onze áreas de pesquisa da Ciência da Informação a serem beneficiadas pela análise de domínio proposta por Hjørland, identificamos essa proposta com aquela sobre o estudo das estruturas e instituições na comunicação científica. Hjørland (2002) considera as fontes de informação formais publicadas (livros, jornais) e não publicadas (teses, relatórios), informais (palestras, conferências) e tabeladas (centro de dados) como estruturas informacionais de um domínio. Desde já, inclui-se nessa linha de investigação não só a comunicação especializada, mas também a profissional.

Se o *objeto tectônico* é expressão da prática informacional do *campo tectônico* é porque seus mecanismos informacionais se apresentam como representação da coletividade,

experiências e impressões dos arquitetos, limitadas pelo conjunto de condições sociais, históricas e culturais. Sendo assim, temos que:

- (1) a estrutura da comunicação profissional compõe uma das relevantes áreas de pesquisa da Ciência da Informação coerentes com o paradigma social e a abordagem da análise de domínio;
- (2) a estrutura informacional traz à luz as visões de mundo e as manifestações sociais dos sujeitos inseridos no *campo*;
- (3) os arquitetos são os sujeitos participantes ativos do *campo tectônico* por meio de suas ações intrínsecas às estruturas sociais coletivas.

Assim, a revista é uma estrutura informacional da *comunidade discursiva* profissional de um domínio de conhecimento com estrutura de comunicação que expressa as necessidades e as experiências de um *campo*, representando uma época. Talvez o mais importante seja reconhecer que “as revistas têm a capacidade de reafirmar a identidade de grupos de interesses específicos, funcionando muitas vezes como uma espécie de carteirinha de acesso a eles” (SCALZO, 2003, p.50).

5.2. *A estrutura informacional da revista*

O termo revista aparece em 1704, na Inglaterra, carregando a missão de aprofundar os assuntos: mais que os jornais, menos que os livros. Entre 1840 e 1890, as revistas literárias e científicas tornam-se publicações dirigidas a áreas de conhecimento específicas. No Brasil, a primeira revista surgiu em 1812, Salvador, intitulada “As Variedades”. Desde lá, outras importantes publicações, “O Patriota” (1813), “Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura” (1822), “O Propagador das Ciências Médicas” (1827) se apresentaram ao público,

seguindo a tendência de se atrelar o conhecimento a categorias profissionais ou temas específicos (SCALZO, 2003).

A partir do início do século XX, as transformações urbanas e as mudanças no cotidiano repercutem na maneira de se fazer revistas. Hoje, além de ser um veículo de comunicação, as publicações têm uma função cultural mais complexa do que a simples transmissão de notícias: “entretêm, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura” (SCALZO, 2003, p.13).

Sundin (2003) considera as revistas profissionais como uma das ferramentas que mediam normas e valores de uma comunidade ocupacional. E continua dizendo que as revistas não apenas representam a realidade social, mas contribuem para estabelecê-la.

5.3. *As revistas de Arquitetura e Pampulha*

No campo de conhecimento da Arquitetura, as revistas são estruturas de informações e de documentação sobre espaços arquitetônicos de um tempo. Segawa, Crema e Gava (2003) assim vêem as revistas de arquitetura:

periodismo multifacetado que se consolidou ao longo do século XX em uma cultura literária e visual que foi também responsável pela veiculação de idéias e imagens que ajudaram a transformar o ideário e a prática profissional, circunscrito naquilo que se convencionou chamar de arte, arquitetura e urbanismo modernos.

Nessa pesquisa, os dados empíricos constituem-se pelo conjunto formado por doze números da revista *Pampulha* (RP), publicados entre os anos de 1979 e 1984, em Belo Horizonte¹⁷. Nesse período, estavam em circulação as revistas brasileiras sobre Arquitetura:

¹⁷ O anexo I mostra as capas da RP.

AB Arquitetura do Brasil (Rio de Janeiro), Casa & Jardim (Rio de Janeiro), Construção (São Paulo), Módulo (Rio de Janeiro), Projeto (São Paulo), Sinopses (São Paulo)¹⁸.

A RP circulou em sessenta e nove cidades de dezessete estados brasileiros e três cidades de três países distintos, apresentados no anexo II, com uma tiragem entre 2.000 a 2.500 exemplares.

Caracteriza-se, então, como uma estrutura informacional profissional e formal publicada, pertencente à *comunidade discursiva* do *campo tectônico* de Belo Horizonte. Segawa, Crema e Gava (2003) alertam para o fato de que as revistas de Arquitetura não podem ser caracterizadas como “periódicos científicos e técnicos”, o que as distingue diante de outras áreas de conhecimento que normatizam seus veículos impressos de difusão de conhecimento:

As matérias sobre projetos arquitetônicos se limitam a descrições de técnicas construtivas ou declarações textuais reproduzindo acriticamente os discursos dos autores das realizações. [...] São econômicas em análises ou opiniões, raramente trazendo comentários críticos ou enveredando por relações conceituais – salvo quando há *freelancers* (SEGAWA, CREMA E GAVA, 2003).

Mas, mesmo que não seja possível classificar a RP dentro dos padrões e rigor científico de outras áreas, é desejável entendê-la como uma revista comercial publicada por uma sociedade civil sem fins lucrativos.

A escolha dos temas, definição da pauta, captação e seleção das informações, redação dos textos e edição das matérias eram responsabilidades da equipe editorial, majoritariamente composta de arquitetos, que se reunia para aprovar pautas sugeridas pelos próprios membros, os quais, eventualmente, convidavam pessoas interessadas em sugerir e produzir pautas.

A partir do segundo número, o conselho passou a contar com mais jornalistas, artistas e filósofos colaboradores. Definida a pauta, sempre a partir da matéria de capa, o trabalho – captação de recursos, informações, entrevistas, reportagens, fotografia etc - era rateado entre os participantes, depois submetido a copidesque e redação.

¹⁸ Fonte: NASCIMENTO, Mônica de Arruda. Bibliotecária da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), em email de 18/10/2005.

A trajetória da equipe editorial é marcada pelo trabalho de trinta e cinco pessoas (anexo III), sendo que apenas os nomes dos arquitetos Éolo Maia, Sylvio de Podestá e Álvaro Hardy aparecem em todas as edições. Há ainda o registro de oitenta e uma pessoas no Expediente, contando também com mais sessenta e cinco colaboradores informais (anexo IV). Abaixo, segue uma síntese das edições da RP:

Quadro n. 5: As edições da revista <i>Pampulha</i>				
Edição	Data	Capa	Diretor responsável	Jornalista responsável
N. 1	Nov-Dez 1979	Desenho Oscar Niemeyer	Álvaro Hardy	Régis A. D. Gonçalves
N. 2	Jan-Fev 1980	Desenho Amílcar de Castro	Álvaro Hardy	Régis A. D. Gonçalves
N. 3	Mar-Abr 1980	Ilustração Benjamin	Álvaro Hardy	Régis A. D. Gonçalves
N. 4	Jan-Fev 1981	Escultura Paulo Laender	José Eduardo Ferolla	Roberto Barros de Carvalho
N. 5	Mai-Jun 1981	GTO	José Eduardo Ferolla	Roberto Barros de Carvalho
N. 6	Abr-Mai 1982	Desenho Sylvio de Podestá	José Eduardo Ferolla	Roberto Barros de Carvalho
N. 7	Ago-Set 1982	Projeto José de Magalhães	Éolo Maia	Roberto Barros de Carvalho
N. 8	Nov-Dez 1982	Projeto Carlos Dumont e Humberto Serpa	Éolo Maia	Roberto Barros de Carvalho
N. 9	Jan-Fev 1983	Edifício Aptos Cód Horat	Éolo Maia	Roberto Barros de Carvalho
N. 10	Jul-Ago 1983	Fonte Timóteo Jô Vasconcellos	Éolo Maia	Roberto Barros de Carvalho
N. 11	Nov-Dez 1983	Foto Rogério Franco	Éolo Maia	Roberto Barros de Carvalho
N. 12	Jan-Fev 1984	Torre Uberlândia Éolo Maia, etc	Éolo Maia	Roberto Barros de Carvalho

A RP era estruturada da seguinte forma:

- (1) Editorial – exprime a opinião da revista, escrito por um membro da equipe editorial e publicado, na maioria das vezes, em sua primeira página;

- (2) Aviso Prévio – informação rápida sobre arquitetura, artes, meio ambiente e outras manifestações da cultural local e nacional, aberta a quem quisesse colaborar com a revista. Seção presente em todas as edições;
- (3) Entrevista – depoimentos transcritos com pessoas brasileiras e estrangeiras das áreas da arquitetura, meio ambiente, arte ou design;
- (4) Informativo IAB/MG ou PMBH – notícias do órgão de classe Instituto dos Arquitetos do Brasil ou Prefeitura Municipal de Belo Horizonte;
- (5) Arquitetura em Minas – apresentação de projetos ou obras de arquitetos atuantes em Minas Gerais. Esta seção pode variar seu título, mas não o conteúdo;
- (6) Reportagens ou artigos – assuntos diversos de interesse das áreas da arquitetura, meio ambiente, artes plásticas ou design;
- (7) Tapume – seção para publicação de textos e projetos dos estudantes da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFMG), em defesa de seus interesses;
- (8) Cartas – enviadas para o corpo editorial da revista;
- (9) Publicidade – espaço para anúncios publicitários;
- (10) Encarte de Design/Arte– matérias de design ou arte;
- (11) Cartum ou Poesias – manifestações em desenho ou poesia;
- (12) Cozinhando com Pampulha – divulgação de receitas da culinária mineira;
- (13) 3ª e 4ª capas: dedicadas às homenagens e campanhas institucionais.

Em função da periodicidade e objetivo de cada seção, estabelecemos nosso corpo de análise. As seções Publicidade, Encarte de Design/Arte, Cartum ou Poesias e Cozinhando com Pampulha serão desconsideradas, ou por não estarem presentes em todos os exemplares, ou por não serem pertinentes para a interpretação de dados sobre o *campo tectônico*. Sendo assim, as seções (1) Editorial, (2) Aviso Prévio, (3) Entrevista, (4) Informativo IAB/MG ou PMBH e (5) Cartas serão analisadas. As seções Reportagens ou artigos e Tapume foram

analisadas quando pertinentes ou relevantes para o *campo tectônico*, sendo respectivamente, as revistas n. 4, 6, 12 e revista n. 1¹⁹.

O corpo de análise foi codificado da seguinte forma: as revistas foram numeradas de um a doze, recebendo os códigos R1, R2, sucessivamente até a R12. As seções foram identificadas como S1, S2, S3, até a S7, conforme o quadro que segue. Na referência ao material analisado, presente nos capítulos sete, oito e nove, a codificação surge a partir do cruzamento da revista com a seção. Por exemplo, R2S3, referindo-se à revista número dois, seção três – Entrevista.

Quadro n. 6: Constituição do corpo de análise						
Seção	Editorial	Aviso Prévio	Entrevista	Informativo IAB/MG ou PMBH	Cartas	Reportagem ou artigos e Tapume
Códigos	S1	S2	S3	S4	S5	S6 e S7
R1	José Eduardo Ferolla - Pág. 7	Pág. 64-69	Arq. Lucio Costa Pág. 14-20	Pág. 21	-	Ensino universitário Pág. 58-59
R2	Régis Gonçalves Pág. 7	Pág. 8-12	Artista Amílcar de Castro Pág. 13-18	Pág. 52-53	Pág. 54	-
R3	Régis Gonçalves Pág. 5	Pág. 6-12	Crítico Frederico Morais Pág. 13-18	-	Pág. 60	-
R4	José Eduardo Ferolla, Otávio Ramos e Régis Gonçalves Pág. 4-5	Pág. 6-7	Arq. Jaime Lerner Pág. 15-21	Pág. 55	Pág. 56	Escola de Arquitetura UFMG Pág. 40-49
R5	José Eduardo Ferolla Pág. 4	Pág. 5-8	Arq. Adolfo P. Esquivel Pág. 14-16	Pág. 51	-	-
R6	Éolo Maia Pág. 16	Pág. 10-12	Eng. civil Gil C. de Abreu Pág. 17-21	Pág. 58 e 67-72	-	Concursos Pág. 24

¹⁹ Reportagens ou artigos: revista 4 – “Escola de Arquitetura Mãe de 50 anos – Pouco leite e traseiro grande”; revista 6 – “Concursos”; revista 12 – “Os Sete Pecados Capitais da Arquitetura Brasileira”. Tapume: revista 1 – Artigo sobre o ensino universitário.

Seção	Editorial	Aviso Prévio	Entrevista	Informativo IAB/MG ou PMBH	Cartas	Reportagem ou artigos e Tapume
Códigos	S1	S2	S3	S4	S5	S6 e S7
R7	Sylvio de Podestá Pág. 5	Pág. 59-61	Arq. Sergio Soza Pág. 50-55	Pág. 56	Pág. 69-70	-
R8	Álvaro Hardy Pág. 4	Pág. 7-8	Arq. Mario Botta Pág. 9-14	-	Pág. 40-41	-
R9	Maurício A. Ribeiro Pág. 4	Pág. 10-12	-	Pág. 46	Pág. 42-43	-
R10	Éolo Maia Pág. 4	Pág. 10-12	Arq. Luiz G. S. de Paula Pág. 44-48	Pág. 60	Pág. 66	-
R11	Alceu C. Branco Pág. 4	Pág. 40-41	-	Pág. 25-27	Pág. 43-44	-
R12	Sylvio de Podestá Pág. 4	Pág. 49-50	-	-	Pág. 50	Arquitetura brasileira Pág. 15-17

Além do corpo de análise acima colocado, três entrevistas foram feitas com os arquitetos Sylvio de Podestá, José Eduardo Ferolla e Maurício Andrés Ribeiro, membros da equipe editorial e, também, idealizadores da revista. As entrevistas tiveram o objetivo de recolher dados históricos e técnicos sobre o projeto editorial e gráfico da revista no que se refere às suas necessidades, objetivos, público-alvo, temas e pautas, redação e edição (produção de títulos e seus complementos, legendas e outras informações complementares)²⁰.

Partimos da premissa que as entrevistas feitas não foram apenas um trabalho de coleta de dados, mas a possibilidade da associação interativa da autenticidade e da espontaneidade das opiniões à construção do conhecimento. A postura de entrevista, *ativa e metódica*, proposta por Bourdieu (1998) e acatada nessa pesquisa, supõe a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, a adoção de sua linguagem e de seus pontos de vista, em seus sentimentos e em seus pensamentos.

²⁰ Os arquitetos Éolo Maia e Álvaro Hardy (Veveco), seriam entrevistados já que eram igualmente idealizadores da revista e membros do corpo editorial, mas faleceram, respectivamente, no ano de 2002 e 2005, durante o desenvolvimento desta tese. Inegavelmente, existia uma grande expectativa sobre a realização das entrevistas com os arquitetos e suas inquestionáveis contribuições que abraçariam a investigação da autora sobre o *campo tectônico*.

5.4. A interpretação dos dados

Em sua proposta sobre o estudo das estruturas e instituições da comunicação como possibilidade da análise de domínio na Ciência da Informação, Hjørland (2002) sugere que esse deva ser inspirado pelas teorias sociológicas, como, por exemplo, a análise de discurso.

Olof Sundin (2003) é um dos pesquisadores da Ciência da Informação que tem investigado os conflitos dentro e entre os domínios de conhecimento profissional por meio da abordagem da análise de domínio. Mas explica que a teoria de Hjørland não explicita diretrizes de normas e valores das necessidades de informação, relevância e prática da organização do conhecimento que possam ser estudadas como expressões de interesses de grupos conflitantes. Em sua fundamentação metodológica sobre o domínio da Enfermagem, Sundin (2003) se volta à teoria das profissões como apoio metodológico.

Nessa proposta, a análise de domínio é acatada como abordagem no estudo do domínio *tectônico* e abarcada pelos conceitos sociológicos de Bourdieu. Assim, faz-se possível entender o que, como e porque se constitui a *prática informacional* dentro do *campo tectônico*, além de identificar e explicar as dimensões sociais, culturais e históricas que influenciam a construção da informação.

Para responder às essas questões voltamo-nos, metodologicamente, para a *análise temática*, definida como uma técnica da análise de conteúdo. “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação cuja *presença* ou *frequência* signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 2000, p.209).

Ao interpretarmos os resultados, não estabelecemos como objetivo a identificação de tendências temáticas, metodologias ou estratégias usadas, grupo de autores e características autorais, a revelação de problemas de editoração, distribuição e comercialização ou a contagem de inferências estatísticas.

Partimos do estudo das afirmações, motivações, opiniões, atitudes, crenças presentes nas revistas e discursos dos entrevistados para buscar as unidades de fala ou de significados da comunicação, que denotam os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso (MINAYO, 2000, p.211).

As unidades de fala (categorias de análise) foram definidas a partir da correspondência entre o nível empírico e o teórico. Isso significa dizer que não é um modelo de análise normativo nem prescritivo. As categorias surgiram de forma indutiva e dedutiva, embasada em observações sobre aspectos, circunstâncias e padrões existentes no corpo de análise definido.

A classificação de cada informação se resumiu a identificar dentro das opções disponíveis, qual categoria seria adequada àquela em função de suas características predominantes. Recortes textuais são apresentados sempre quando necessário para o entendimento da construção do significado da informação.

Pareceu-nos claro que, na medida em que íamos constituindo a lógica do funcionamento da prática informacional, o *campo tectônico* tendia cada vez mais a se tornar o “princípio unificador e gerador (e, portanto, explicativo)” (BOURDIEU, 1999) de toda a prática. As categorias empíricas se configuraram, então, de uma segunda forma, a partir do reconhecimento de que:

(1) o *objeto tectônico* se confirma como expressão da prática informacional – o *medium* onde as práticas sociais acontecem, sendo função das condições impostas pelos dispositivos informacionais reinterpretados a partir das experiências dos sujeitos e das possibilidades dos sujeitos adquirir *capital*. Assim, as informações são decorrências das **formas que se vê, se percebe ou se acessa o mundo corporificado e intelectualizado**, o que vem a hierarquizar o *campo*;

(2) a teoria social de Bourdieu auxilia-nos a ampliar o conceito de *comunidades discursivas*, possibilitando entender quem são os sujeitos que agem de natureza informativa no *campo tectônico*. O arquiteto configura-se como o sujeito principal entre os agentes pertencentes ao domínio de conhecimento *tectônico* e é ele que alimenta o *habitus* coletivo do *campo*. As informações explicitam, assim, **disposições relacionadas à herança do passado e à identidade do presente**, com potencial e capacidade favoráveis a governar as ações e práticas dos sujeitos, legitimando o *campo*;

(3) o olhar *sociologizado* de Hjørland sobre a informação mostrou-nos que o estudo das *estruturas informacionais* pertencentes às *comunidades discursivas* do domínio *tectônico* organizam as práticas informacionais limitadas pelas condições de existência do *campo*. Temos que as informações demonstram a inter-relação de **circunstâncias**

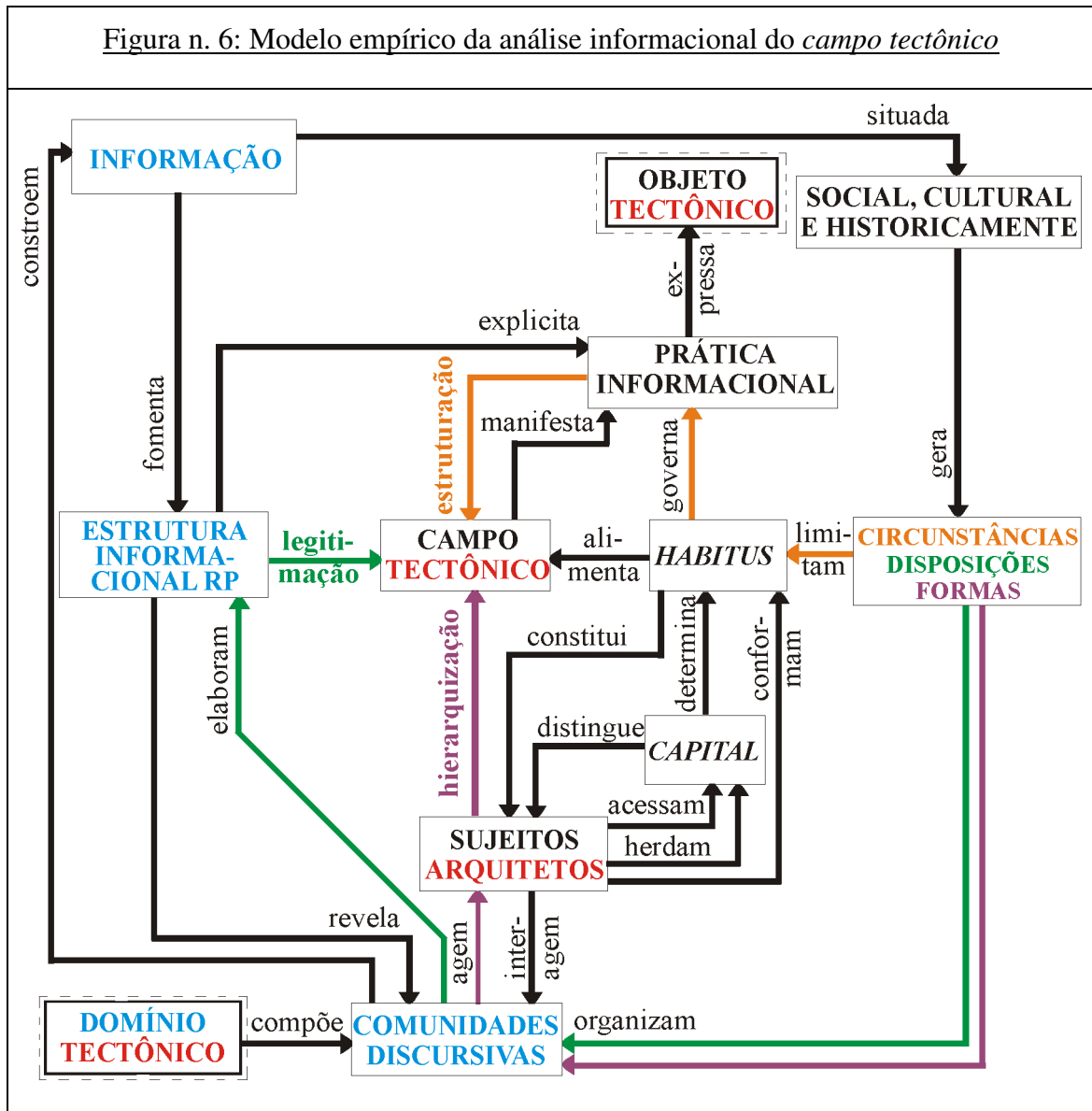
políticas, econômicas, acadêmicas e institucionais que revelam a estruturação do *campo*.

Temos, assim, as categorias empíricas relacionadas à teoria:

Quadro n. 7: Categorias teóricas e empíricas							
Categorias teóricas				Categorias empíricas			
Prática informativa	Objeto tectônico	Medium	Capital	Formas	Corporificada Intelectual	Hierarquização	Campo tectônico
	Comunidades discursivas	Sujeito	Habitus	Disposições	Herança Identidade	Legitimação	
	Estruturas informativas	Objeto	Domínio	Circunstâncias	Políticas Econômicas Acadêmicas Institucionais	Estruturação	

A análise da prática informativa gerada pelas *formas* corporificadas e intelectuais, pelas *disposições* de herança e de identidade e pelas *circunstâncias* políticas, econômicas, acadêmicas e institucionais está presente nos capítulos sete, oito e nove. O capítulo seis apresentará a contextualização do *campo tectônico* em Belo Horizonte.

A figura a seguir ilustra o modelo empírico da análise informativa do campo tectônico:



Temos, então, o objeto *tectônico* como expressão da prática informacional do *campo tectônico*, alimentada pela *informação construída*.

CAPÍTULO 6

CONTEXTUALIZANDO O CAMPO *TECTÔNICO* EM BELO HORIZONTE

6.1. Os anos 80

A prestigiada Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, denominada de Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) a partir de 1945, foi a grande formadora e irradiadora de profissionais arquitetos pelo Brasil entre as décadas de 50 e 60. Muitos arquitetos formados pela FNA vinham de outras regiões e finalizavam o curso objetivando o retorno à terra natal. Essa migração de arquitetos formados no Rio de Janeiro proporcionou a veiculação do movimento moderno por todo o país, iniciado pela chamada ‘Escola Carioca’.

Os arquitetos cariocas eram liderados por Lucio Costa e conquistaram reconhecimento significativo, nacionalmente e internacionalmente - Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Alcides da Rocha Miranda, Jorge Machado Moreira, Marcello Fragelli, Elvin Mackay Dubugras, João Filgueiras Lima [Lelé], Marcello Vivacqua, Milton Ramos. Mais do que um movimento, esses arquitetos estabeleceram um *estilo* brasileiro coerente com a linguagem de seus mestres – os arquitetos alemães Walter Gropius e Mies van der Rohe, além do franco-suíço Le Corbusier.

Os edifícios modernos, brotados a partir da execução do Ministério da Educação e Saúde (1937-45) no Rio de Janeiro, eram facilmente identificados pela reunião de elementos puristas em sua composição plástica – os *brises-soleil*, o elemento vazado, os pilares de seção circular, o uso de pilotis, o terraço-jardim²¹.

²¹ O projeto do Ministério da Educação e Saúde, hoje Edifício Gustavo Capanema, foi um marco na arquitetura moderna carioca, desenvolvido pelos arquitetos Lúcio Costa, Jorge Machado Moreira, Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer e Ernani Vasconcellos, a partir de riscos sugeridos por Le Corbusier. O arquiteto franco-suíço veio ao Brasil entre junho e agosto de 1936 a convite de Lucio Costa, que buscava uma legitimação de seu projeto junto ao Ministro da Educação Gustavo Capanema. Le Corbusier rejeita o projeto de Costa, chamando-o de “múmia”, e propõe outro projeto. A partir dessas sugestões, Costa propõe outra solução, apostando no valor simbólico do edifício como marco da arquitetura moderna internacional (FABRIS, 2000).

Em meados dos anos 50, a chamada ‘Escola Paulista’, liderada por Vilanova Artigas, evidencia o uso do concreto armado influenciada que estava pela produção carioca, consagrando nacionalmente outros arquitetos – o próprio Artigas, Rino Levi, Miguel Forte.

A partir da década de 60, outros sete centros do país conformam-se igualmente como importantes formadores de arquitetos. Primeiramente, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul, e mais tarde, Brasília, Paraná e Ceará.

Segawa (1988) esclarece que a experiência universitária concebida por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro foi responsável pela migração de arquitetos e estudantes para Brasília, sedentos que estavam em encontrar um caminho para o ensino e prática da Arquitetura – Edgar Graeff, Miguel Pereira, Alberto Xavier, Paulo Bicca, Paulo Zimbres, Frank Svenson, Jorge Dantas, entre tantos.

Até 1960, havia oito cursos de Arquitetura no Brasil. Entre 1961 e 1974, mais vinte e uma escolas foram criadas. Entretanto, Segawa (1988) entende que a política educacional implantada após o golpe de 64, colocou a Arquitetura em posição defasada das realidades brasileiras, escamoteando deficiências e questões mal postas que vieram à tona após o declínio do ‘milagre brasileiro’.

Salvatori (2004) coloca que o entendimento do desenho como atividade projetual, do projeto como a atividade-fim e a posterior estruturação da formação ao redor do ateliê, presentes nas propostas de reforma do ensino de 1962, representou a definição de um campo de exclusiva competência do arquiteto, e também de uma tarefa eminentemente intelectual. Contudo, passada a euforia da construção de Brasília e a reforma curricular, a expansão quantitativa de arquitetos refletia a não proporcionalidade do crescimento em qualidade.

Nessa época a crítica arquitetônica brasileira virtualmente desaparece. Reprimida ou confundida com denúncia, muitas revistas especializadas são fechadas pela ditadura, e a arquitetura brasileira se volta sobre si mesma, lembra Salvatori (2004). Até os meados dos anos 80, a arquitetura brasileira evidencia o vazio conceitual, “pois suas formas são reproduzidas sem crítica” (SALVATORI, 2004).

Sem perspectivas profissionais e pessoais, o enorme contingente de arquitetos formado ao longo dos anos 70 conforma, assim, o espaço social do *campo tectônico*. Reforçam-se as categorias dos arquitetos subordinados, reféns que são do sistema; os arquitetos dominantes, que se fazem presentes na reprodução do círculo acadêmico e dos

modernistas; e os arquitetos que buscam rumos alternativos aos caminhos já experimentados por seus mestres. É nesse cenário que o grupo dos arquitetos da RP se inserem.

6.2. *A Revista Pampulha em Belo Horizonte*

O título da revista *Pampulha*, sugerido pelo arquiteto e editor de meio ambiente Maurício Andrés Ribeiro, era “uma óbvia referência ao principal marco do modernismo arquitetônico brasileiro em terras mineiras – conjunto arquitetônico projetado por Oscar Niemeyer em 1939” (SEGAWA, 1999, p.194).

Pampulha representou, no final da década de 70, “o restabelecimento das comunicações após se esvanecerem os brumais de um período nefasto para a cultura, a política, e a participação social na vida brasileira” (VECTORE, 1994, p.61). A revista foi ponto de referência em um tempo que se discutia, nacionalmente, a arquitetura pós-Brasília e pós-milagre.

Belo Horizonte vivia a campanha pela anistia de presos políticos, mas impressionava com a projeção nacional de suas manifestações culturais: a música do “Clube da Esquina”, o teatro de bonecos “Giramundo” e a irreverência da “Banda Mole”. Para muitos, a RP nesse conjunto, representa a marca da história da Arquitetura em Belo Horizonte.

Como produto editorial, Segawa (1999, p.194) aponta que a RP foi “uma revista independente, reunindo os interesses e a vontade de arquitetos numa difusa e não-direcionada discussão arquitetônica”, catalisando “uma coleção de ansiedades reprimidas”. O autor continua, dizendo que “a discussão sobre a arquitetura pós-moderna, até então represada, ganhara um foro, espelhando-se sobretudo na pequena mas ousada produção dos arquitetos mineiros: muitas idéias ainda em desenho [...], obras modestas, desvinculadas das práticas e linguagens usuais dos modelos arquitetônicos do Rio de Janeiro e São Paulo”.

Em entrevista a autora, o arquiteto e editor de projeto da RP, Sylvio de Podestá, acredita que na década de 80, ninguém queria “conversar sobre a mudança que estava

acontecendo na cara de todo mundo da forma de ver e fazer arquitetura”. Para o arquiteto, as escolas “viviam muito mais de teoria e de história do que de projeto”.

O pessoal tinha medo de falar sobre Arquitetura e nós estávamos totalmente abertos. Então, para as escolas ficarem livres desta carga [...] chamavam a gente. [...] Na Unicamp criou-se um grupo forte, que ficou muito tempo ligado à gente, responsável pela revista *Oculum* e é [hoje] dono do site *Vitruvius*²². Alguns destes foram pra Mackenzie, que passou a dar mais atenção ao projeto do que a USP, por exemplo, que sempre formou mais teórico do que arquiteto (Entr. Podestá).

Esse novo momento, chamados por muito de pós-modernidade, refletia uma época em que a Arquitetura passava por intensas transformações conceituais e por questionamentos dos modelos de explicação. O arquiteto e diretor responsável da RP, Éolo Maia, em entrevista a revista *ProjetoDesign* (2002), afirmou sempre ter recusado o rótulo de pós-modernista: “não me classifico como nada, porque não tenho nada predeterminado, só sei que quero fazer arquitetura com prazer e contemporaneidade. A vida é muito dinâmica, eu mudo todo dia, e a arquitetura é uma expressão cultural que se reflete em meu trabalho”.

o Rio tinha seus filhotes do Niemeyer, em São Paulo o Artigas criou um monte de filhotes pela maneira de desenhar, e nós [mineiros] tínhamos liberdade de correr e dar tiros pra todos os cantos porque não tínhamos nenhum pai pra poder cobrar uma linhagem. [...] Nem interessava que fosse mais uma escola ou criar uma cartilha de como funcionar ou pretextos a serem seguidos para ser pós-moderno (Entr. Podestá).

Com a mesma visão de Podestá sobre o papel da RP no cenário arquitetônico, o arquiteto e membro do corpo editorial José Eduardo Ferolla, considera que a revista:

²² Segawa, Crema e Gava (2003) reportam que a prévia e reconhecida experiência das pessoas que montaram o portal *Vitruvius* (<http://www.vitruvius.com.br>) possibilitou hoje veicular uma demonstração plausível de circulação de informações de grande aceitação no meio acadêmico.

Teve um papel importantíssimo na ruptura da tradição ideológica imperante até então, na medida em que nós, filhos bastardos, nunca tivemos aqui um pai Artigas (como na escola “cinza”) ou um pai Niemeyer (como na escola “azul-e-branco”) para seguir ou cultuar, ou “reler”. O máximo que medrou por aqui foi um Sylvio de Vasconcellos (por um lado com um certo conteúdo crítico, embora tão ideologicamente dogmático e ortodoxo quanto os demais modernistas, por outro arquiteto nem tão bom assim) e um Eduardo Mendes Guimarães Júnior, infelizmente morto muito cedo, nunca merecendo uma divulgação de seu trabalho – justamente por falta de veículo fora do “eixão” [Rio-São Paulo] - à altura de seus méritos (salvo em recentes trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado, ainda inéditos) (Entr. Ferolla).

Críticos da área e arquitetos reconhecem: *Pampulha* foi “um sopro de ar fresco no tão debate viciado de então, e que quem não viveu, já não sabe, e os demais fingem que esqueceram. Não é bom mesmo de lembrar, a não ser neste caso: para mostrar como se podia, sob as circunstâncias mais difíceis, fazer e debater arquitetura” (ZEIN, 2002); *Pampulha* “deu a força inicial às publicações sobre arquitetura em Minas” (CALDEIRA, 2002).

O novo momento da Arquitetura mineira era divulgado pela imprensa como um movimento de jovens arquitetos que começaram a usar o concreto, o tijolo aparente, as linhas geométricas acentuadas e as cores fortes (ESTADO DE MINAS, 1996). Não tão ingenuamente assim, a Arquitetura proposta e veiculada pela RP trouxe alterações na arquitetura brasileira:

Conheço ‘milhões’ de gerações que [...] descobriram que tinha jeito de fazer outra arquitetura e que em algum lugar se fazia. Que não precisava seguir aquelas escolas que vinham antecedendo aquela época. [...] Encontro com gente hoje que naquela época estava entrando para a escola, e esse pessoal, de alguma forma, se diz filhotes deste período. [...] Isso parece um alento ou chances de ver as pessoas abrirem outros universos (nunca abriram, é muito difícil) (Entr. Podestá).

A publicação RP foi idealizada, organizada e feita por um grupo de arquitetos atuantes em Belo Horizonte, formados pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFG) entre os anos de 1965 e 1983 - Álvaro Hardy [Veveco], Éolo Maia, Sylvio de Podestá, José Eduardo Ferolla, Maurício Andrés Ribeiro, Maria Josefina Vasconcellos [Jô], Saul Vilela, Carlos Alexandre Dumont [Carico], Cid Horta e outros. Acreditavam Belo

Horizonte ser um “caldeirão cultural transformador das culturas regionais mineiras” (VECTORE, 1994, p.61).

Podestá lembra que “essas pessoas todas se conheciam como amigos; não era por ideologia nem bandeira arquitetônica. A princípio era pela amizade”. E continua: “tinha um bando de gente que estão todos por aí hoje. Alguns vinham do corpo editorial pra lá, alguns contribuía mensalmente com uma mixaria lá, e passavam para colaboradores. E foi indo”.

O grupo de arquitetos decidiu fundar a RP quando, em ‘conversas de boteco’, perceberam ser um ponto importante de chegada de informações: “estávamos cansados de receber informações. Pensamos, vamos devolver”, diz o entrevistado Podestá. E acrescenta, “ninguém nunca pensou, em Belo Horizonte, em publicar arquitetura. Tinha o Sylvio de Vasconcellos que tinha uma coluninha no Estado de Minas, mas escrevia para leigos (o que é isso, o que é patrimônio, etc); e serviu de exemplo pra gente fazer outras coisas, uns jornaizinhos por aí”. Como exemplo, a *Vão Livre*, encartada na revista *Informador das Construções*, também coordenada por Maia e diagramada por Podestá.

Ferolla (Entr.) relata que a RP “começou numa doideira idealista, com a lenta e gradual abertura política, com a ânsia de restabelecer as comunicações, com a facilidade disposta pelo farto material acumulado ao longo de duas décadas por uma geração que produziu condenada ao confinamento, com a oportunidade oferecida pela retomada dos Congressos [de Arquitetura]”. Também Ribeiro (Entr.) concorda com a importância da RP ao dizer que essa preenchia “uma lacuna que havia sido precariamente ocupada pela *Vão Livre*. Deu visibilidade sobre o que se fazia em Minas Gerais [...] Um empreendimento com componentes romântico, idealista, voluntarista”.

Ao cruzarem com escritores e publicitários do “Caminho Novo”, encabeçado pelo jornalista Régis Gonçalves, decidiram: “vamos fazer uma outra coisa, que seria a *Pampulha*” (Entr. Podestá). Assim, “foi possível vomitar mais de 20 anos de silêncio imposto” (Entr. Ferolla).

A revista estabeleceu em seu primeiro Editorial, seu objetivo principal: “*primeiro criar o lugar de encontro, um reduto para a ‘contribuição nativa’ escondida nas dobras dessas montanhas, muros ‘intra-muori’ dessa terra tão diversa. Essa diversidade justifica o fato da revista abranger temas além da arquitetura, como o design, as artes e o meio ambiente*” (R1S1).

A gente não queria fazer uma revista de arquitetura igual às revistas paulistas: publicavam os projetos, faziam uns comentários, o *cara* mandava uma foto e pronto. Então, vamos abrir. A primeira abertura foi para a arte, depois foi o design e fomos preenchendo. No final, queríamos uma revista que falasse de todos os assuntos pertinentes à Arquitetura. Hoje estaríamos falando de filosofia que, naquele momento, não estava tão ligada como essas coisas hoje (Entr. Podestá).

A principal motivação foi triangular o debate arquitetônico, até então restrito ao pingue-pongue do eixo Rio-SP, e que insistiam numa discussão tipo entre PCB e Pcdob, ou seja, só aceitando a mesma ideologia, quando muito alternavam de lado nos dois pólos deste eixo (Entr. Ferolla).

A quem a RP queria atingir? Arquitetos, estudantes ou qualquer público interessado, responde Ribeiro (Entr.). Embora o público-alvo da revista fosse àquele interessado em arquitetura, arte e meio ambiente, “a equipe editorial ambicionava, um dia, alçar o status de uma ‘Senhor’, revista de grande conteúdo gráfico e editorial dos anos 60, e expandir seu círculo de leitores” (Entr. Ferolla).

O número um da RP foi lançado no X Congresso Brasileiro de Arquitetos, em Brasília, entre os dias 01 e 05 de Novembro de 1979, cujo tema era “Arquitetura Brasileira após Brasília”. Traz em sua primeira capa, desenho do próprio Oscar Niemeyer, seu depoimento e entrevista com Lucio Costa. Segawa (1999, p.194) considera que, naturalmente, seria uma homenagem aos grandes mestres modernos, “não fosse *Pampulha* transformar-se [...] numa referência do debate por outras linhas de arquitetura – exatamente as não representadas por Niemeyer e seus seguidores”.

O aparecimento da RP na instância do Congresso “*causou uma excelente impressão e a revista foi avidamente procurada na livraria instalada pelo IAB/DF*” (R2S2). Trouxe aos editores, claros benefícios econômicos:

Fomos pra Brasília e lançamos num congresso lotado. Foi com a gente o Carlos, que vendia livro aqui [...] chegou lá foi um sucesso, vendemos mil e tantos números, vendemos não sei quantas assinaturas; ganhamos tanto dinheiro na época, que o Carlos com a comissão dele comprou uma Brasília e trocou de carro (Entr. Podestá).

Logo em seguida, a convite dos organizadores da XII Semana do Aleijadinho, a RP foi lançada em Ouro Preto. No dia 22 de Novembro, na sede do IAB/MG em Belo Horizonte, a revista foi apresentada para mais de quinhentas pessoas, entre arquitetos, jornalistas, artistas, intelectuais, estudantes e convidados. “*Estamos aí para ficar, não há dúvida*” (R2S2), afirmou a equipe editorial naquele dia.

Um último aspecto a considerar é que a RP surgiu também em tempos em que a profissão ainda era muito pouco difundida. Prova disso é que até recentemente a titulação recebida após a finalização do curso de graduação de Arquitetura era ‘Engenheiros Arquitetos’. Para o entrevistado Ferolla, “bem ou mal, crítica ou superficialmente, *Pampulha* – sendo uma revista não especializada, não setorial – acabou por contribuir para maior divulgação da profissão num certo segmento da sociedade”. E continua, esclarecendo que pelo menos “os rivais engenheiros passaram eles mesmos a serem os primeiros a reconhecer a nossa especificidade, e nos indicar a clientes menos esclarecidos”.

6.3. *A identificação da comunidade discursiva*

Partiremos para a identificação da *comunidade discursiva* do *campo tectônico*, tendo como referência os indicadores de Swales (1990): objetivos comuns, mecanismos de participação e troca de informação, estilos de comunicação, além da relevância de conteúdo e expertise discursiva.

O grupo de pessoas que constituíram a RP iniciou seus trabalhos a partir de um conjunto combinado de metas compartilhadas.

A revista Pampulha era tudo: arquitetura, arte e meio ambiente. Isso porque a gente tava com um discurso que a gente não queria nem fazer arquitetura nem revista pra arquiteto. A gente queria fazer com que as pessoas entendessem que a arquitetura fazia parte de um universo que era necessário, que eles pudessem a partir daí comprar o serviço com consciência. E falo isso até hoje, transformar o eterno ouvinte em interlocutor (Entr. Podestá).

Ribeiro (Entr.) afirma que o corpo editorial da RP tinha o objetivo claro de divulgar conteúdo novo, de qualidade e relevância; “divulgar o que de bom se fazia. [...] Divulgar o que de novo se produzia em arquitetura em Minas – Éolo, Sylvio, Veveco, Gustavo Penna, João Diniz, outros arquitetos. [...] valorizar o papel da profissão na sociedade”. Ao divulgar textos e projetos interdisciplinares sobre arquitetura, arte e meio ambiente, o corpo editorial acreditava estar atingindo a sua maior finalidade – registrar um período da arquitetura mineira.

Construir o *campo* de conhecimento teórico e prático da arquitetura, especialmente a que se fazia em Minas. Há várias identidades, desde as relacionadas com a casa e jardim, decoração, ambiente e paisagismo, engenharias, aspectos sociais. A Arquitetura está numa convergência entre várias dessas áreas e cada publicação da revista [...] enfatizava um desses aspectos. [...] Ela apresentava matérias variadas, inclusive com uma seção de culinária (Entr. Ribeiro).

Também para Ferolla (Entr.), a RP contribuiu “para a difusão do valor da nossa pluralidade”, repercutindo, a partir de então, na produção das outras demais revistas que viriam, principalmente as *Projeto* e *AU*, direcionando-as todas “para a mesma linha”.

A escolha dos tópicos de discussão, a seleção de pauta ou a definição dos projetos não seguiam critérios e procedimentos rígidos. A revista “era bem aberta, não tinha muitos preconceitos ou limitações ideológicas ou político-partidárias” (Entr. Ribeiro). Embora “optar pelas pessoas a serem publicadas demonstrava inconscientemente uma postura editorial” (Entr. Podestá).

Todo mundo atirava. Tinha reunião de pauta e cada um vinha com uma idéia. Em função do que tava rolando, o que não conseguia virar matéria, virava notícia. Algumas coisas eram trazidas pelo Caminho Novo [...] Era meio bombardeado. [...] Não tinha esse negócio de esse projeto entra, esse sai; a gente andava por aí, e quando batia, pronto. [...] A maioria das entrevistas é com pessoas de fora de Minas. Isso foram coincidências porque elas estavam passando por aqui (Entr. Podestá).

O necessário olhar editorial que viesse a refletir a personalidade da revista, foi adquirido pelos integrantes da RP na prática: “publicávamos coisas que eram interessantes ou que tinham alguma coisa pra dizer. Não é qualquer arquiteto que tem um olhar editorial, mas a gente aprende” (Entr. Podestá).

Alguns membros do grupo asseguravam a expertise discursiva, quando necessário fosse analisar, selecionar, recortar e oferecer informações mais especializadas. É o caso de Carlos Antônio Leite Brandão [Cacá]²³. “Nesta época, o Cacá foi importante porque ele passou a ser o repórter dessa geração; teve o olho um pouco mais aberto para poder escrever sobre essas coisas. Então quando precisava de um texto mais encrencado, cheio de pé de página, chamava o Cacá – o arquiteto etimólogo, arquiteto de plantão” (Entr. Podestá).

A comunicação entre os membros que compunham o grupo da RP acontecia em um escritório de Arquitetura que recebia, além de arquitetos pertencentes ao grupo – Sylvio de Podestá, Cid Horta, Carico, Saul Vilela, Éolo Maia – designers, escritores, jornalistas e publicitários. A disposição física do escritório, “super grandão, sem paredes”, foi estrategicamente definida para que as pessoas entrassem no escritório a qualquer hora e vissem como andavam os trabalhos; “era também para mostrar como é que dava trabalho fazer arquitetura”, afirma o entrevistado Podestá.

Os frequentadores desse escritório de Arquitetura conheceram os jornalistas e escritores do grupo “Caminho Novo” e, juntos, sentaram para discutir como fazer a revista. Tudo era feito no escritório, em noites sempre regadas com iguarias e bebidas provenientes de um bar localizado abaixo, chamado “Tempero Verde”. Saudosamente, Podestá (Entr.) lembra: “era uma delícia”. Também Ribeiro (Entr.), reconhece: “foi muito bom ter participado da criação e elaboração da revista Pampulha, que tinha uma equipe entusiasmada e de ótima qualidade”.

A diversidade dos indivíduos, envolvidos de alguma maneira com a RP, podia ser atestada tanto pelas várias formações acadêmicas de seus idealizadores, corpo editorial e colaboradores, quanto de seus assinantes e simpatizantes. “Tinha assinante de todo jeito, tinha médico... Porque? Porque todo mundo andava de bolsa e com um bloquinho na mão e vendia pelos botecos. Pra todo lugar a gente perguntava: quer comprar, quer assinar? Então, a gente tinha assinatura de tudo quanto é tipo de gente que você pode imaginar”.

²³ Carlos Antônio Leite Brandão é arquiteto formado pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFMG - 1981), onde atualmente é professor de história e teoria da arquitetura. Foi diretor da EAUFMG.

Como se tratava de entidade sem fins lucrativos, os fundadores e colaboradores da RP eram todos voluntários. A revista era feita com o que se arrecadava em publicidade, venda avulsa, assinaturas e mensalidades dos associados.

Essa diversidade também se refletia na maneira em que a arquitetura era materializada:

Existia uma divisão... Tinha o pessoal mais contextualista - Veveco, Ferolla, Freuza, casa de madeira com pátio interno, a gente chamava de geração pau velho. E tinha o outro lado que era o Saul, eu, Éolo, que tinha mais impacto, essas coisas de discutir, romper um pouco com a arquitetura. Então o que aconteceu – fizemos o primeiro número, mostrando a arquitetura que estava sendo feita aqui, meio misturando tudo, sem muita percepção. [...] Saiu essa salada, colocando todo mundo que era possível colocar ali (Entr. Podestá).

Pampulha escancarou as portas às manifestações então batizadas pós-modernas. A ‘geléia geral’ de sua linha editorial, a partir do grande apanhado da produção arquitetônica mineira reunindo tendências inclusive antagônicas, realizado em seu número um, [...] é emblemática desta postura ideológica e política, contrariando as posturas das demais revistas de arquitetura de então, as quais só admitiam um caminho possível e ‘correto’ (Entr. Ferolla).

A partir do número dois, a parcialidade das publicações era notória e as reclamações foram tantas que o “Caminho Novo” saiu da RP a partir do número quatro. A empresa responsável pela publicação permaneceu, intencionalmente, somente com a Panela Sociedade Civil Sem Fins Lucrativos²⁴.

E diziam: mas é uma panela? Claro que é. Foi juntando um grupo por causa da revista e também por causa dos amigos: o Éolo começou a conhecer os meus amigos, eu comecei a conhecer os amigos do Ferolla; e juntou esse grupo todo, casei com a Gabi que era do grupo Corpo. Essa mistura serviu para ligar essas pessoas, chamando-as sempre para participar. A gente ficou mais próxima do crescimento dessa turma [arte e dança] e eles cresceram muito mais rápidos do que a arquitetura. [...] Rachou porque fomos por um caminho que não interessavam pra eles [Caminho Novo], não dava pra ser só poesia e coisas jornalísticas; saíram fora, falaram que a gente queria publicar só a gente mesmo. Recebemos umas cartas dizendo que publicávamos somente certas pessoas. E claro que existia isso (Entr. Podestá).

²⁴ A partir do número quatro da revista *Pampulha*, o grupo Caminho Novo deixa de ser a empresa responsável pela publicação.

O grupo “Caminho Novo” externou sua posição sobre a ruptura com o grupo de arquitetos:

PAMPULHA teve uma origem e uma história em que pessoas, de origem e formação profissional diferentes, se reuniram movidas por sentimentos de generosidade e entusiasmo; e em que considerações de ordem comercial eram bastante secundárias. Talvez até secundárias demais. Infelizmente, contudo, a convivência não foi possível. [...] Deixamos PAMPULHA certos de haver tentado uma experiência editorial de algum interesse. Nossa concepção da revista está registrada na própria evolução do perfil da publicação, do primeiro ao terceiro número. O caminho ali indicado era o que nos interessava, um caminho novo, e ele deveria ser trilhado com a participação equitativa de jornalistas e arquitetos (R4S1).

A mudança de direção da RP foi comunicada aos assinantes: “*PAMPULHA está agora apenas sob o controle de PANELA, entidade sem fins lucrativos reunindo 18 pessoas interessadas em editar, produzir e veicular idéias, seja lá sob que forma mais disponível a cada momento, e no momento está dando apenas para produzir esta revista*” (R4S5)²⁵.

A RP possui e usa um estilo próprio de comunicação, revelando uma “linguagem local, bem-humorada, otimista e nem um pouco compromissada com discursos fechados e completos” (SEGAWA, 1999, p.194); “livre, irônica, brasileira. Estas teriam sido as principais características da revista *Pampulha*” (VECTORE, 1994, p.61).

A experiência prévia com o encarte *Vão Livre* trouxe a certeza para o grupo de que a escolha da linguagem e a definição da diagramação das informações em uma revista de Arquitetura deveriam ser feitas por pessoas que pertencessem à área: “a gente sabia que outras pessoas iam ter dificuldade de como diagramar arquitetura” (Entr. Podestá).

É preciso lembrar que “não era ainda acessível os recursos eletrônicos hoje disponíveis por qualquer micro, portanto toda a arte final era produzida a mão” (Entr. Ferolla). A produção e manutenção do projeto gráfico e editorial de cada número eram todas feitas pelo Sylvio de Podestá que acumulava não só a experiência com a *Vão Livre*, mas também com quadrinhos.

²⁵ Ver anexo III.

As pessoas tinham muita dificuldade de documentar os projetos. [...] A RP foi virando uma “escolinha de apresentação”. [...] Como a gente vinha da Vão Livre, a gente sabia o que era um fotolito, o que era fotocomposição, etc. [...] Depois que o grupo Caminho Novo saiu, a gente começou a cuidar mais da revista [...]. Para melhorar a qualidade da revista, desenhávamos tudo, até perspectivas (Entr. Podestá).

Perguntamos: porque a RP parou de ser publicada? Para Ribeiro (Entr.), a RP “começou pelo entusiasmo de um grupo de arquitetos de Minas que queriam valorizar a profissão. Acabou por falta de sustentabilidade financeira e empresarial, o que levava a edições com tempos irregulares, falta de segurança para o assinante, desgastes”. Entretanto, Podestá (Entr.) afirma que a “revista poderia continuar saindo até hoje, ela sempre se pagou. Uma revista com mais dificuldade, outra com menos, mas sempre se pagou. A missão tava mais ou menos cumprida”.

Essa incoerência de falas leva-nos a crer que outras razões contribuíram para a decisão de não mais continuar com a publicação; essa percepção é fundamentada também pela divulgação pública das dificuldades que estavam sendo enfrentadas: *“fisicamente não é difícil fazer uma revista, mesmo sendo ela de arquitetura; o difícil é conciliar pensamentos diversos, vontade de trabalhar, com certas situações e pessoas carregadas de um pessimismo destrutivo”* (R6S2).

Foi sumindo todo mundo, começou a ficar eu, Éolo, Veveco e Jô. Dava muito trabalho fazer tudo porque as ferramentas eram muito precárias... cansou. [...] E um dia, pensamos, em vez de fazermos revista pros outros, vamos fazer só as nossas. Vamos acabar com isso, vamos chegar no número doze porque seria um número bom, por causa dos assinantes²⁶ [...] Ninguém tinha mais *saco* de fazer entrevista, nem pra montar. Eu montava a noite, de manhã ia pra gráfica, botava dentro do carro, pregava etiqueta. A revista acabou porque as pessoas cansaram. [...] estava na hora de encerrar essa história toda (Entr. Podestá).

Entretanto, Ferolla (Entr.) esclarece com mais profundidade as razões do fechamento da RP, sob o seu ponto de vista:

²⁶ As assinaturas eram vendidas em pacotes de seis números.

Acabou numa caretece oportunista. Constatado sucesso e a penetração do veículo, insistiram alguns numa postura pseudo-regionalista, cultuadora de individualidades, disposta a não somar, mais preocupada em confrontar, mesmo superar a notoriedade do “eixão”, em aberta oposição aos adeptos do original pluralismo agregador, interessada em abertura cada vez maior, além das minas e das arquiteturas (o paradigma da SENHOR, já mencionada como modelo de partida). Resultou que a equipe editorial rachou, caindo fora aqueles em sintonia com os objetivos originais.

De fato, a última RP foi publicada com quase apenas projetos dos chamados “3 Arquitetos” [Sylvio de Podestá, Éolo Maia e Jô Vasconcellos]. Essa tendência de evidenciar o trabalho desenvolvido pelo trio resultou, posteriormente, na publicação de um jornal informativo sobre a produção do seu escritório de Arquitetura²⁷: “o que a gente queria agora era continuar a nossa conversa – eu e o Éolo. A Jô entrou em paralelo” (Entr. Podestá).

O resultado desta “pauta circular” acarretou “dificuldade cada vez maior na captação de recursos, propaganda e assinantes, levando os remanescentes, atingidos os seus objetivos mais imediatos de auto-promoção, melancolicamente à exaustão. De conteúdo, de disposição e de interesse” (Entr. Ferolla).

²⁷ O jornal “3 Arquitetos” era enviado gratuitamente a firmas construtoras, entidades e representantes, Institutos de Arquitetos, Bibliotecas, Escolas de Arquitetura, Sindicatos, Prefeituras, Secretarias e todos os demais segmentos ligados, direta e indiretamente, ao processo arquitetônico brasileiro, conforme citado em expediente do Jornal.

CAPÍTULO 7

A HIERARQUIZAÇÃO DO *CAMPO TECTÔNICO*

Vimos que a prática informacional é função das condições impostas pelos dispositivos informacionais reinterpretados a partir das experiências dos sujeitos e das possibilidades dos sujeitos adquirir *capital*. Assim, a reinterpretação da informação veiculada na RP pelos sujeitos arquitetos gera as *formas* nas quais a comunidade discursiva do *campo tectônico* vê, percebe e acessa o mundo, organizando de maneira hierárquica o *campo*.

7.1. *O entendimento do mundo*

O SOCIAL

Sabendo-se que a disciplina da Arquitetura está inserida no campo das Ciências Sociais Aplicadas, seria natural que se buscasse a vinculação aos conhecimentos e questionamentos sobre o coletivo e a sociedade. Ao contrário, a Arquitetura não tem sido receptiva à contribuição social, mesmo que reconheça que uma resposta à sua problemática social seja necessária.

Como área de conhecimento, a Arquitetura espera que a Sociologia apresente as soluções: “*os sociólogos, psicólogos, cientistas que nos ajudem a encontrar a verdadeira necessidade do arquiteto. Quais as relações entre ele e seu meio ambiente. Não temos uma posição concreta. Não temos algo que possa ser efetivo. Não queremos uma teoria*” (R1S2).

Stevens (2003) afirma que, na realidade, os arquitetos não estão preocupados com o social, dizendo ainda que sua psicologia não é receptiva aos aspectos sociais e que seu

discurso arquitetônico evita o social. Por outro lado, os sociólogos por estarem interessados no social, não gostam da fixação dos arquitetos no indivíduo que, segundo Stevens (2003), não sabem sequer definir corretamente conceitos como comunidade, família, amizade ou relações de trabalho.

De fato, a RP publica que o modo de proceder dos arquitetos é limitado em relação às questões sociais – *“o funcionalismo e o pecado de uma linguagem científica descompromissada com o social e com as despesas simbólicas, dominaram arquitetos e planejadores”* (R11S5).

A *informação construída* pela RP revela-nos a baixa prioridade dada às questões sociais concernentes ao mundo onde os sujeitos arquitetos desempenham suas funções profissionais. Mas também indica que as incapacidades e restrições dessa atuação dos arquitetos são reflexos indiretos das ações de outros *campos*.

OUTROS CAMPOS

Referindo-se ao *campo econômico*, a RP reconhece que a Arquitetura adquiriu *“as qualidades comuns de mercadoria, em detrimento do seu valor de uso”* (R1S7). Toda a expectativa do mercado de trabalho está voltada ao incentivo do *“consumismo irresponsável de atividade construtiva”* (R1S7).

Em relação ao *campo cultural*, a revista delata a não valorização da produção arquitetônica nem por parte dos *“organismos de fomento às atividades de projetos e pesquisa”* (R7S4) nem por parte dos *“veículos de imprensa”* (R6S4). Deve-se incluir nessa análise, os impactos sociais, econômicos, ecológicos causados, visto que a supressão da produção de bens arquitetônicos reduz o uso de grande quantidade de recursos humanos e materiais.

Também o *campo político* é responsabilizado pelas deficiências na atuação dos arquitetos. A Arquitetura no Brasil *“foi tragada por um período de alienação profissional imposta aos arquitetos por regras e sistemas de uma política, tecnocracia e de uma sociedade completamente indiferente ao nosso trabalho”* (R8S3). Os anos pós-Brasília, marcados pelo fim das *“agitadas manifestações culturais”* (R11S5) revelam um período *“de pouca*

inventividade e de desencantos, a decadência da filosofia racional funcionalista e o clima de autoritarismo impedindo os debates e as novas idéias” (R11S5).

Referências ao *campo acadêmico* também são feitas. Em entrevista a RP, o arquiteto chileno Sergio Soza colocou às suas impressões sobre a formação do arquiteto: “*um elaborador de mercadoria para colocar no mercado*” (R7S3), evidenciando que o arquiteto “*nasce deformado*” (R7S3) no que se refere ao foco de sua profissão – valorizar o objeto.

Mesmo que pela informação veiculada na RP possamos perceber que o modo de proceder da Arquitetura é limitado e, até mesmo, condicionado pelo embate com outros *campos* – econômico, cultural, político e acadêmico, também é possível identificar a indiferença e a alienação dos arquitetos frente aos seus problemas políticos e sociais.

A COLETIVIDADE

Há um sentimento de passividade dos arquitetos em relação às possíveis e necessárias mudanças de direcionamento político e social do país: “*nossos olhos continuam fechados – por incompetência ou conveniência*” (R1S2).

Isso pressupõe a inexistência de uma consciência de classe e, naturalmente, de uma participação coletiva dos arquitetos, ancorados que são por “*posturas individuais*” (R1S7). A presença de arquitetos mineiros no X Congresso Brasileiro de Arquitetos, em 1979, instância com potencial privilegiado para o debate político, “*não atingiu volume e organização suficiente*” para que se pudesse enfrentar “*a tarefa de preparar convenientemente [...] representação no conclave [...]. Há necessidade de uma ordem de classe para propor e fiscalizar o exercício da profissão* (R2S4).

A informação publicada pela RP intensifica as posições individuais e até regionalistas, se analisarmos, por exemplo, a seção “Arquitetos Mineiros”. A imagem que se quer construir é que Minas Gerais contém um “*celeiro de talentos*” (R6S2). Não só na Arquitetura, mas, também, nas artes plásticas, música e dança, reconhecido nacional e internacionalmente por meio de exposições, festivais e outras manifestações culturais realizadas em diversos locais: “*nós mineiros dormimos em berço esplêndido*” (R6S3).

Em catálogo da exposição Mostra da Arquitetura de Minas, o então Secretário Estadual de Cultura José Aparecido de Oliveira (1983) declara que “os arquitetos foram

vanguardeiros no processo cultural de Minas, dando contribuição efetiva e pioneira às nossas forças de criação e de construção”. Ainda neste catálogo, Ribeiro (1983) na condição de presidente do IAB/MG e não de editor da RP, manifesta o “importante surto de qualidade da produção arquitetônica mineira”.

A renovação arquitetônica seja pela “*evolução de conceitos*”, “*conquista de novos padrões de qualidade*” (R1S7), “*busca de novas fórmulas, novas soluções*” ou “*novas raízes*” (R8S3) é informação premente na RP. É vista como possibilidade de novos horizontes, mas sujeita à capacidade individual de cada arquiteto: “*depende agora da qualidade de um arquiteto ou de outro em cada país – contribuindo com alguma coisa nova*” (R1S3).

As informações veiculadas sugerem que os arquitetos fiquem atentos às suas reais e imensas responsabilidades no desenho dos espaços e que, ao mesmo tempo, os estudantes de arquitetura se empenhem no aprendizado sério e amplo. Essa postura, segundo a RP, possibilitaria “*fazer muita coisa boa*” (R12S6) dentro do que a Arquitetura e o Brasil merecem.

O agir passivo e individual dos arquitetos é atestado pela *informação construída* pelo campo, revelando a maneira de se fazer arquitetura.

RESPONSABILIDADES

A preocupação da equipe editorial da RP voltava-se para as responsabilidades dos profissionais arquitetos se analisarmos as perguntas lançadas aos seus leitores: “*quais são as atividades profissionais que os arquitetos vem assumindo? Sob quais relações de trabalho o arquiteto desenvolve seu trabalho profissional?* (R1S4) “*Que mundo estamos construindo para estas crianças, para nossas crianças, e para as crianças de nossas crianças? Como podemos contribuir e construir cidades que respondam à necessidade do homem, e não aos poderes econômicos, políticos e militares?* (R5S3).

Contudo, não há respostas concisas. Para a RP “*as respostas só serão percebidas e talvez sistematizadas com a prática, que atualmente tende a ser descomprometida (a nível formal, de relação de espaços pelo óptica funcionalista) por não existirem referências palpáveis — condição de momento histórico* (R9S5).

Nesse cenário, é possível concluir que a necessidade da mudança contém pretensões de se buscar características e circunstâncias que possam distinguir a arquitetura como área de conhecimento, mas revela também uma crise de identidade já que se coloca dependente do surgimento de talentos individuais. Para o arquiteto suíço Mario Botta em entrevista a RP, a crise é de um *“novo posicionamento do fazer arquitetura. [...] Parece que cansamos de uma alienação do século XX e procuramos novas situações e “verdades” que nos abram as portas do futuro presente do século XXI”* (R8S3).

Por outro lado, não há como imaginar que *“este quadro de discussões filosóficas e preocupações da validade ou não desta ou daquela rotulação de algum novo movimento”* (R8S3) seja fundamental. O problema da arquitetura brasileira é mais *“imediato e doloroso”* (R8S3).

MANEIRA DE PENSAR

A RP defende a mudança de postura, visto que resultados precisam ser alcançados: *“temos que mudar de cama. O sonho é uma nova realidade que exige dos arquitetos uma nova postura”* (R10S1). Parece ser necessário assumir a responsabilidade imputada aos arquitetos.

Em entrevista a RP, o arquiteto argentino Prêmio Nobel da Paz em 1980, Adolfo Pérez Esquivel, lembra ser urgente responder às demandas das cidades: *“como integrar o meio-ambiente, como integrar a natureza ao homem [...] como a Arquitetura possa contribuir para a solução de graves problemas [...]; ver o que se pode fazer através de uma nova arquitetura social”* (R5S3).

A discursividade intelectual presente na RP expressa formalmente a maneira de pensar, mas não de agir do *campo tectônico*. Reflete também a falência do modelo de atuação dos arquitetos, que *“inspirado pelas multinacionais e por todos os ‘Phds’ [...] foi para as cucuias”* (R10S1). Mesmo que haja inúmeras oportunidades de atuação em um país como o Brasil, a postura frente à produção arquitetônica responde a um sistema *“hoje falido e ultrapassado”* (R10S1), alimentado pela postura alienada dos arquitetos frente aos interesses comuns da sociedade e pela crise de identidade, que se esclarecida, poderia revelar o que fosse a arquitetura brasileira.

7.2. *A forma corporificada de atuar*

A IMAGEM DO ARQUITETO

Gostaria de ser arquiteto. Em primeiro lugar porque adoro letra de arquiteto. De arquiteta então, nem se fala. Letras de forma maravilhosas. Já notou? Exatamente o contrário dos médicos e dos escritores.

[...] Mas não é só a letra. Os arquitetos são todos bonitos. Têm um certo talho no vestir. E as arquitetas, duvido que você me apresente uma feia. São todas deliciosas.

No bar Balcão, reúnem-se muitos jornalistas e muitos arquitetos e arquitetas. Adoro conversar com eles e olhar para elas. Elas cortam os cabelos como quem projeta uma varanda para o pôr-do-sol. Sublinham os seios como quem eleva uma fonte no jardim. Falam manso, rabiscam guardanapos.

Sorriem curvas e andam num compasso perfeito. Bundinhas arquitetônicas. Fachadas que deleitam.

Pois domingo estava eu lá no boteco a conversar com um dos nossos jovens e grandes arquitetos. O Marcelo. Pra começar, Marcelo já é nome de arquiteto²⁸.

(Mário Prata)

Usamos dessa crônica para demonstrar a relevância dada à imagem ‘quase-artista’ do arquiteto; profissional “de luxo”, “supérfluo”, “grã-fino”, “elitista”, “pedante”, “auto-referenciado” (ALMADA, 2003). Os arquitetos têm vivido sob as sombras de adjetivos, muitas vezes imersos em modelos construídos pelo próprio *campo tectônico*.

Muller (2004) acredita que somente liberado desses modelos, o arquiteto possa fazer surgir “uma visão transformadora, humanista e ilustre, mas inteligente e participativa, com todos os demais agentes que participam da construção de uma sociedade: políticos, filósofos, geógrafos, biólogos, pessoas, enfim”.

Confirma-se, assim, que a forma que a sociedade vê e percebe o *campo tectônico* está concatenada ao conjunto de atitudes e comportamentos dos arquitetos. Se assim é, seguiremos pelo o que incomoda os arquitetos.

²⁸ Trecho da crônica “Azulejando a vida” de Mario Prata; publicada no jornal “O Estado de São Paulo” 04/07/2001.

INCÔMODO

O corpo editorial da RP atestou que a necessidade da crítica sobre o seu produto – o projeto – não é senso comum entre os arquitetos, quando decidiram praticar a avaliação de projetos desenvolvidos pelos colegas e publicar suas impressões. Os sócios constituídos romperam seus compromissos assumidos. Alguns componentes do grupo saíram da revista²⁹ e os membros que permaneceram se respaldaram dizendo que a crítica não era feita ao indivíduo, mas ao trabalho do indivíduo. Permaneceram aqueles que acreditavam que comentários sobre a produção arquitetônica deveriam ser feitos como possibilidade de debate intelectual:

O motivo de fazermos críticas é de tentarmos criar um diálogo entre a Revista, o que ela ou quem publica e quem lê, e sairmos, portanto, da situação de “display” de projetos de arquitetura para uma de nos posicionarmos frente ao que publicamos e, em seqüência, frente ao que está sendo projetado por aí. Pampulha só publica projetos selecionados pelo seu corpo editorial e, ao criticá-los, justifica esta publicação, tornando-a única como revista do gênero (R7S5).

Nesse embate, surgem dois pontos de vista. Por um lado, revela-se um grupo que não quer se comprometer diante dos vínculos estabelecidos dentro e pelo *campo*. Podestá, em entrevista, coloca que as “amarras” com a sociedade mineira, parte do universo de cada um, apareciam quando a crítica era feita: “eles achavam a crítica anti-ética [...] as pessoas acham que crítica é falar mal. Não é; são coisas que a gente acha e coisas que a gente não acha”.

Por outro lado, havia também arquitetos que, sutilmente, queriam usar a crítica como pano de fundo para exacerbar suas idéias (e projetos).

Houve pressão mercadológica por parte de alguns – que queriam a revista como meio de divulgação constante de suas idéias, posturas e produções – e ideológica por parte de outros – muito politicamente comprometidos com suas correntes político-partidárias para suportar a “geléia geral”; o núcleo original rachou com várias defecções (a minha inclusive). A partir daí, a revista foi se mimetizando numa coisa mais frívola e tendenciosa, até morrer (Entr. Ferolla).

²⁹ Na publicação número seis.

É sabido que os arquitetos se incomodam até com a crítica *per se*. Reagem com indignação, mostrando-se defensivos ao que poderia alimentar o debate tão necessário sobre a produção dos *objetos tectônicos*. Em debate sobre a crítica de Arquitetura no Brasil³⁰, Nobre (PROJETODESIGN, 2002) afirma que o “desencanto constrangedor que experimentamos hoje com relação à crítica de arquitetura no Brasil está vinculado à situação de carência do nosso próprio meio arquitetônico, num sentido mais amplo”. Nobre continua dizendo que a crítica não existe da mesma forma que a arquitetura também não tem se mostrado, e pergunta: “a quem interessa a crítica?”

Para Segre (PROJETODESIGN, 2002) “a crítica se desenvolve para os pesquisadores e os (poucos) profissionais interessados, fica restrita a um circuito intelectual fechado, totalmente à parte do grande público, que, em última análise, é quem mais necessitaria da ajuda da crítica”. A crítica se aceita fosse, permitiria ao *campo tectônico* “superar sua redução a modas e tendências, assim como sua vinculação atual aos caprichos do mercado”, segundo Mahfuz (PROJETODESIGN, 2002).

Respondendo à polêmica criada pela suas críticas contra a proposta do governador mineiro Aécio Neves de transferir o Centro Administrativo do governo para uma região periférica de Belo Horizonte, chamando o arquiteto Oscar Niemeyer para desenvolver o projeto, Podestá (2003) afirmou: “em arquitetura, quando criticamos um projeto ou uma situação, parece que criticamos a pessoa”.

Também Stevens (2003, p.20) ressalta a resistência do *campo tectônico* em aceitar críticas, por exemplo, dos sociólogos que “com suas opiniões incisivas sobre o que a sociedade *deveria* ser, muitas vezes dizem coisas que a profissão da arquitetura não está interessada em ouvir”.

A decisão da RP em criticar projetos foi duramente combatida, não sendo apreciada pelos arquitetos:

As críticas dirigidas a alguns dos trabalhos apresentados, a nosso ver, perderam seu sentido contributivo e sadio, quando se revelaram superficiais e nitidamente parciais. [...] No caso específico de nosso trabalho, gostaria de enfatizar seu aspecto despojado e o nosso propósito de realizar uma arquitetura simples sem ser simplória, aberta a participação dos seus usuários, criativa e baseada nos princípios construtivos e dinâmica como a

³⁰ Participaram do debate os críticos Ana Luiza Nobre, Roberto Segre, Ruth Verde Zein, Edson Mahfuz.

própria vida que deve abrigar e refletir, sem agredir ao contexto no qual estará inserida (R7S5).

Considero aética a posição da Revista nos seguintes aspectos: [...] o procedimento de um novo julgamento dos trabalhos à revelia do júri oficializado para o concurso, [...] a não comunicação dos objetivos dessa publicação às equipes selecionadas em concurso, toldando-lhes a opção de participar ou não da publicação, [...] a riqueza de conceitos diversificados, não foi considerada pela crítica sectária na amálgama da classe já tão partida (R7S5).

Sabendo-se ser essa Revista pública, observamos sob o ponto de vista didático que nossa INTERPRETAÇÃO FILOSÓFICA é simples, pragmática e econômica, tendo-se em vista as necessidades reais de lazer da região. [...] Finalmente cobro da Revista Pampulha o silêncio, desde que a crítica saudável pode ser medida pela qualidade e quantidade de silêncio que se é capaz de expressar. O que não se pode é confundir as críticas silenciosas com as silenciadas, aquelas cujo silêncio ainda está cheio de gritos abafados. Há no comportamento crítico um aspecto que nos parece muito significativo e que poderíamos traduzir da seguinte maneira: a satisfação costuma ser silenciosa e a angústia barulhenta (R7S5).

A resistência em divulgar a crítica é evidente até mesmo entre jurados de concursos. Na divulgação dos resultados para o edifício Sede Sindicato da Casa do Jornalista em Fevereiro de 1982, o projeto vencedor e aqueles que obtiveram menção honrosa foram publicados na RP n.7. Mas os pareceres críticos dos membros do júri e da classe jornalística solicitados pela equipe editorial da RP, inexplicavelmente, jamais chegaram à redação da revista. A RP publicou os projetos, fez as suas críticas àqueles projetos que julgou mais significativos e solicitou, então, aos leitores que enviassem opiniões e críticas aos projetos publicados.

PARTICIPAÇÃO

É preciso colocar que, desde a primeira publicação, a RP abriu espaço para os leitores enviarem suas cartas, comentários, análises e sugestões. Contudo, mesmo com a divulgação intensa de projetos, denúncias e idéias, a RP constatou, de maneira indignada, a inexpressiva participação de seu público maior, os arquitetos:

Estamos a 4 anos dando condições destes “personagens” se manifestarem e nada. As reclamações sobre problemas de classe, de emprego, de filosofias de projeto, sociais, construtivas, pessoais, perdem seu sentido quando são feitas familiarmente ou para pequenos grupos já viciados em suas reivindicações. [...] dessa turma toda, os que menos se manifestaram foram justamente os arquitetos, profissionais para os quais a revista está mais maciçamente dirigida. Muito bem! Acho que ninguém tem que ficar chorando quando há um prato do qual podem comer³¹ (RP10, p.25).

Neste jogo de tensões, os integrantes do corpo editorial da RP assumem sua posição: respondem àqueles que não querem as críticas, observando que somente estas ajudam “*a criar um diálogo entre pensamentos e posições diversas, enriquecendo com esta discussão a própria reflexão crítica da classe perante os caminhos que a arquitetura nos oferece*” (R7S5). E amplia essa discussão se ancorando na legitimidade da crítica, oferecida pelo Comitê Internacional de Críticos de Arquitetos da União Internacional de Arquitetos (UIA) quando a define como “*parte integrante do processo arquitetônico, desde a etapa de planejamento até os últimos detalhes do desenho*” (R7S5).

DISCURSIVIDADE

Percebemos que, em defesa da necessária crítica de projeto, a RP usa da ironia em sua discursividade, reforçando uma outra faceta do comportamento dos arquitetos. As insatisfações e desconfianças são dissimuladas por meio do emprego inteligente de palavras e expressões de caráter sarcástico ou figurado, como seguem os exemplos:

- (1) “*descobrimos que estamos a nível de sobrevivência, estamos fazendo casa pra madame e fugindo do confronto geral*” (R1S2);
- (2) “*a revista CASA CLÁUDIA anda fazendo sugestões “para você construir a casa de seus sonhos” e entre uma dessas, um romântico chalé de montanha que é uma verdadeira “jóia de arquitetura”*” (R1S2);
- (3) “*o que uma firma mineira de engenharia está lançando aí na cara de vocês não está no Gibi. Prédio de apartamentos é o que dizem, mas não passa de motel sobre*

³¹ A RP relatou que em Belo Horizonte, havia “*uns mil e tantos arquitetos e destes pelo menos 40% lêem PAMPULHA*”. Segundo o CREA/MG, havia 146 (cento e quarenta e seis) profissionais arquitetos ativos registrados em Belo Horizonte, em 1980. No ano de 2004, os registros somavam 631 (seiscentos e trinta e um) arquitetos ativos (PAULA, 2005).

pilotis. E o que é mais curioso: o edifício (AH!) leva nome francês, e para deleite de seus futuros moradores, terá de um lado a Torre Eiffel, do outro, na entrada principal um Arco do Triunfo. Ei, arquitetura Goiânia, confirmam isto aí para mim ...” (R1S2).

Evidenciam-se também na discursividade, os problemas com os mecanismos de funcionamento do *campo*, mostrando que algo deva ser feito – a quem, como e quais demandas o campo deve atender? Há um consenso que o arquiteto deva “*compreender e participar do problema que vive o povo*” (R5S3), mas não se sabe ainda como. “*Mesmo o pobre, o sujeito mais miserável tem necessidade de mais alguma coisa além do feijão e do arroz. Nós não devemos usar a fome como alibi para justificar a ausência de criatividade*” (R3S3).

Maia (2002) alerta sobre a existência do pensamento cartesiano entre os arquitetos e a conseqüente imobilidade: “o que teóricos e práticos estão querendo é uma fórmula para fazer arquitetura, ninguém quer procurar o novo. Então fica todo mundo perdido. Ótimo. A inexistência de rumo dá mais força para trabalhar e renovar”.

CRISE

Admitindo que os problemas só podem ser resolvidos alicerçados por eles mesmos, isto é, que as soluções devam nascer da crise – “*nada melhor do que uma crise [...] para nos acordar*” (R11S1), estabelece-se que é preciso somar esforços. Se as dificuldades residem no âmbito social e nas relações entre o ambiente e os aspectos que envolvem a vida humana, naturalmente, o *campo* não poderá agir sozinho, “*porque sozinhos os arquitetos não vão fazer nada. O arquiteto, com toda a boa vontade que tenha, não vai poder solucionar o problema social*” (R5S3).

Se o *campo* sabe de sua obrigação em responder pelas suas ações, é porque seus questionamentos e preocupações partem do senso comum de que a “*Arquitetura [...] é um processo humano, profundamente humano. [...] Quem pode dar soluções aos problemas da cidade são os arquitetos e urbanistas para que as cidades não adoçam*” (R5S3).

Em um processo de discussão já bastante arrastado, as expectativas continuam a serem mantidas para que o arquiteto se envolva, finalmente, em uma “*missão social muito importante por detrás das capacidades que tem ou que pode desenvolver*” (R7S3).

Salvo que nós tenhamos equivocado muito, elegemos uma carreira como a arquitetura porque sentimos que temos umas habilidades mais ou menos dirigidas: temos os olhos habituados a funcionar corretamente resolvendo algo; temos uma intuição, uma capacidade de adivinhar. O arquiteto, em princípio, quando inicia sua atividade profissional, creio que é mais fácil ou menos assim. Não é um cientista, não é um analista rigoroso que está pensando globalmente tudo o que faz. Esse passo se dá quando esse técnico, esse profissional, tem uma sensibilidade social. Então, faz o esforço para ir encontrando as relações que existem entre o que faz e como impacta sobre a sociedade (R7S3).

Contudo, o *campo* não tem demonstrado competência para, efetivamente e eficazmente, solucionar questões, inquirições, considerações e discussões, embora reconheça as suas habilidades: “*sempre foi meio ingênuo a gente dizer que arquiteto não tem capacidade para isso*” (R4S3).

Para Ferolla (Entr.) a problemática está relacionada ao fato de que a “Arquitetura não tem um repertório, ou instrumental, ou *know how* próprios, ou exclusivos: trabalhamos com os conhecimentos da Engenharia, da Física, da Química, da História, das Artes, da Filosofia, da Psicologia, da Antropologia, da Arqueologia, da Medicina, enfim, dos “outros”.

O que difere os arquitetos de outros profissionais, segundo Ferolla (Entr.) é “porque aprendemos a somar estes conhecimentos através dos processos artísticos de criação - os *experts* em reunir este conhecimento num produto síntese”.

[...] o arquiteto pode [...] fazer abordagens em termos de identificar os problemas, de identificar linhas de solução, de pôr à vista as restrições que se opõem a que essas linhas de solução funcionem. Pode fazer um trabalho de denúncia dos grandes problemas e de quais são os obstáculos que impedem que os problemas se resolvam. [...] chegando a essa transformação do arquiteto tradicional em uma pessoa que atua numa comunidade territorial, tocando todos os elementos: o investimento, o estímulo às atividades econômicas; os elementos sociais como a organização da comunidade para levar adiante o plano; elementos políticos como entusiasmar a comunidade para que ganhe voz e força políticas; ou seja, este tipo de planificação não

cabe dentro de categorias burocráticas de planejamento que estiveram em voga por tanto tempo (R7S3).

[...] nós podemos criar legislação própria e preservar, e lá asseguramos os prédios, coisas que na classificação do patrimônio não têm importância, mas pra nós é importante (R4S3).

Pergunta-se, então, porque o arquiteto não faz aquilo que se sabe ser obrigatório fazer? Para muitos, o problema está à utilização extrema “*na intuição, na imaginação, na capacidade de adivinhar*” (R7S3) em detrimento do uso consciente e racional de sua inteligência: “*inconscientemente ele está sendo vítima do papel que lhe reserva a sociedade: fabricante de mercadorias. E então, como essa é a função real que ele inconscientemente sabe que tem, isso é o que preocupa: ser um fabricante eficiente de mercadoria*” (R7S3).

Mahfuz (2001) alerta que “tratar a arquitetura como algo passível de ser consumido termina por tornar a própria disciplina obsoleta, enquanto seus produtos permanecem como monumentos à estupidez humana”.

Nessas bases, encontra-se a “*mudança fundamental que parece fazer falta, ou seja, um arquiteto formado com uma amplitude maior, um arquiteto que seja capaz de entender o contexto social no qual vive, um arquiteto que em algum momento adquira determinados compromissos com o processo do qual faz parte*” (R7S3).

Ele [o arquiteto] é um ser humano neutro, que pode ser levado em qualquer direção, porque está habituado a pensar que não é ele quem determina as direções da história, dos processos políticos, dos processos sociais, e que portanto ele empresta sua habilidade em qualquer contexto, em qualquer direção, para qualquer coisa. [...] aí há uma falha importante, se se resolve essa falha, então tens um material humano muito mais rico para mudar a metodologia do desenho, para habituar o desenhador a funcionar de outra maneira, para considerar outros elementos, manejar outras variáveis (R7S3).

“O protótipo do arquiteto ilustre, produto de uma educação elitista e auto-suficiente, já não tem mais influência na sociedade atual”, alerta Muller (2004).

A prática informacional manifestada por meio da informação publicada pela estrutura informacional RP revela-nos como os sujeitos agem na construção do *campo tectônico*. A

distância existente entre o campo e as questões sociais e políticas concernentes a este impossibilita que os arquitetos construam *capital social* e *capital político*, acessando e herdando enfaticamente o *capital intelectual* e *econômico*.

Uma das conseqüências é a subordinação do *campo tectônico* a outros campos, resultando em passividade e individualismo no agir e incapacidade de encontrar soluções para uma crise de identidade que é coletiva e constante. A maneira de pensar dos arquitetos, vinculada a modelos falidos e ultrapassados, fundamentados pelo metaforismo, pela postura acrítica e pela intuição, impede a elaboração de respostas coerentes com a responsabilidade de sua atuação, enfraquece ou elimina a participação em sociedade, fragiliza o seu discurso e dificulta a teorização do campo.

CAPÍTULO 8

A LEGITIMAÇÃO DO *CAMPO TECTÔNICO*

As informações presentes na RP, que se referem às disposições relacionadas à herança do passado e à identidade do presente, organizam a comunidade discursiva do *campo tectônico* já que constroem historicamente as ações e práticas dos arquitetos. Assim, a prática informacional é governada pela construção estruturada e estruturante do *habitus*, legitimando o *campo tectônico*.

8.1. *O passado herdado*

RAÍZES

Tomemos como ponto de partida o conjunto de condições que cercaram o início da produção do *campo tectônico* no Brasil. Enquanto na Europa, a história do exercício da Arquitetura é escrita desde os tempos de Hamurabi³² e edificada a partir do século XIII, no Brasil, somente a partir do desenvolvimento industrial do século XX, começam-se a firmar os verdadeiros caminhos da “arte de construir”.

O curso de Arquitetura no Brasil foi instaurado pelo arquiteto francês Auguste de Montigny e inserido na Academia de Belas Artes em 1827. Mas sua trajetória é marcada sob

³² Hamurabi, rei da Babilônia no 18º século A.C., criou as mais antigas leis da humanidade, que tinham como finalidade a proteção à propriedade, à família, ao trabalho e à vida humana. Apesar de todo o seu primitivismo, o Código de Hamurabi, descoberto na Pérsia em 1901 D.C., fez inscrever diversas normas que regiam as categorias profissionais da época, seus honorários e responsabilidades, referentes aos médicos, veterinários, bateleiros, além do arquiteto. Art. 229: Se um arquiteto constrói para alguém e não o faz solidamente e a casa que construiu cai e fere de morte o proprietário, este arquiteto deve ser morto. Art. 230: Se fere de morte o filho do proprietário, deverá ser morto o filho do arquiteto (IAB/SC, 2005).

fortes críticas, revelando que a arquitetura brasileira não tinha encontrado, ainda, o caminho para a concretização de sua identidade cultural.

Por um lado, essa hesitação pode ser justificável pelo fato da formação da elite intelectual brasileira estar, até o século XX, sustentada em um tripé que excluía as artes: a medicina (cujas primeiras escolas datam de 1808), as ciências jurídicas (suas duas academias foram fundadas em 1827) e a engenharia – cuja consolidação se faria no final do século XIX (Escola Politécnica do Rio de Janeiro, 1874; Escola de Minas de Ouro Preto, 1876; e a Mackenzie College de São Paulo, de origem norte-americana, 1896) (SEGAWA, 1999).

Por outro lado, havia uma segunda variável: o desconhecimento da nacionalidade. Segawa (1999, p.39) aponta que o marco inicial de uma arquitetura identificadora da nacionalidade “[...] foi a introdução do contraponto *regionalista* [...] como fator de renovação” - as raízes do modernismo. O autor amplia essa discussão, lembrando as críticas da época sobre a percepção de que os arquitetos brasileiros, embebedos pelo modernismo, abandonaram os preceitos da Arquitetura e Urbanismo e se voltaram para as artes plásticas.

Em entrevista a Revista ProjetoDesign, Maia (2002) reforça a necessidade de voltarmos mais profundamente às nossas raízes, colocando que “é importante que tenhamos informação de nossa própria cultura arquitetônica, porque, do contrário, vamos sucumbir nesse processo de globalização. Se não se tem história, passado, tradição, não se tem nada. Acho que esse excesso de informação e a pouca valorização do que é feito aqui aniquila nossa cultura”.

ÍCONES

O conjunto de idéias e pontos de vista da RP constrói-se sob as bases do passado por meio de exemplos para estabelecer uma opinião, confirmar uma possibilidade ou demonstrar uma verdade - “[...] *conhecer bem o passado e dele tirar as lições para o futuro. Sem isso, caímos nos horríveis modismos de todo o tipo que andam por aí agredindo a nossa sensibilidade*” (R12S6).

É possível discernir, historicamente, uma arquitetura brasileira marcada pela produção exponencial, mas individualizada de seus arquitetos modernos. É a confirmação da história da

própria arquitetura que, a partir do Renascimento, faz-se pela história de indivíduos e nomes – temos Filippo Brunelleschi, arquiteto italiano do século XIV, como seu maior representante.

Segundo Bourdieu (1999, p.109), “quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como o campo de uma competição pela legitimidade cultural, tanto mais a produção pode e deve orientar-se para a busca das *distinções culturalmente pertinentes* em um determinado estágio de um dado campo, isto é, busca dos temas, técnicas e estilos que são dotados de *valor* na economia específica do campo por serem capazes de fazer existir culturalmente os grupos que os produzem”.

Assim é possível entender que as influências, experiências e proposições individuais servem ao *campo* como elementos subjetivos e colaboradores na construção de sua história coletiva.

Brunelleschi, como exemplo, é sempre alvo de apreciação da RP: “*sua arquitetura violentando toda aquela tradição gótica que invadiu um pouco a Itália, ele com suas proporções, tudo geométrico, linhas claras, são formas puras*” (R1S3).

Le Corbusier é visto como referência do movimento moderno do século XX, reconhecido por sua abordagem tríplice da arquitetura que inclui os pontos de vista tecnológico, social e artístico. O que diferencia Le Corbusier de outros arquitetos, ainda que referências para o *campo* como os arquitetos alemães Mies van der Rohe e Walter Gropius, é “*a personalidade da obra [...] todos os outros, eram arquitetos, cada um dava o seu recado de acordo com sua lição pessoal. [...] Era coisa diferente, apaixonante, ele com aquela facilidade de expressão que tinha, extraordinária, as conferências dele eram fantásticas, sempre com casa cheia, um entusiasmo contagiante*” (R1S3).

A RP considera um absurdo esnoabar a obra de Le Corbusier: “*é importante resgatar Le Corbusier, um homem com grande ambição quando buscava as cidades radiantes, onde o homem tivesse seu centro de cultura, sua vida espiritual, seu lugar de trabalho por perto*” (R5S3). O arquiteto Esquivel ratifica: “*Le Corbusier é um missionário da Arquitetura*” (R5S3). Para o arquiteto Mario Botta, “*um grande arquiteto na renovação da linguagem arquitetônica do século XX e um profeta teórico*” (R8S3).

No que se refere ao movimento da arquitetura, dita brasileira moderna, Oscar Niemeyer é ícone sempre lembrado, restando ao resto dos arquitetos acompanhar mais ou menos o que ele fazia: “*o [Affonso Eduardo] Reidy, esse, aquele outro, todos mais ou menos dentro do esquema, naquela tendência de querer renovar um pouco a arquitetura mais*

racionalista que havia anteriormente com esse novo elemento que dava uma certa graça, como nenhum dos grandes arquitetos anteriores havia contribuído, com elegância, um certo charme” (R1S3), de acordo com as palavras de Lucio Costa. E continua: “sem o Oscar não teria havido esta arquitetura que surpreendeu os países europeus, a América do Norte, Japão” (R1S3).

O conjunto da Pampulha, projetado por Oscar Niemeyer é considerado “*marco da arquitetura brasileira e, internacionalmente conhecido*” (R6S2). Niemeyer contribuiu com seu “*estilo pessoal, para dizer algo novo em termos da arquitetura que se fazia na época*” (R1S3).

Não só Brunelleschi, Corbusier e Niemeyer, mas também Villard de Honnecourt, arquiteto francês medieval do século XIII e Antonio Gaudí, arquiteto catalão do século XIX, além do brasileiro Lúcio Costa, são lembrados pela RP como indivíduos despojados que corajosamente propuseram à comunidade “*construir a utopia*” (R1S1), indo além dos limites do pensamento e da discussão.

A interrupção da continuidade, caracterizada como ousadia ou idealismo, é valor para a equipe editorial da RP. É o caso dos arquitetos italianos Luis Olivieri, Luis Signorelli, Raffaello Berti e o carioca Ângelo Murgel que foram vistos como “*forasteiros*” ao enfrentarem “*o comportamento das elites então mergulhadas no positivismo e ávidas de progresso*”, lançando as “*sementes do modernismo*” em Belo Horizonte no início do século XX (R4S6)³³.

Outro exemplo é o arquiteto Sylvio de Vasconcellos, professor da EAUFMG e primeiro teórico da arquitetura mineira, e “*um dos primeiros a tentar vencer as barreiras que o povo impunha ao modernismo, com a mesma tática de Lúcio Costa, estabelecendo paralelos entre nossa arquitetura tradicional e os dogmas da arquitetura moderna, com textos irônicos e espirituosos*” (R4S6).

O quadro até aqui descrito nos diz que as influências recebidas são reconhecidas e publicadas pela RP. O pensamento e obras de arquitetos são expostos pela RP para debates: Joaquim Guedes, João Filgueiras Lima, Carlos Lemos, Siegbert Zanettini, no Brasil e Louis Khan, Mario Botta, Aldo Rossi, Agustin Goytisolo, Bob Krier no cenário internacional.

³³ Os edifícios da Estação Ferroviária, Prefeitura de Belo Horizonte, Santa Casa e Ibaté, foram projetados, respectivamente, por Luis Olivieri, Luis Signorelli, Raffaello Berti e Ângelo Murgel.

8.2. *Em busca da identidade*

INFLUÊNCIAS

Os questionamentos também presentes nas informações veiculadas pela RP revela-nos que igualmente se buscavam transformações: “[...] não é um arquiteto cem por cento, o Corbusier” (R1S3); “é bom saber que existem arquitetos no Brasil que sabem que existem outros arquitetos além de Le Corbusier” (R8S5).

Mesmo com todo o esforço em buscar a “*renovação e a discussão*” (R11S5) que poderia definir posicionamentos para a arquitetura brasileira a ser produzida, a RP reverencia a arquitetura internacional. Em entrevista a RP, Lucio Costa comenta:

Não existe arquitetura brasileira agora, existe arquitetura internacional, das revistas inglesas, americanas. A arquitetura é como um comboio, e a brasileira é um vagão junto com os outros. [...] Isto chocava muito, arquitetos estrangeiros, que vinham à procura das coisas verdadeiras, antes de ver as obras autênticas, qualificadas, viam tanta coisa imitando, medíocre, e aquilo foi chateando um pouco, desgostando. [...] Hoje arquitetos brasileiros já se sentem com autonomia de não ter que prestar homenagem ao Oscar, pedir licença ao Oscar para fazer isto ou fazer aquilo, como se fossem vassalos, já estão saturados disso e não estão satisfeitos. Todos os arquitetos brasileiros, moços e menos moços, preferem seguir a arquitetura mundial (R1S3).

Guedes (2000), em entrevista a Revista ProjetoDesign revela a sua opinião sobre a atual produção arquitetônica:

[...] a arquitetura vai mal, basta olhar para as avenidas das grandes cidades do país, que apresentam a arquitetura de Dallas, Houston etc. Toda a forma urbana sai hoje das revistas internacionais, e se sai das revistas, os nossos problemas não estão sendo considerados. Se fossem, não poderiam ter essa face...

Esse direcionamento à arquitetura internacional justifica-se, já que as propostas e pensamentos nacionalistas apresentam princípios comuns e contraditórios.

a arquitetura [...] se embaraça, emergindo às vezes sem uma definição de princípios ou colocações claras como seria o exigido. Surgem movimentos naturais, que tentam racionalizar determinados posicionamentos de uma corrente filosófica e artística, movimentos aleatórios ou com nomenclaturas para se organizar este confuso quadro (R8S3).

CONSEQUÊNCIAS

A totalidade da história da arquitetura brasileira, assim, tem sido a manifestação de uma verdade, isto é, a apropriação de preceitos elaborados para a construção de cidades desenvolvidas estrangeiras, mas não brasileiras. Hoje, vivemos as cidades como testemunhas das consequências dessa afirmação; inegavelmente, as cidades brasileiras não se ajustaram ao desenvolvimento urbano acelerado ditado nas primeiras décadas do século XX. Nesse contexto, as favelas se firmaram como representantes físicos da deterioração das estruturas urbanas, mas que, na realidade, seriam respostas às imposições sociais, políticas e econômicas de uma população não inserida nos moldes europeus e norte-americanos.

Corremos o risco de vivenciarmos uma arquitetura construída sob os princípios de uma identidade comprometida, e, conseqüentemente, vazia de historicidade e cultura.

As idéias e os alicerces que fundamentam o *campo* – o barroco, o funcionalismo, o modernismo, Brasília – são transmitidos pela estrutura informacional da RP, mas ainda há questionamentos não superados sobre como entender a arquitetura e a profissão de arquiteto.

No X Congresso Brasileiro de Arquitetos, cerca de cinco mil arquitetos e estudantes discutiram a situação atual da arquitetura brasileira, sintetizada e apresentada pela RP n.2, evidenciando um *campo* afastado da sociedade, do canteiro de obras e da atividade de pesquisa, produzindo “*espaços de expressão estereotipada por imposição do cliente ou pressão de mercado*”, sendo “*expressão das classes dominantes*” e explicitando sua ineficiência “*na criação de novas linguagens*” (R2S4).

RENOVAÇÃO

A RP promulga a idéia de que é necessário recomeçar: *“se nós temos tudo por fazer, a única atitude nossa é ser otimista, eu tenho de acreditar na capacidade de trabalhar o que não está trabalhado, construir o que não foi construído, fazer o que não foi feito”* (R3S3).

A expectativa da RP é que, para que a renovação aconteça, novos arquitetos necessariamente *“muito competentes, bem brasileiros”* (R1S3) devam surgir e fazer, de fato, arquitetura brasileira. Somente a partir daí, pode-se estabelecer o começo. *“Tão importante quanto acharmos nossos valores culturais é também expressá-los de novo modo”* (R9S5). Sendo o recomeço importante, a RP conclama os arquitetos e estabelece:

É hora de reconstruir nossas idéias e nosso país. Nada pior ou melhor que uma crise. A crise gera reflexão. Reflexão de abandonar as pesquisas fantásticas que arquitetos de órgãos oficiais produzem aos montes e são “devidamente” engavetadas. Como se o Brasil se desse ao luxo de uma potência que se atirasse à pesquisa da descoberta do modulator nativo ideal. [...] É hora de trabalhar nas ruas, praças, povoados, largar as mordomias globais do sul maravilha. Esquecer as lições etilistas e estilísticas das universidades que se sufocam no próprio pó de sua mumificação. Não existem empregos. Há trabalho, e como! Vamos guardar por uns tempos as nossas guitarras elétricas, nossos sintetizadores e fazer arquitetura com cabaças e sanfonas. [...] Não vamos apagar as luzes. O que restou de uma pequena vela de esperança é a energia de acendermos novas luzes. A arquitetura é intrínseca como manifestação dos valores culturais do homem. Ela está aí. Temos que fazê-la nas suas condições sociais, econômicas e históricas. O fazer exige trabalho. Mãos à obra! (R10S1)

Sabe-se também que o *campo* vive as conseqüências do passado, marcado pela pouca fé nos caminhos trilhados para o futuro. O passado vivido também deixou promessas que, para a RP, devem ser sempre cobradas: *“é importante que se continue a cobrá-las, porque a memória do Homem é curta e os seus interesses mudam com facilidade”* (R4S5).

A proposição da mudança estabelece para o *campo* a necessidade de novas posturas no que se refere ao modo de lidar com o Homem, este o denominador comum de todos os enfrentamentos: *“deveremos considerá-lo igual, não importando país, região, localidade, etc... Que o arquiteto não fique apenas em torno de alguns, mas que funcione para com o todo”* (R1S2). A arquitetura deve assumir a responsabilidade pela qualidade de vida deste

Homem e, para tal, a RP sugere, por exemplo, que cargos de decisão sejam ocupados por arquitetos e urbanistas competentes traduzindo a aspiração da população.

É dito que o arquiteto é cada vez mais um profissional do qual a sociedade prescinde, mas defendemos que nossa realidade necessita arquitetos preparados para cumprir com segurança todas as etapas do processo de produção arquitetônica, desde a interpretação sociológica e econômica dos programas até o detalhamento das soluções técnicas (R1S7).

O discurso de renovação é premente também nas escolas de arquitetura: “*que os órgãos nacionais de ensino de arquitetura e urbanismo revisem suas políticas de atuação, assumindo posicionamento compatível com as condições reais de ensino de arquitetura no Brasil*” (R1S7). E mais: “*que as escolas de arquitetura sirvam como instrumento de superação dos atuais estágios*” (R2S4).

As proposições da novidade são colocadas como possibilidade de repensar as coisas, e também “*de começar a dominar as nossas individualidades*” (R4S3). Para tal, questionamentos surgem sobre como o arquiteto deve (ou pode) caminhar:

Através de uma consciência social até o processo de democratização, temos que ver qual o caminho do arquiteto, qual o caminho dessa sociedade que queremos construir. N [...] Temos de resgatar, a partir do homem, os valores que respondam a essas necessidades, para que ele não passe a ser um solitário nas multidões. Creio que é a busca de identidade do homem como pessoa; é tratar de buscar de que maneira podemos viver mais humanamente. [...] A saída é apontar e resgatar o verdadeiro conteúdo da Arquitetura que se perdeu (R5S3).

Assim, as intenções da RP ao publicar essas informações são, de uma forma, geral, possibilitar a produção de objetos e espaços *tectônicos* mais coerentes com o que o *campo* deseja. E para tal, divulga suas metas: a RP quer “*unificar a vida, tornar a vida uma totalidade, um produto final da prática humana*”, promover “*uma maior miscigenação e preservação dos valores culturais do nosso povo*” (R3S5).

Criam-se, também, expectativas com a própria RP: “*que a simpática, morena e altaneira revista PAMPULHA, sabiamente dirigida pelos arquitetos mineiros, se transforme*

num ano tutelar do nosso solo feraz e generoso e do nosso subsolo cheio de riquezas e de mistérios não sonhados. [...] Poderiam ser importantes, então, os estímulos à criação e ao desenvolvimento de linhas editoriais voltadas para a divulgação da produção teórica e prática da arquitetura entre nós” (R4S5).

8.3. A dimensão certificada da informação

IMAGEM

Sabemos por Bourdieu que na análise de um *campo*, a possibilidade de lutas é função das forças sociais exercidas por um sujeito alimentado pelo *capital* (cultural, simbólico, social, informacional, etc) e inserido no espaço social. As condições estruturantes e estruturadas do *campo tectônico* dependem das ações de cada sujeito que podem manter, alterar ou renovar o jogo de forças.

Se o *campo tectônico* não conhece ou não quer conhecer a sociedade e as demandas as quais o arquiteto supostamente deva atender, é porque existe o consenso de que basta assegurar o lugar no espaço social para que suas ações possam estar igualmente ratificadas: “*cada arquiteto quer fazer um pequeno discurso, subir num caixotinho*” (R1S3). Para Mahfuz (2001) “muitos arquitetos entraram com tudo no mundo do espetáculo. [...] O que importa é construir a *sua* imagem”. Também Suzy de Mello em artigo na RP denuncia: “*faz-se muito mais uma arquitetura de ‘exibir’ que ‘de viver’*” (R12S7).

Os “agentes sociais dependem da imagem que tem de si próprios e da imagem que os outros e, em particular, os outros escritores e artistas, tem deles e do que eles fazem”, lembra Bourdieu (1999, p.108). Aos dominantes do *campo tectônico* cabe emitir opiniões e julgamentos de valor, formando o grupo daqueles que podem falar e que têm sua imagem construída.

Começamos pelas figuras-chave da arquitetura moderna no Brasil: o “*gênio criativo*” de Oscar Niemeyer (R9S2) e Lucio Costa – “*80 anos de idealismo, magistério, arquitetura e humildade*” (R7S5).

A RP tem dificuldade e incerteza em falar sobre o trabalho desses mitos e formular novas propostas, libertando-se de seus dogmas: “*todo artista de vanguarda tem a pretensão de transformar o mundo, de querer resolver todas as questões e essa vanguarda é derrotada na primeira esquina, na rua*” (R3S3). Maia (2002) sempre alertou: “não se pode ser fechado, dogmático. É preciso ter liberdade total”.

Com efeito, Segre (2004) afirma que ninguém critica o Niemeyer: “todos têm medo de tocar neste tema”. Também Muller (2004) alerta que “esse debate, que deveria estar centrado nas idéias e nos modelos, e não nas pessoas, começa a ser um mal-entendido e está impossibilitando a várias gerações pós-Niemeyer, a abrir completamente seu repertório de idéias, absolutamente necessário para a vitalidade arquitetônica desse grande país que é o Brasil”.

De fato, a RP experimentou o jogo de forças e tensões instaurado em seu corpo editorial quando, em seu primeiro número, chamou Lucio Costa e Oscar Niemeyer para escreverem artigos e darem entrevistas. Segue o relato de Podestá (2005), em entrevista a autora:

O Lucio Costa escreveu, foi feita uma entrevista com ele. [...] Quando ele trás o texto, tá lá dando uma *ferradinha* no Niemeyer. Aí o Niemeyer ficou sabendo, tinha mandado um texto com uma entrevista que eu tenho até hoje (só quem tem é a Fundação Niemeyer e eu). Porque ele cai de pau no Henrique Campos³⁴. Ele fala uma coisa que não falaria hoje: que tava tão cansado de quase estar sempre seguindo um dogma ou algum tipo de lei arquitetônica, e que ele era doido para ter a liberdade para fazer um bolo de noiva. No meio disso, ele recolhe esta entrevista, recusa a publicar e manda um texto chamado *Metamorfose*. Nós [corpo editorial] reunimos na época para decidir: publica ou não publica. Uns diziam ser sacanagem com o *velho*, não é; outros, já que ele escreveu tem que publicar. Nós somos jornalistas ou arquitetos? É ético ou anti-ético? Aí começou a divisão, já no primeiro número: os que defenderam o Niemeyer, entre eles o representante dele, o Veveco (não era uma briga, era uma defesa) e os que foram contra (eu, Éolo).

³⁴ Henrique Campos era, na época, diretor da EAUFMG.

A entrevista original não foi publicada e serve-nos de exemplo quanto ao receio do *campo* em fazer críticas ou divulgar informações que possam atingir ou danificar suas doutrinas e as imagens de seus mitos, cujas verdades se espera que o campo aceite sem quaisquer questionamentos.

EMBATE DE FORÇAS

A RP enfrenta resistências no *campo* quando decide publicar informações nas quais explicitam os questionamentos sobre os dogmas da arquitetura moderna:

não se pretende desconsiderar a grande contribuição da obra do mestre Lúcio Costa, Niemeyer e tantos outros que com seu pioneirismo, seu trabalho e a sua formação peculiar transformaram os conceitos de arquitetura brasileira na época heróica. O que não se compreende que estes mesmos conceitos da década de 40, 50, 60, etc, continuem a serem repetidos e vestidos de uma mesma roupagem como se a história estivesse estagnada (R7S5).

A informação divulgada pela RP revela que seu corpo editorial tinha um compromisso de romper com a crença de que a arquitetura moderna era correta e indiscutível. “*Alguns acreditam que a arquitetura moderna nos ensinou a deixar a tradição, isto também nos deve ensinar a romper com a tradição da arquitetura moderna*” (R8S3).

Segawa (1999) afirma que criticar Niemeyer e Brasília “tornaram-se pontos de vista correntes e dominantes. Antes, a referência a eles era um recurso de legitimação; hoje, parece que uma ligação com esses mestres é um atestado de maus antecedentes”. Entretanto, completa dizendo que “a contestação à arquitetura moderna brasileira atinge seus mitos, não seus princípios”.

A CONQUISTA DO ESPAÇO SOCIAL

Essa reação escancarada ao modernismo levou a RP a publicar o reconhecimento de que seus arquitetos representavam uma nova tendência em Minas Gerais:

Éolo Maia, Sylvio de Podestá, Veveco e seus amigos, pra mim tem mais haver com quem está fazendo, do que com quem está só pensando. Me lembro até de um autor mineiro, desses que ilustram nossa melhor literatura, quando afirma: TINHA QUE SER MINAS. Certamente, é lá para os lados das montanhas que as coisas tão pintando, e não tenho dúvidas em concluir: se alguma coisa nova acontece na arquitetura brasileira hoje, só é, lá no Planeta Minas. E os personagens responsáveis, são esses caras espertos da Revista Pampulha e adjacências, para quem envio o meu abraço de admiração e apoio. UAI! (R11S5)

Acredito que pouca gente se dê conta que atualmente existe uma arquitetura de nível tão interessante como em Minas Gerais; eu tinha tido contato com alguns desses trabalhos na revista “Pampulha” há uns 2 anos atrás e que realmente me surpreenderam. Em todo o caso [...] parece-me uma das primeiras tentativas no Brasil de chegar-se a algo próximo ao post-modern, mesmo que os autores não o reconheçam. Para mim já é louvável a procura de soluções diferentes dos “blockhaus” a que nos acostumamos, mesmo que não se aceite a denominação típica de post-modern que foi escolhida para essa arquitetura descompromissada de dogmas que atualmente surge em vários locais (USA, Japão, Holanda, Bélgica, Espanha e, infelizmente, para variar, na trágica ou cômica arquitetura moderna francesa). Mesmo a forma de apresentar os desenhos, os coloridos e perspectivas lembram o estilo do pessoal post-modern. [...] O que [desenhos como se fossem para exposição] não tira absolutamente o mérito dos 3 arquitetos, senão como inovadores, ao menos como alguns dos primeiros a buscarem novas formas de expressão no Brasil, o que por si só, já é ótimo (R8S5).

Éolo Maia, sem dúvida um dos mais atuantes e talentosos arquitetos brasileiros, atendeu o convite e expõe seus trabalhos na galeria CAYC – Centro de Artes e Comunicação de Buenos Aires. [...] As exposições feitas pela CAYC, se dão por razões óbvias e os convites só são formulados àqueles profissionais cujos trabalhos são comprovadamente importantes na arquitetura contemporânea (R5S2).

Segawa (1999) reconhece que a RP apresentou reação ao modernismo, mas não a ponto de apresentar “uma alternativa concreta com espessura conceitual consistente”. Mas, ao final, o objetivo estabelecido pela RP em divulgar a arquitetura de Minas, em busca de abertura de novos campos de ação e do reconhecimento de novas posturas adotadas, foi cumprido. Prova disso, é o encontro desses arquitetos na Bienal de Arquitetura de Buenos Aires, instrumento de consagração internacional:

Roberto Burle Marx, Oscar Niemeyer, Joaquim Guedes e o nosso colega da Pampulha Éolo Maia. Este convite reflete um reconhecimento internacional

pelas obras destes arquitetos, e não deixa, de colocar o trabalho dos arquitetos de Minas com uma nova abordagem da autenticidade de nossas raízes culturais (R6S2).

A construção do *campo tectônico* é condicionada pela diversidade de percepção individual de cada arquiteto – verdadeiros ícones, em como fazer arquitetura em seu tempo. Reforça-se, assim, os movimentos aleatórios baseados no modo de agir ou pensar de indivíduos emblemáticos de uma época. O arquiteto-artista, nascido no Renascimento, ainda se faz presente.

A comunidade discursiva do *campo tectônico* de Belo Horizonte elaborou a estrutura informacional RP, divulgando informações que sugerem a necessidade de novas posturas, mas não as efetivam ou as vêem realizadas. O *campo* vive de modelos construídos, fundamentados em atitudes e comportamentos, que ainda que questionados, permanecem como fomento da construção da expressão contemporânea do *campo*. Os arquitetos inseridos no *campo tectônico* mantêm seus expertises, visitando obrigatoriamente o passado para a preservação e a sustentação do espaço social. A informação veiculada pela RP legitima o *campo*.

Por isso, entende-se o receio existente no *campo* em atacar seus dogmas. Ao mesmo tempo, é por meio dessa possibilidade de se romper com o certo e indiscutível, promulgada pela prática informacional da RP, que seus idealizadores conquistam lugar no *campo*, já que promovem uma arquitetura descompromissada de regras, verdades e amarras.

CAPÍTULO 9

A ESTRUTURAÇÃO DO *CAMPO TECTÔNICO*

As *estruturas informacionais* pertencentes às *comunidades discursivas* do domínio *tectônico* organizam as *práticas informacionais*, mas são limitadas pelas circunstâncias políticas, econômicas, acadêmicas e institucionais. A RP veicula informações que demonstram que o *campo tectônico* é estruturado pela inter-relação dessas circunstâncias.

9.1. O embate político

A DITADURA

Um dos objetivos primários da equipe editorial da RP era expor os problemas enfrentados pela sociedade de Belo Horizonte e os aspectos que os cercavam. A RP convidava seus leitores a participar deste movimento explicando que “*o simples fato de você, da comunidade, enfim da sociedade, denunciar um problema já é o primeiro fato de que não se está disposto a deixar que as coisas aconteçam como vinham acontecendo*” (R4S3). A denúncia carrega a qualidade de ser o “*primeiro momento da conscientização*” (R4S3) do cidadão.

Esta bandeira da denúncia é conduzida pela geração idealizadora da RP, “*esmagada sob o peso das botas*” (R3S2) dos militares e paralisada intelectualmente pelo arsenal de atos, decretos, cassações e proibições impostas pelo golpe de 1964. Somente após a revogação do Ato Institucional n.5 (AI-5), em 1978, o restabelecimento das comunicações, das garantias constitucionais e dos direitos políticos dos cidadãos foram possíveis. Neste cenário, a

estrutura informacional RP significa a promulgação de informações que possibilitaram a reconstrução dos indivíduos que, seja pela marginalização, adesão, convivência ou omissão, sobreviveram à *“presença nefasta de tempestades e períodos brumais”* (R1S1).

O ano de 1964 teve relevante importância nesse contexto, que indicava, inicialmente, mudanças vitais no país. A estrutura informacional RP revela que, após a década de 50, *“o vazio da informação e do ilhamento sufocavam os corações e mentes dos intelectuais de Belo Horizonte”* (R3S3). A partir daquele ano, os arquitetos tornaram-se *“enteados do obscurantismo sócio-político-cultural”* (R1S6). E foi à sombra desta *“carga de informações deturpadas, censuradas”* (R1S6) que os arquitetos construíram conhecimento e se formaram profissionais.

Criou-se a expectativa do ‘recomeço político’ por meio de atitudes despojadas e corajosas de indivíduos, como foram as referências daqueles que enfrentaram a ditadura. A RP, assim, representa o lugar onde a *“contribuição nativa”* (R1S1), ainda cercada pelas montanhas de Minas e pelas seqüelas da ditadura, poderia se manifestar por meio de sua prática informacional. Como instrumento de comunicação, a RP foi criada para *“os que repararam, nesses anos, o que mudou nessa terra, sua cidade, seu ser”* (R1S1).

DENÚNCIA

A partir do sopro dos ares de liberdade, a RP procura promulgar a expectativa de que as pessoas procurassem estabelecer objetivos comuns e resolver problemas comuns, o que geraria uma comunidade participativa e reativa àquilo que lhe dizia respeito. Era o fim dos tempos em que apenas as *“belas imagens e palavras”* (R4S4) lustrando a administração pública, representavam os fatos. A informação, a partir daquele momento, tinha o objetivo de provocar a discussão e o questionamento.

Diversas denúncias foram veiculadas pela RP como, por exemplo, a crítica situação ambiental da Lagoa da Pampulha (R11S4), a destruição das Serras do Curral (R1S2) e do Ouro Fino (R3S2), a demolição dos edifícios Pedregulho³⁵ (R3S2), Cine Metr pole (R11S2) e grupo escolar Juscelino Kubistchek (R1S2), a construção de uma usina de reprocessamento de

³⁵ Conjunto residencial do período modernista projetado por Affonso Reidy em 1947.

urânio e um depósito de lixo atômico (R2S2), a descaracterização do patrimônio histórico e dos mercados e feiras populares (R1S2 e R2S2).

Especialmente a partir da década de 70, a prática das demolições de edifícios afetaram regiões como por exemplo a Savassi, onde casarões e sobrados do início do século XX sumiram do cenário urbano. A partir daí, discussões sobre o destino do patrimônio arquitetônico iniciaram-se, estando sempre presentes na RP.

Entre tantas denúncias, uma foi feita durante o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, em São Paulo, 1976, referindo-se ao funcionamento do “*anti-didático e anti-ético*” (R3S2) Laboratório de Pesquisas e Projetos da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (LPP-EAUFMG). Continuou funcionando extra-oficialmente, até que a greve dos alunos do curso de Arquitetura, em 1978, exigiu seu fechamento, o que foi conseguido com “*intervenção branca*” (R3S2) pelo Centro de Estudos e Pesquisas (CEP), órgão da Reitoria da UFMG, incomodamente digerida pela diretoria da EAUFMG.

O LPP nunca foi laboratório, nunca fez pesquisa: não passa de um mero escritório de arquitetura que usa os alunos como mão-de-obra barata e a Escola como “suporte qualitativo”. Os beneficiários são professores em dedicação exclusiva ou quarenta horas, que ali procuram engordar seus parcos salários em detrimentos das aulas (R3S2).

COMUNIDADE E GOVERNO

A partir desse compromisso com a denúncia, a RP registrou exaustivamente as interfaces entre as deficiências da comunidade local e as ações do governo municipal e estadual. Por meio da apreciação, na maioria das vezes desfavorável, sobre o trabalho das autoridades públicas, a RP responsabilizavam-nas pelas dificuldades enfrentadas, mostravam as suas falhas e incapacidades e, essencialmente, as julgavam: “*não se tomam soluções gerais, mas soluções para uns tantos. As soluções políticas apenas salvam o presente momento*” (R1S2).

A RP via os governantes como “*mediócras*” (R7S2), acreditando que as autoridades, “*no afã de colocar seus nomes em qualquer inauguração*”, não se acanhavam “*em impor*

suas burrices à cidade” (R7S2) - “gastam tão inutilmente que, ao invés de ajudar, prejudicam” (R5S3). Talvez mais importante seja perceber que a intensa centralização administrativa e financeira praticada durante o governo militar levou o poder público a “pensar e decidir sozinho, exercitando da forma mais autoritária o discurso grandiloquente das grandes obras, muitas delas de resultados socialmente duvidosos e efeitos nitidamente predatórios” (R2S1).

As políticas governamentais esqueceram-se dos valores que defendiam, e se tornaram instrumentos teóricos voltados para o bem estar coletivo, implicando na realização de grandes investimentos. O valor da obra passa a ser função do valor econômico e não mais social ou cultural - quanto mais caro o empreendimento, melhor a propaganda.

Evidenciava-se, nesse cenário de demérito, o questionamento sobre as razões que levavam as autoridades públicas a agir em desacordo com os interesses das comunidades ou com as leis, subentendendo-se que havia forças políticas mais expressivas do que os compromissos assumidos com a população.

É o caso do primeiro Shopping Center de BH: “a Prefeitura deu a baixa sem o Shopping estar pronto” (R1S2). Constituindo irregularidade por parte das autoridades locais, a prática sugeria troca de interesses com o empreendedor, favorecendo a rápida comercialização de lojas em detrimento da qualidade dos espaços. Outro exemplo refere-se às licitações que apresentavam propostas com diversas falhas técnicas, sugerindo favorecimento à empresas: “deu na cabeça o que todos já esperavam. Deu na cabeça o consórcio Mendes-Júnior-Andrade Gutierrez” (R3S2). E também a construção da Praça do Papa – para a RP um projeto equivocado para a cidade: “é bom frisar, foi gasto régia e fielmente o dinheiro do povo” (R7S2).

ARQUITETOS E GOVERNO

Nesse embate político entre arquitetos e autoridades locais, o modo de funcionamento e o processo de constituição do *campo tectônico* são alimentados. Se há a crítica e o julgamento da ação política por parte dos arquitetos, apresentados na estrutura informacional da RP, o governo, por outro lado, não reconhece o trabalho produtivo dos arquitetos e fecha a sua participação em soluções urbanísticas e desenvolvimento de projetos.

O arquiteto Esquivel, em entrevista a RP, manifesta que a não participação dos arquitetos em soluções urbanísticas é “*um erro das autoridades*” (R5S3). O fato é que a RP coloca que a valorização da produção dos arquitetos não é “*objeto de atenção oficial*” nem há “*programas voltados para o seu fomento*” (R7S4).

Se não há a participação dos arquitetos na instância política, pergunta-se: quem plantou a “*a semente do caos urbano*” em Belo Horizonte? (R1S2) A RP denuncia que foram as administrações públicas. Esse jogo de disputa política é sustentado por meio de imposições autoritárias, ora em resposta aos objetivos eleitoreiros, ora em desprezo à capacidade ou possibilidade do cidadão opinar, participar, entender, julgar e optar.

mais uma vez o governo parece estar insistindo na fórmula da obra eleitoreira, com péssimas repercussões sociais e econômicas e com a costumeira levandade de sempre, divulgando (e como!) justificativas que são um acinte ao discernimento da opinião pública mineira, que não é mais um conjunto de boiadeiros letrados numa “multidão manada caminhando a esmo”, como diz o Gil (R3S2).

Havia um distanciamento na atuação de arquitetos e políticos, em relação a temas convergentes e interdisciplinares como, por exemplo, a Lei de Ocupação e Uso do Solo e o Planejamento Participativo. Embora, este último seja visto como “*imperativo do momento*” e como “*dever*” com a população (R8S1), o debate necessário entre arquitetos e autoridades era difícil ou suprimido: “*coisas que a gente vê acontecer e não sabe quem fez, e pra quem fez*” (R4S1). A prática informacional explicitada na RP não contempla o debate político e não garante a efetivação de uma ação política por parte dos arquitetos; ao contrário, provoca apenas a denúncia e o questionamento *per se*.

ENGAJAMENTO POLÍTICO

Examinando as estratégias de comunicação da RP e seus leitores, deve-se incluir a ênfase dada em suas publicações para a necessidade da participação política de arquitetos mineiros “*que têm convivência com a nossa região e nossos problemas*” (R4S4). Talvez mais importante seja explicitar o questionamento da RP colocado à categoria de classe:

Não ficamos nós arquitetos indiferentes às aspirações da sociedade brasileira? Não seríamos hoje os arquitetos preocupados apenas com a sobrevivência individual, esquecendo o fazer arquitetura como nossa primeira manifestação política? (R8S3)

A RP reconhece que não se pode afirmar que, no Brasil, seja comum “*arquitetos chegarem ao poder. Menos comum ainda lá chegarem militando politicamente através da arquitetura*” (R4S3). Frente aos problemas enfrentados pela sociedade, entre eles o “*crescimento demográfico violento*” e a “*duplicação da população mundial*” (R1S2), o arquiteto se vê refém da ação imediatista e elitista dos políticos, representando o papel de “*joguete de atividades políticas*” (R1S2).

O arquiteto Esquivel afirma que, sendo assim, alternativas deveriam ser dadas pelo arquiteto em resposta à necessidade de se atuar politicamente: “*deve haver um processo, um desenvolvimento político, e muitas vezes vemos que essas condições não estão dadas porque o governo não apóia, ou não há possibilidades econômicas para poder levá-las a cabo*” (R5S3).

Aí se inclui também, a experiência do arquiteto Jaime Lerner como Prefeito de Curitiba, repassada através da RP, sugerindo o uso de instrumentos participativos que permitam ao arquiteto agir como agente político transformador e atuante com a comunidade: “*a primeira coisa que a gente fez foi dizer ao pessoal o que pretendíamos [...] é só você chegar ao problema, propondo coisas, que elas acontecem [...] é o mesmo que um projeto de arquitetura, põe um papel vegetal em cima do país: como e onde as coisas vão acontecer*” (R4S3).

AÇÃO COLETIVA

Com efeito, a RP procurava promover a participação não só dos arquitetos mas igualmente das comunidades no debate político: “*a comunidade, quando participa da definição de objetivos, incorpora as realizações do governo como concretização de um desejo comum*” (R4S4). A construção de um aliado nesse jogo de disputa passou a ser importante e estratégico: “*participem, é a sua (nossa) cidade*” (R4S1); “*é preciso ver que condições, através de cidadãos distintos, pode haver para uma participação ativa no processo do*

governo” (R5S3). Lerner confirma que o nível de participação começa a partir da “postura com que os responsáveis pela cidade se colocam para a discussão, para a crítica [...] a população não vai mais deixar passar o que não quiser, as coisas estão começando a mudar” (R4S3).

A sugestão da ação coletiva por parte da RP significava a possibilidade efetiva de resultados e mudanças de interesses comuns. Pressupunha-se que *“rever leis e códigos, debater amplamente com seus habitantes de como e onde habitar, recrear, trabalhar e circular é no mínimo bom senso e criatividade” (R8S1)*. Seria natural que a escolha das prioridades e a tomada de decisões referentes à cidade por parte do administrador público, acontecesse por meio de uma equipe que incluísse os arquitetos, capaz de ajudá-lo a pensar, a elaborar e discutir as propostas *“e, não simplesmente apresentar as coisas como fato consumado” (R6S3)*.

Não se aceitava mais o desenvolvimento de projetos públicos sem a discussão entre as associações de classe, os profissionais da área e as autoridades públicas. A fragmentação política entre arquitetos, administradores e comunidades traz dificuldades às cidades, *“as quais assistem dia a dia o alastrar da destruição de nossos espaços e valores arquitetônicos, do nosso meio ambiente e conseqüentemente da nossa vida, num processo que transcende ao controle das autoridades” (R1S2)*.

JOGO DE INTERESSES

Paradoxalmente, a RP abre espaço para a divulgação de resultados positivos alcançados pelo governo e pelas autoridades por meio da seção Informe Publicitário da PMBH. Podestá (Entr.) afirmou que as informações eram repassadas dependendo *“de quem estava lá”* e Ferolla (Entr.) explicou que sempre eram matérias de caráter publicitário. Se se revelam, em ambas as possibilidades, o necessário jogo de interesses, explicitam-se igualmente as contradições. As informações mostram a previamente rebatida *“grandiloquência”* das obras públicas: *“Belo Horizonte tem assistido a execução de um grande número de obras que aos poucos vão mudando inteiramente a sua feição, melhorando a qualidade de vida de seu povo” (R5S4)*.

9.2. *O poder econômico*

RECURSOS

Segundo a RP, a incapacidade dos arquitetos produzirem mais e melhor está vinculada às dificuldades de acesso aos recursos financeiros tanto de seus clientes como também do governo municipal, estadual e federal, mesmo sabendo-se serem conseqüências de uma situação social vivida pelo país. Como exemplo, explicita que “*não há condições de se solucionar o problema da habitação [...] se não houver uma melhor distribuição de renda*” (R1S2).

Além da necessidade habitacional, outras são e continuarão a serem impostas pela cidade que tem como variável importante o crescimento da população desproporcional à capacidade financeira das máquinas públicas efetivarem soluções. De fato, os orçamentos dos municípios têm sido, historicamente, sempre insuficientes no que diz respeito às intervenções urbanas necessárias.

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

Um dos maiores problemas enfrentados pelos arquitetos, entre tantos, refere-se ao desprezo do mercado imobiliário pela qualidade de vida dos moradores da cidade e a valorização de suas edificações: “*nosso cenário urbano é palco para imobiliárias e grandes empresas construtoras e incorporadoras arbitrarem o crescimento de nossas cidades, visando o super-lucro em lugar do bem estar social*” (R1S2). Em outras palavras, a produção criadora dos arquitetos tem sido devorada pelas normas e regras ditadas por quem demanda e determina o que, como e quando se deve construir, somadas às leis regidas pelo fator econômico e pela competição.

Belo Horizonte foi destruída [...] Uma cidade que se vendeu como vendeu o perfil de montanhas que tinha como moldura. Trocou valores naturais

coletivos por outros de peso individual. O valor cultural da atividade construtiva foi completamente esquecido e deu lugar à valorização dos pacotes rotulados por número de quartos e banhos e materiais nobres, desvinculando-se qualquer espaço do seu entorno e da urbe como um todo, numa destruição desenfreada de nossa memória arquitetônica (R1S6).

As novas construções, frutos dessa especulação, descaracterizam ruas e bairros e as edificações remanescentes são “*entregues a sua própria sorte*” (R1S2). É a confirmação das palavras do arquiteto Soza, em entrevista a RP: “*atrás dos desafios de muita construção vêm os interesses, as empresas, as equipes profissionais de projeto que se associam com as empresas para ganhar dinheiro em grande escala*” (R7S3).

As informações da RP revelam que em Belo Horizonte, somados à “*falta de gentileza do regime de especulação imobiliária*” (R11S5), estão os problemas que se avolumam, em geral, por causa da inexistência de obras “*reclamadas com insistência pela cidade*” (R5S4), mas supostamente adiadas por falta de recursos. Para os urbanistas, a cidade tornou-se “*inviável*” (R5S4).

Devem-se incluir também como alvo da especulação as riquezas naturais, paisagísticas e históricas – como exemplo, a RP lembra a venda da Serra do Curral para o exterior “*sob a forma de minério de ferro*” (R4S4). Com efeito, as propostas que procuram harmonizar a necessidade da proteção dos recursos naturais com as demandas econômicas revelam “*uma grande distância entre as intenções e ações concretas*” (R10S4) nas suas implementações.

SUBORDINAÇÃO

Talvez mais importante seja questionar as razões pelas quais os arquitetos não enfrentam o embate com o *campo econômico*. Se o mercado imobiliário condiciona a produção arquitetônica “*passando por cima das tentativas de criação e do desenvolvimento do espírito de coletividade*” (R1S6) dos arquitetos é porque “*há uma sujeição direta da arquitetura ao ritmo e direção dos processos econômicos*” (R7S4).

Os arquitetos não reagem frente às possibilidades de transformação ou superação dos princípios econômicos; preferem conviver com as “*dúvidas, incertezas e dívidas*” (R11S5) e

se afundarem “*no mar de lamúrias e desenganos*” (R10S1), arriscando-se a ser “*um simples produtor de mercadorias*” (R7S4) ou um “*bom e obediente serviçal do poder*” (R10S1).

Em geral, há a queixa da valoração inadequada da produção arquitetônica pela sociedade. Lucio Costa, um dos mais reconhecidos arquitetos do Brasil, declarou em entrevista a RP que passou “*um período de miséria*” (R1S3), sem dinheiro, tendo a necessidade de vender móveis e pratas de família para sobreviver como profissional.

Se para o *campo* não há espaço para que se faça arquitetura, restando aquela da especulação imobiliária para os ricos e a classe média alta, seria natural pressupor, no mínimo, respostas corretas para a habitação de baixo custo. Entretanto, os arquitetos simplesmente não conseguem solucionar com dignidade esse problema desde os tempos das Companhias de Habitação (COHAB) e conjuntos do Banco Nacional de Habitação (BNH)³⁶: “*90% do que tem sido feito é simplesmente construção e não arquitetura, para falar a verdade*” (R12S7), denuncia a RP. O número descomunal do déficit habitacional³⁷ é suficiente para se perceber a privação do papel da arquitetura ou arquiteto nos discursos sociais, econômicos e políticos que emanam da sociedade.

É claro que os interesses econômicos que regem a vida cotidiana do país não afetam somente o *campo tectônico*. Contudo, a RP afirma que esse tem se comportado de modo vulnerável ao “*ciclone do desenvolvimento-acima-de-tudo*” (R2S2), ao empobrecimento da “*grande maioria da população*” (R1S4) e ao “*apetite devorador do poder econômico*” (R2S1).

Devido a essas particularidades, não se pode entender que o quadro descrito até aqui seja reflexo apenas da “*política econômica dos sucessivos governos*” (R1S4) que tem reforçado “*o papel hegemônico que o grande capital internacional e nacional*” (R1S4) na economia do país. Deve-se incluir a subordinação do *campo tectônico* ao jogo de interesses estabelecidos pelo *campo econômico*.

³⁶ O BNH foi a principal instituição federal de desenvolvimento urbano da história brasileira. Criado em 1964 e extinto em 1986.

³⁷ O déficit habitacional brasileiro é de 6.656.526 unidades (FJP, 2001).

SAÍDAS

Se o processo econômico domina a capacidade de ação do arquiteto, condicionando e, às vezes, paralisando a sua atuação, faz-se necessário criar saídas visto que é preciso enfrentar uma situação econômica continuamente pior. É o que quer mostrar a RP. O arquiteto Esquivel, em entrevista a RP, coloca que:

muitas vezes o arquiteto não pode construir, fazer arquitetura, porque está condicionado à especulação econômica de fazer apartamentos para vender, sem a verdadeira dimensão da arquitetura: a arquitetura mais além de um simples edifício; a arquitetura como integração do homem com a natureza; o urbanismo, realmente desenvolver uma sociedade onde o homem se sinta numa escala mais humana (R5S3).

A RP coloca em discussão, por meio da entrevista de Jaime Lerner, a necessidade de se desenvolver projetos coerentes com a verdadeira “*dimensão da arquitetura*” e de se buscar financiamentos e recursos onde eles estiverem: “*quando se está convencido de uma proposta, a gente consegue entender até de dinheiro, consegue criar até dinheiro, até bolar coisas no sentido de fazer acontecer aquilo*” (R4S3).

RELAÇÕES DE TRABALHO

Se para os arquitetos é premente a necessidade da transformação na forma de atuar “*para responder às novas exigências colocadas pelo capital*” (R1S4), não se poderiam se surpreender pelo crescimento de novas relações de trabalho em detrimento aos profissionais autônomos:

parte deles transforma seus escritórios em empresas de projetos, através das construtoras ou outros ramos que necessitam seu trabalho. Outra parte, sem condições econômicas ou mesmo falta de espaço no mercado de trabalho [...] passa a ser assalariada (R1S4).

Paradoxalmente, a RP coloca que *“o arquiteto alheio às questões de contemporaneidade se firmou como profissional de empresa e funcionário público, arquitetando o óbvio da decadência”* (R11S5).

Se passar da condição de profissional autônomo para assalariado fere a preferência dos arquitetos em trabalhar no escritório, tendo em vista que a prestação de serviços ou consultoria são representantes importantes de postos de trabalho, é preciso lembrar que os arquitetos não podem tratar de *“sobreviver frente a agressividade econômica que vivem, porque o arquiteto a vive”* (R5S3). Atuar no escritório - uma organização que se aproxima muito do *“atelier do artesão”* (R1S4), permite ao arquiteto manter o *“caráter elitista da produção artesanal, destinada à classe privilegiada da população”* (R1S4) que tem recursos para pagar o trabalho.

CAPITALISMO

A avaliação que se faz é que o *campo tectônico* apresenta dificuldades em lidar com o modo econômico de organização do capitalismo. Isso se confirma quando vemos o arquiteto Jaime Lerner e o IAB/MG lançarem as seguintes perguntas para debate com os leitores da RP: *“qual a consequência de estarmos vivendo em função de um modelo econômico que se concentrou somente nas atividades humanas e esqueceu-se da maneira como as pessoas vivem?”* (R4S3) *“Quais são as tendências que o desenvolvimento do capitalismo define para a inserção do arquiteto no mercado de trabalho?”* (R1S4)

Para a superação dos danos causados pelo modo capitalista, a RP coloca a necessidade do engajamento político dos cidadãos nas discussões sobre as questões econômicas. O engenheiro Gil César, em entrevista a RP, coloca que uma cidade apresenta consciência política somente a partir do momento em que o seu cidadão *“sabe que o imposto que ele está pagando está sendo aplicado em obras que foram discutidas inclusive por ele”* (R6S3).

Um último fator de relevância é a ênfase que a RP dá *“a importância econômica e a grandeza dos impactos sociais e ambientais associados à prática da arquitetura”* (R7S4). Nesse aspecto, propõe aos arquitetos critérios na definição de propostas e projetos que privilegiem custos sociais e ambientais, desprezando-se os de custo econômico, sugerindo o

exercício da autonomia e consciência nas tomadas de decisões no cotidiano de suas atividades, ainda que não seja a prática dos arquitetos:

- (1) escolha de materiais de produção descentralizada que gerem empregos;
- (2) uso de materiais com baixo conteúdo energético e impactos ambientais negativos;
- (3) avaliação dos impactos diretos sobre a importação de materiais, equipamentos, máquinas ou tecnologias, evitando-se agravar a dependência econômica ou tecnológica.

9.3. *A certificação acadêmica*

FORMAÇÃO

Em entrevistas às revistas eletrônicas de arquitetura – Vitruvius e ProjetoDesign, vários arquitetos apontam problemas e deficiências em suas formações acadêmicas. No que diz respeito à responsabilidade que um arquiteto deva assumir no contexto social em que vive, o arquiteto paulista Rodrigo Lefèvre (1974), formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) em 1961, relata que “a formação na faculdade era totalmente falha”.

O arquiteto mineiro Éolo Maia (2002), formado pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFMG) em 1967, quando questionado sobre as influências recebidas em sua passagem pela escola conta que a sua “formação acadêmica não foi das melhores. A Universidade Federal de Minas Gerais era considerada uma boa escola, mas tínhamos que pesquisar por nossa conta, porque os professores sonegavam informações”.

Falando sobre a formação do arquiteto, Lucio Costa, em entrevista a RP afirma que “*a formação do arquiteto é sem base, insuficiente. Você conversa, às vezes, o sujeito toma ar de quem sabe tudo, mas você sente que não houve uma formação, não tem lastro. [...] Tenho a*

impressão que todas as escolas não dão ao arquiteto que sai, consciência do que seja realmente arquitetura” (R1S3).

EAUFMG

Nosso interesse aqui volta-se para a EAUFMG, como instituição acadêmica pertencente ao *campo tectônico* de Belo Horizonte³⁸. A escola de Arquitetura da UFMG foi fundada em agosto de 1930, sendo a primeira a oferecer um ensino autônomo com relação às escolas de Belas Artes ou Politécnicas, e até os anos 80, a única escola de Arquitetura de Minas Gerais³⁹.

A EAUFMG foi alvo de críticas ferozes veiculadas pela RP, no que se refere ao seu funcionamento, à composição do corpo professoral e aos métodos didáticos, recebendo toda a responsabilidade da incapacidade dos arquitetos se formarem “*como profissionais a serviço do povo*” (R5S3).

O curso de Arquitetura e Urbanismo da EAUFMG tinha como espinha dorsal de seu currículo as disciplinas do Departamento de Planejamento Arquitetônico, atualmente Departamento de Projetos⁴⁰. De maneira “*paralela e não integrada*” (R1S7) desenvolvia-se três ramos: técnica, análise crítica e representação gráfica.

No ciclo básico, composto apenas de disciplinas técnicas, o estudante tem sua primeira decepção. Trata-se de um período árido frente a expectativas, no qual disciplinas estruturais são ministradas por professores de outras áreas, inadaptadas ao curso de arquitetura. No ramo da análise crítica, que deveria embasar o estudante teoricamente no sentido da compreensão do significado de sua produção arquitetônica, verifica-se [...] uma superficialidade no tratamento das disciplinas, gerando em contrapartida ausência de postura do

³⁸ Aqui consideramos apenas a EAUFMG, já que somente a partir de 1980 foram lançados outros cursos de Arquitetura e Urbanismo em Belo Horizonte. Hoje temos as escolas do Centro Universitário Izabela Hendrix, seguindo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), Centro Universitário Fumec (FEA/FUMEC) e Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH).

³⁹ Em 1933, havia duas ou três escolas formando profissionais de arquitetura e engenharia (Escola Nacional de Belas Artes mais as Politécnicas), e menos de cem arquitetos no Brasil. Em 2004, havia aproximadamente cem mil arquitetos e cento e cinquenta escolas no Brasil (IAB/SC, 2005). A Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) afirma que em Abril de 2005, havia cento e oitenta e três cursos de Arquitetura (ABEA, 2005).

⁴⁰ Atualmente, o currículo da EAUFMG é estruturado dentro dos departamentos de Análise crítica e histórica, Projetos, Tecnologia e Urbanismo, mas inegavelmente mantém as disciplinas de projeto como espinha dorsal do curso.

estudante com relação à arquitetura, à própria vida. Faltam-lhe elementos. No entanto, está apto a discorrer sobre vários estilos da arquitetura, desde a Grécia até o Modernismo. No ramo da representação gráfica as disciplinas não possuem a interdependência necessária. Para a expressão das idéias arquitetônicas a linguagem é essencial. Se esta linguagem é pobre, em parte também serão pobres as propostas arquitetônicas. Quanto ao método de ensino nas aulas de planejamento, objetiva-se a produção de espaços (projetos). Trata-se de um trabalho de síntese, mas não estamos preparados para perguntar e procurar respostas. Somos obrigados, sim, a fazer síntese antes de analisar, projetar o todo sem conhecer suas partes constituintes. Falta-nos base. O método usado é Ensaio e Erro, este último a critério do professor, por sua vez baseado nos critérios formalistas e tecnicistas que a escola reproduz, que por sua vez reproduz o que a sociedade demanda: profissionais a serviço de uma minoria privilegiada (R1S7).

As críticas com a EAUFMG iniciam-se a partir da percepção dos alunos de que os professores apresentavam “*grande divergência de idéias em relação aos métodos de ensino*” (R1S7). As razões para que isso ocorresse estavam ligadas ao fato de que as metodologias de ensino se baseavam em “*regras pré-estabelecidas por anos a fio ou pelas experiências dos professores*”, sem que a maior parte destes se preocupassem “*em alargar seus conhecimentos didáticos ou estudar novos critérios*” (R1S7).

Os estudantes de arquitetura classificavam o corpo docente da EAUFMG em quatro tipos, divulgados pela RP:

- (1) professores que dão pouco de si e da matéria, exigindo o máximo do aluno sem que este possa aprofundar-se;*
- (2) professores que exigem somente aquilo que expõe em aula, preocupando-se apenas com a nota;*
- (3) professores com o objetivo de provocar a abertura do aluno para conscientização da realidade;*
- (4) professores que não dão nada e nada pedem em troca, de sério ou de produtivo. São profissionais, arquitetos em sua maioria, e como tais têm apenas a didática extraída do seu tempo de estudante (R1S7).*

Burke (2003) aponta que, desde os primeiros letrados e intelectuais modernos, instituições como as universidades são parte da história do conhecimento, tanto se a

abordamos do ponto de vista da sociologia da inovação intelectual como da reprodução cultural. Associamos a essa última, Bourdieu (1988) e suas investigações sobre como a academia se constrói para produzir, processar e disseminar informações e conhecimento, mas, também, legitimar o consumo de bens simbólicos e garantir a reprodução cultural.

Aqui, percebe-se claramente o poder instaurado sobre as instâncias de reprodução do corpo docente. A renovação da *“modorrenta e empoeirada”* (R3S2) EAUFMG solicitada pelos estudantes do curso de Arquitetura não acontecia, reconhecendo-se o ciclo da reprodução cultural: *“sabemos que a dourada universidade se confunde com mediocridade e paralisa a gana que temos ou tínhamos de conhecer e cavar nesta estória de buscas e cansaços a nossa própria história”* (R4S6).

Quando se preparavam para a eleição de um novo diretor da escola, os alunos tentaram se organizar, mas não conseguiram vencer o embate com a universidade: *“não tivemos tanta força assim: possuída por aranhas paralíticas e vaidosas, que se recusam a ceder seu lugar no corpo docente da universidade, a escola não se renova* (R4S6)”.*”*

Paradoxalmente, os detentores do poder na EAUFMG incitavam um engajamento político dos estudantes, mas que se permitia configurar apenas em função da decisão individual de cada sujeito agir; não servia nem para estabelecer idéias novas nem para recompor pensamentos comuns, pois a coletividade não existia. Após a greve de alunos em 1980, os estudantes se dividiam em grupos, caracterizados por forças:

- (1) fragmentadas - *“as conversas e trabalhos [...] têm seu ar de incompleto, a coisa é muito fragmentada”* (R4S6);
- (2) isoladas - *“em termos de reivindicação, ela parte geralmente de um pequeno grupo na sala, mas no fundo as lutas por melhoria de ensino não são tão comprometidas. No final, a gente cai no esquema mesmo e cala a boca”* (R4S6);
- (3) alienadas - *“tem muita gente que vem para a escola por modismo, status, mas existe ainda um pessoal, grupos que batalham, não na escola, mas por fora, criando mesmo que intuitivamente um ensino marginal”* (R4S6).

Em busca da melhoria do ensino, não havia outro caminho para a RP que não fosse propor, mesmo sabendo ser difícil, a demissão de *“alguns professores imobilistas e*

incompreensíveis que usam os alunos para suas ambições de megalomania, e não querendo perder o privilégio de pertencer à Universidade, desconhecem que esta se faz de inovação e não de reprodução” (R4S6).

O quadro descrito até aqui nos leva ao entendimento de que a construção das relações entre alunos e professores não está comprometida com o aperfeiçoamento intelectual do *campo tectônico*. Comprova-se isso a partir da afirmação de que “*a relação professor x aluno foi melhorando com o passar do tempo, à medida que a imagem do arquiteto foi ganhando proporção social. Uma imagem que seria simpática para um tipo de sociedade e antipática para outra*” (R4S6), e não pela execução de propostas metodológicas e pedagógicas provenientes do debate do *campo*.

Deve-se incluir nesse entendimento, a avaliação que a EAUFMG fazia de seus estudantes estampando tanto a importância dada à necessidade de se adquirir *capital cultural* quanto às dificuldades de acessá-lo:

antecedentes familiares e sociais, formação escolar castradora e desinformação, somados aos problemas do corpo docente e a estrutura falha da faculdade, como centro formativo e informativo, contribuem para deteriorar o relacionamento aluno-faculdade, aumentando a insegurança e promovendo desinteresse e ceticismo com relação à própria arquitetura. Há, então, desencontro sem conscientização e expectativas mal elaboradas, resultando em alienação ou revolta. Maior vivência, experiência acumulada e em constante solicitação, curiosidade, raciocínio, busca de soluções na própria sensibilidade, análise global do processo arquitetônico na consideração do seu fato – este o procedimento capaz de promover o desenvolvimento pleno de uma predisposição de relações dinâmicas. Está claro que o aprendizado da arquitetura depende muito mais da filosofia do curso, que do currículo (R1S7).

[...] em geral o arquiteto é um personagem com uma educação demasiado baixo, reduzida. É um profissional, por exemplo, que não lê; em geral é um profissional que não dialoga, que não discute, que não troca idéias. Em geral nas escolas o estudante de arquitetura está fundamentalmente preocupado com o projeto, a planta, o modelo de duas dimensões do que vai ser a edificação. Este é seu objetivo único (R7S3).

Stevens (2003, p.222) afirma que “a noção de que se nasce com dons naturais completamente independente do privilégio de ser privilegiado por sua classe social é a

‘ideologia do talento’, e não há campo em que tal crença seja mais forte do que em arte e arquitetura”. Entretanto, o que ocorre é o oposto: o dom é “produto tanto da determinação não escolhida de seu próprio meio social quanto da sua própria escolha indeterminada”.

A relação da EAUFMG e o mercado de trabalho também era um cenário problemático gerando embates e tensões entre alunos e escolas: *“o mercado está voltado para atender a um tipo de demanda e as escolas formando gente para atender a essa demanda. Se você resolve atualizar a formação, corre o risco de formar gente que não encontre trabalho, ao formar gente para atender às necessidades sociais básicas”* (R7S3).

As condições de ensino dos estudantes de Arquitetura era razão de preocupação para o IAB. Prova disso, foi a elaboração do retrato da formação do trabalho e da produção do arquiteto, durante o X Congresso Brasileiro de Arquitetos:

- (1) *é baixa a qualidade do ensino e falta postura em relação à formação;*
- (2) *identifica-se orientação ideológica resultante das interpretações individuais dos professores;*
- (3) *o adestramento do estudante atende a falsas demandas da sociedade;*
- (4) *ensino está atrasado em relação à produção;*
- (5) *faltam recursos e autonomia às comunidades acadêmicas;*
- (6) *proliferação indiscriminada de faculdades com total descompromisso do MEC e sem planejamento em relação ao mercado de trabalho;*
- (7) *falta de adequação em relação às regiões;*
- (8) *restrição à participação do corpo docente e impedimento do corpo discente e administrativo nas decisões sobre a estruturação do ensino e gestão da universidade;*
- (9) *controle social dos conhecimentos produzidos e reproduzidos; dependência tecnológica e cultural* (R2S4).

Ao mesmo tempo, a RP alertou que as deficiências atuais estavam também vinculadas à reforma universitária de 1968 e à crise vivida pelo *campo per se* da qual o ensino era um reflexo. A *“situação das várias escolas pouco difere da EAUFMG. [...] As Escolas de Arquitetura estão muito atrasadas. Em algumas partes também se crê o mesmo e deu-se um*

salto tão ao outro extremo que as pobres Escolas de Arquitetura quase desapareceram. Deve-se inventar o que fazer para mudar a atuação da escola” (R7S3).

ESCOLAS DE ARQUITETURA

Lefèvre (1974), em entrevista a revista Projeto Design, afirma que o tipo de formação que recebeu na escola, ainda que seja a FAUUSP, respondeu “às exigências do mercado de trabalho, na medida em que existiam poucas exigências do mercado de trabalho”. Para o arquiteto, o estudante “acabava se formando e arranjando um empreguinho ou montando um pequeno escritório de arquitetura. No fim, acabávamos nos virando para produzir uma obra razoável”.

Com efeito, *“todas as escolas de arquitetura estão em crise, enfermas de males crônicos e graves. [...] Só se pode fazer um bom ensino quando a arquitetura existe, quando não existe, o ensinamento é muito difícil” (R8S3).*

Aos problemas relativos ao nível do ensino de arquitetura no país, somava-se o currículo mínimo único de abrangência nacional imposto pelos órgãos oficiais, *“mascarando os contrastes nacionais existentes e desconsiderando o processo didático de cada escola” (R1S7).* A escola apresentava a doença da separação entre fazer e pensar que constituía a *“delinquência acadêmica [...] caracterizada pela existência de estruturas de ensino onde os meios se tornam fins, os fins formativos são esquecidos, a criação do conhecimento e sua reprodução cedem lugar ao controle burocrático de sua produção, como suprema virtude” (R1S7).*

O modelo de ensino desenvolvido no Brasil recebeu influências inegáveis das escolas européias e norte-americanas, modificando a percepção social e cultural da *tectonicidade* brasileira. Sem um projeto pedagógico coerente, a universidade copiava *“modelos dos ‘campi’ americanos, que não têm nada a ver com a nossa realidade. Todo o nosso ensino é baseado no campus americano, mas não temos campus. [...] é “matus” universitário. Copiamos até o comportamento” (R4S3).*

Se a RP responsabiliza as escolas pela deficiência na formação dos arquitetos, também coloca ser necessário o surgimento de talentos naturais para que renovações aconteçam.

As possibilidades de mudança nesse cenário de descrédito na formação do arquiteto foram apontadas: “*dar aos alunos as características essenciais do problema, não dar soluções. [...] todo o ensinamento técnico não deve ser aprofundado na escola. [...] Todas essas coisas podem ser aprendidas com o exercício da profissão, fora da escola, o que não se deve deixar de ensinar são todos os setores em conflito aos quais se deve responder*” (R8S3).

9.4. *A representação institucional*

INTERESSES

As informações vinculadas às instâncias administrativas de órgãos governamentais, políticos e representativos eram divulgadas pela RP, mas dependendo da relação entre o corpo editorial com o indivíduo representante das instituições – IAB/MG, PMBH, CREA/MG, Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL) e outras.

A participação desses órgãos interessava à RP, desde que viesse:

para somar, conviver, colaborar, viesse de onde viesse. Senão, fosse de direita, fosse de esquerda, estava fora. [...] era preciso considerar que saíamos de um longo silêncio e, num primeiro momento, o que mais procuramos foi conhecer as mais diversas formas de pensar e produzir [IAB/MG, CREA, PMBH e EAUFMG], daí decorrendo a ideologia básica de nossa linha editorial: descartar tudo o que pudesse ou viesse impedir esta pluralidade” (Entr. Ferolla).

IAB/MG

Como instituições sociais representativas do *campo tectônico*, olharemos com mais interesse as questões que cercam o IAB/MG e o sistema CONFEA/CREA. O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) foi fundado em 1921, mas somente em 1933, o Decreto Federal nº 23.569, passa a regular o exercício das profissões de Engenheiro, de Arquiteto e de Agrimensor. O IAB/MG foi fundado em 1943 para divulgar a profissão e debater a formação e o exercício profissional dos arquitetos. O CREA/MG, criado em 1934, faz parte do sistema CONFEA/CREAs que tem o papel de regulamentar e fiscalizar as profissões das áreas de engenharia, arquitetura, agronomia, geologia, geografia e meteorologia, tanto de nível superior, quanto de nível técnico de segundo grau.

A RP tinha a intenção de “*servir de desaguadouro das correntes de opinião preocupadas com a consciência e os valores da cultura brasileira*” (R3S2). Mas a relação entre a revista e as instituições “era muito pessoal. Eram amigos que geravam uma relação muito boa. [...] Tinha um punhado de gente que era fácil a gente conversar. E a gente conseguia coisas, tipo exposições, que eram coisas interessantes” (Entr. Podestá).

Os alicerces políticos, os estatutos jurídicos e as bases conceituais dessas instituições eram, e ainda são, contraditórios. Essa diversidade de posturas frente às questões que viessem a ser debatidas revelavam um jogo de forças e troca de interesses como necessário e vulnerável.

Iniciamos nossa análise pelo órgão representativo da categoria de profissionais da Arquitetura, o IAB, expondo brevemente os momentos históricos do seu departamento de Minas Gerais divulgados pela RP:

antes da fundação do IAB/MG, funcionara durante 3 anos uma entidade precursora, a Sociedade Mineira de Arquitetos, na qual participavam vários dos profissionais que vieram fundar o Departamento de Minas Gerais, e que alguns anos antes haviam fundado a Escola de Arquitetura da UFMG, que completou 50 anos em 1980. [...] Uma galeria de nomes conhecidos na arquitetura mineira passou pela diretoria e pela presidência do IAB/MG, desde então.[...] Durante a vida do Departamento, sucederam-se momentos significativos, com o III Congresso Nacional de Arquitetos, realizado em Belo Horizonte em 1953, quando o IAB completava 10 anos de vida; a 1ª Premiação Bienal, e a realização da II e III Premiação Anuais em 1967 e 1969, da VI Premiação em 1970 e da V Premiação em 1982. Houve também

períodos da baixa, de crise, nos quais a vida do Departamento foi pouco dinâmica, tendo-se desentrosado da estrutura federativa da entidade. [...] Além de seu significado simbólico, os 40 anos do IAB/MG em 1983 são significativos também porque a partir deste momento a entidade passa a dispor de um espaço físico fruto do esforço desenvolvido durante vários anos, que poderá ser um local de encontro e de atração para os arquitetos mineiros (R9S4).

A principal ou mais importante necessidade imposta pela RP ao IAB/MG é que a atribuição profissional de seus arquitetos fosse analisada com o cuidado merecido: *“apesar dos CREAS, a atribuição de execução de projetos ainda não é exclusiva do arquiteto e, como cada vez mais a legislação se complica mais, os engenheiros continuam assinando plantas e os arquitetos ficam presos a alguns preconceitos das ‘belas artes’, como são os concursos”* (R12S6).

Paesani (2005) amplia nacionalmente a discussão, exemplificando a diferença de posicionamento e funcionamento em várias instâncias: *“o IAB é muito mais forte, tem uma posição política e ideológica totalmente diferente do sindicato [dos arquitetos]. Essa contradição foi aparecendo em várias situações. [...] Para o arquiteto era muito difícil participar de reuniões e debates políticos junto com operários”*.

O cenário conflitante se propaga pelo sistema CONFEA/CREAs: *“o sistema [...] é um ranço terrível, cheio de burocracia e incompetência. Não tem função importante. Decidi ver o que era por dentro, e saí horrorizado de lá. Era uma entidade atrasadíssima, que pretendia representar todos os profissionais do país, uma coisa terrível”* (PAESANI, 2005).

O IAB/MG ocupava-se de maneira intensificada de atividades na área cultural, atuando como um parceiro junto às denúncias veiculadas pela RP – a demolição do Cine Metrôpole, a situação da Lagoa da Pampulha e suas obras arquitetônicas, a luta contra o aeroporto em Confins, e às questões de interesse da comunidade – a reformulação da lei de uso do solo em BH, a lei de desenvolvimento urbano, a política habitacional em Minas Gerais, o desemprego, etc.

Outra preocupação do IAB/MG era ampliar o campo de conhecimento da Arquitetura, valorizando o arquiteto junto à sociedade. Para tal, resgatou a tradição da exposição de projetos e concursos, com objetivos de:

- (1) *retomar uma visão panorâmica da atuação prática de uma parcela significativa dos arquitetos mineiros, especialmente os profissionais autônomos;*

- (2) *valorizar o trabalho do profissional mineiro, através de uma divulgação de seus trabalhos mais expressivos;*
- (3) *colocar em contato os nossos arquitetos e estudantes, com idéias e práticas que hoje se desenvolvem fora das fronteiras do Estado, estreitando o intercâmbio e a troca de experiências;*
- (4) *expressar uma faixa dos profissionais da arquitetura, que vem enfrentando as dificuldades, características de um mercado de trabalho em crise;*
- (5) *ampliar a possibilidade de divulgação de trabalhos atuais, produtos da prática profissional dos arquitetos mineiros;*
- (6) *propor novo estímulo para criação arquitetônica;*
- (7) *expandir o campo de debates (R7S2).*

CONCURSOS

O IAB/MG acreditava que os concursos ainda não eram *“uma solução ideal para se criar novos espaços ao trabalho do arquiteto. A solução para tal é complexa e resulta de toda uma série de problemas de ordem conjuntural, da atual sociedade e política brasileira. De qualquer modo, o concurso é uma tentativa que deve ser ampliada”* (R6S6).

Sabe-se que problemas são enfrentados na composição dos jurados desses concursos e no estabelecimento de regras e procedimentos de funcionamento. *“Nem sempre é escolhida a melhor solução, pois o conceito de todos, felizmente, ainda não é assim tão unânime. Também nenhuma comissão julgadora escapa a falibilidade humana, e os pressupostos que nortearam a escolha podem a outros parecer irrelevantes frente a aspectos diferentes não abordados”* (R5S1).

Para Mahfuz (2003), *“nem sempre o júri atende ao regulamento do próprio concurso, premiando trabalhos que vão contra o que constava no edital e nas suas bases. O resultado disso é a eterna insegurança dos participantes, que não podem saber se a rebeldia criativa será premiada com uma classificação entre os primeiros lugares ou com uma desclassificação sumária”*.

Como organizadores de concursos, o IAB/MG interferia com o objetivo de “*evitar os pressupostos difusos e resultados tão chocantes do passado próximo*” e achava “*melhor que os próprios concorrentes indicassem seus ‘juízes’ de arquitetura, escolhidos do corpo de jurados eleito em assembléia*” (R5S1).

A equipe editorial da RP expõe sua opinião:

Ao solicitar a colaboração de um corpo de jurados amplo e diversificado, abriu-se campo para a avaliação segundo critérios múltiplos e abordagens variadas, que avaliam tanto as características formais dos projetos propostos, como também os diversos impactos ambientais, sociais, econômicos gerados a partir do gesto do desenho (R7S2).

Stevens (2003) contesta a prática de concursos justificando que: (1) obrigam os arquitetos a trabalharem de graça, já que os resultados podem não lhes render nada; (2) o mecanismo do concurso não permite a interação entre o cliente e o arquiteto.

EVENTOS

A RP também era organizadora de eventos que tivessem o objetivo de divulgar a arquitetura dos mineiros. Podestá (Entr.) afirma que uma das exposições, a Mostra da Arquitetura de Minas⁴¹, foi “uma tentativa de mostrar pra sociedade, sem ser o grupo [da RP], o que se fazia na arquitetura naquela época. [...] Outra forma que a gente achava que a revista e a arquitetura poderiam chegar fora do grupo era [vender a revista] no mano a mano também. Mas não era nada rígido, nem programado. Fazíamos as coisas acontecerem”. Também Ferolla (Entr.) lembra que um dos focos da RP era o “de popularizar os conteúdos da nossa atividade”.

Uma crítica sutil se revela em uma das revistas: “*a premiação de Arquitetura oferece também uma oportunidade para que, numa visão panorâmica, se avaliem e exponham trabalhos significativos de arquitetos mineiros, e selecionados por eles próprios*” (R7S2).

⁴¹ Mostra da Arquitetura de Minas, realizada de 17 a 24 de novembro de 1983, na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, organizada pelo IAB/MG e RP.

Talvez mais importante seja perceber que, face à crise enfrentada pelo *campo*, esperava-se que frentes de trabalho surgissem com a realização das exposições: “*o concurso de arquitetura é uma modalidade dos arquitetos apresentarem as suas propostas, com valores criativos em casos específicos. Cria condições aos novos arquitetos de participarem e ocuparem um espaço profissional cada vez mais difícil*” (R6S6). Esta percepção também é comprovada por meio da fala do Presidente do IAB/MG e também editor da RP, arquiteto Maurício Andrés Ribeiro:

Esta mostra contribui para divulgar e valorizar o fazer dos arquitetos mineiros junto a um público muito especial, que tem em suas mãos a decisão sobre onde e como contratar projetos e obras, gerando um significado mercado de trabalho para os profissionais da arquitetura (RIBEIRO, 1983).

Existe também uma visão complementar da RP sobre a participação dos arquitetos em concursos:

É “*um jeito mais democrático de órgãos públicos contratarem serviços, inclusive de Arquitetura. Principalmente, porque, sendo públicos, são nossos (!?), e seria de todos esse direito. Além disso, também a cidade é de todos (!?), e as obras públicas só fazem sentido quando resultado do consenso entre poder e povo sobre seus problemas e interesses mútuos. Não que se veja nisso uma abertura de mercado de trabalho, afinal, são muitas cabeças pensando, e apenas uma proposta aproveitada. Entretanto, apesar de ser mais um reforço ao modelo competitivo, não há outro meio, e há certo civismo em optar pela melhor contribuição para a cidade, e por ser até uma abertura ou apresentação ao conhecimento público para um novo profissional* (R5S1).

Mahfuz (2003) aponta seis vantagens para a realização de concursos no *campo tectônico*:

- (1) proporciona ao seu promotor uma chance muito maior de encontrar a melhor solução para a sua necessidade, pelo fato puro e simples de poder escolher entre várias alternativas, incluindo muitas nunca antes imaginadas por ele;
- (2) coloca em contato, promotores e arquitetos que de outro modo, nunca se conheceriam;

- (3) possibilita o acesso de profissionais jovens ao mercado de trabalho;
- (4) oferece oportunidades iguais para todos;
- (5) escolhe projetos baseados exclusivamente no mérito das propostas, do ponto de vista técnico e cultural, mesmo que as decisões dos júris eventualmente sejam equivocadas;
- (6) possibilita o desenvolvimento da profissão como um todo e o crescimento individual.

ATUAÇÃO POLÍTICA

Há de se relatar que a maioria das atitudes e propostas do IAB/MG, inclusive a realização dos concursos, é expressão de grupos de profissionais autônomos e reflexo de questões pontuais da comunidade, já que se configuram pela defesa do mercado de trabalho do arquiteto, da legislação e atribuições profissionais e da tabela de honorários, pela promoção de amostras dos trabalhos de arquitetura e pela sugestão de soluções momentâneas para os problemas enfrentados pela sociedade.

Assim, confirma a percepção de Stevens (2003, p.116) sobre os concursos como possibilidade de que “a profissão faça uma demonstração ritual de fidelidade às elites, mostrando como os arquitetos são servidores leais e responsáveis dos poderosos”.

Mesmo que o IAB/MG abrigue uma diversidade de profissionais – autônomos, empresas e assalariados, constitui-se como meio que estimula a prática da autonomia individual. A prática individual em escritório autônomo é vista como padrão de normalidade e estimulada pelo *campo*:

Estranhamente, a arquitetura no Brasil exacerba o individualismo quando seria muito melhor a formação de equipes – de arquitetos e/ou inter-profissionais – para o desenvolvimento dos projetos. Com a crise dos últimos tempos, surgiram melhorias no setor, com vários “arquitetos associados” mas, mesmo assim, sempre uma opinião prevalece ou a “associação” se limita à divisão das despesas do escritório. Outra equipe como a do Ministério da Educação – com grandes figuras ao lado de nomes menos conhecidos, tudo sem brigas ou ciúmes – não parece poder acontecer mais nunca neste Brasil (R12S6).

Como consequência, a RP solicita *“uma reflexão ampla a nível nacional, sobre os rumos da profissão do arquiteto, que sofreu grandes transformações desde a época em que havia poucos escritórios, até hoje, quando os profissionais se contam aos milhares, e muitos deles são assalariados do setor público ou privado”* (R9S4).

O debate deve-se ampliar ainda dentro de *“uma reflexão sobre os rumos da entidade de classe dos arquitetos, a estrutura federativa desta entidade, as relações entre os Departamentos e os papéis que deverão desempenhar nesta nova quadra da vida nacional em que abrem-se novos canais de representação”*⁴² (R9S4).

A RP sempre questiona o seu órgão representativo, principalmente quando se está próximo às eleições de sua diretoria: *“que papel deveria o IAB assumir frente ao momento histórico que a sociedade brasileira atravessa e às demandas colocadas pelos diferentes grupos de arquitetos?”* (R1S4) Percebe-se que há um objetivo comum e vazio de quaisquer chapas apresentarem propostas de uma *“nova gestão cada vez mais representativa das necessidades e aspirações nossas e da comunidade”* (R1S4).

O IAB/MG tem proposto, ao longo de sua história, medidas para contribuir com o *“processo de discussão que se dá a nível nacional entre os arquitetos, e também ao esforço de se delinear um programa [...] com o objetivo de – enquanto categoria profissional – participarmos das exigências feitas pela sociedade brasileira”* (R1S4).

Entretanto, as colocações de Campolina (2005) ainda evidenciam a urgência dos *“dirigentes dos órgãos mais representativos da classe, como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), encontrarem os meios para uma ação objetiva”*. E alerta: *“não se pode (e não se deve) desdenhar dos fatos. [...] Até quando continuaremos estagnados em nossas vãs filosofias, deitados em berço esplêndido?”*

⁴² Em 12 de Dezembro de 2002, em Ato Público realizado em São Paulo, as cinco entidades de arquitetos que formam o Colégio Brasileiro de Arquitetos (Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas - ABAP, Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo - ABEA, Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura - AsBEA, Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas - FNA e Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB) apresentaram o Anteprojeto de Lei para a Regulamentação da Arquitetura e Urbanismo no Brasil e criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Em 19 de Agosto de 2002, o senador José Sarney, presidente do Congresso Nacional, publicou o PLS-347/2003, que regulamenta o exercício da arquitetura e urbanismo no Brasil e cria os Conselhos Regionais e Federal de Arquitetura e Urbanismo. O PL-347/2003 está em discussão em caráter terminativo. O relator da matéria, senador Eduardo Azeredo, propôs a realização de uma Audiência Pública para debater a questão (IAB/SC, 2005).

CAPÍTULO 10

OLHAR AS COISAS DE FRENTE E VÊ-LAS COMO SÃO

Os anos 80 marcaram a Arquitetura mineira, mas também a nacional e a internacional. Os modernistas, dominantes do *campo tectônico* e aliados à burguesia, encontravam-se vulneráveis às possibilidades de novas linguagens, conceitos e propostas. É nessa fragilidade estrutural de um *campo*, que os recém-chegados ou aqueles que querem abandonar a posição de subordinados, percebem a brecha para empenhar-se no confronto com os dominantes.

No cenário internacional, as propriedades da *deconstrução* de Jacques Derrida foram a resposta para um grupo de arquitetos que queria se estabelecer como poder no *campo* – temos Peter Eisenman, como seu maior representante. No Brasil, a vulnerabilidade estrutural do *campo* fazia-se também presente no momento pós-Brasília. Os arquitetos idealizadores e fundadores da RP passaram a representar um grupo de vanguarda ideologicamente armado de proposições e posturas que confrontavam os modernistas brasileiros e, especificamente, os arquitetos do eixo Rio-São Paulo.

Os preceitos da chamada *pós-modernidade mineira* abraçavam, portanto, um *capital intelectual (simbólico)* de extremo valor, ainda que não hegemonicamente acessado ou herdado por todos os envolvidos da RP, diferentes que são as combinações do grupo (a “geléia geral”). Além disso, ou talvez por isso, mesmo sendo uma nova possibilidade teórica, o *pós-modernismo* mineiro não se confirmou conceitualmente e historicamente como estrutura transformadora do *campo*. Não se pode dizer que esse movimento fundamentou as bases de uma ‘escola mineira’.

Contudo, é inegável que essa geração de arquitetos, independente de quem tenha sido rotulado como *pós-modernista*, questionou os postulados funcionalistas do modernismo. A grande preocupação em explicitar, divulgar e promover os projetos, esses que são a expressão do *campo* – os *objetos tectônicos*, refletia o esforço do grupo da RP em impor ao seu *campo* de pertencimento o seu *capital intelectual* (simbólico, fundamentado pela estética) através da informação.

Foi nossa pretensão propor um outro modo de olhar a edificação urbana, fora da análise estética própria do campo das Artes e da Arquitetura, mas como *objeto tectônico* que abraça o seu papel social e cultural sugerindo novas formas de recepção e apropriação dos saberes profissionais, amparados pela ótica da Ciência da Informação. Esta pesquisa objetivou a análise da estrutura informacional da RP que explicita a prática informacional do *campo tectônico* de Belo Horizonte, tornando possível o entendimento deste *campo* em uma determinada época.

Se a informação veiculada pela estrutura informacional da RP revela o modo de agir de natureza informativa do *campo tectônico*, seus *objetos tectônicos* se constroem como expressão dessa prática – o modo de fazer arquitetura, tese calçada pela tríade conceitual entre Bourdieu, Hjørland e Semper desenvolvida pela autora.

Esse modo de agir é expresso na prática informacional – cada arquiteto se manifesta mostrando os seus objetos, mesmo que fundamentados por teorias e posturas ideológicas antagônicas; mas, estar na estrutura informacional RP como instrumento pertencente à comunidade discursiva do *campo tectônico*, é fomento para aumentar os *capitais econômico e intelectual*. Assim, os *capitais econômico e intelectual* determinam o *habitus* coletivo do *campo tectônico*, este que governa a prática informacional, e os *objetos tectônicos* agregam, igualmente, valor econômico ou intelectual.

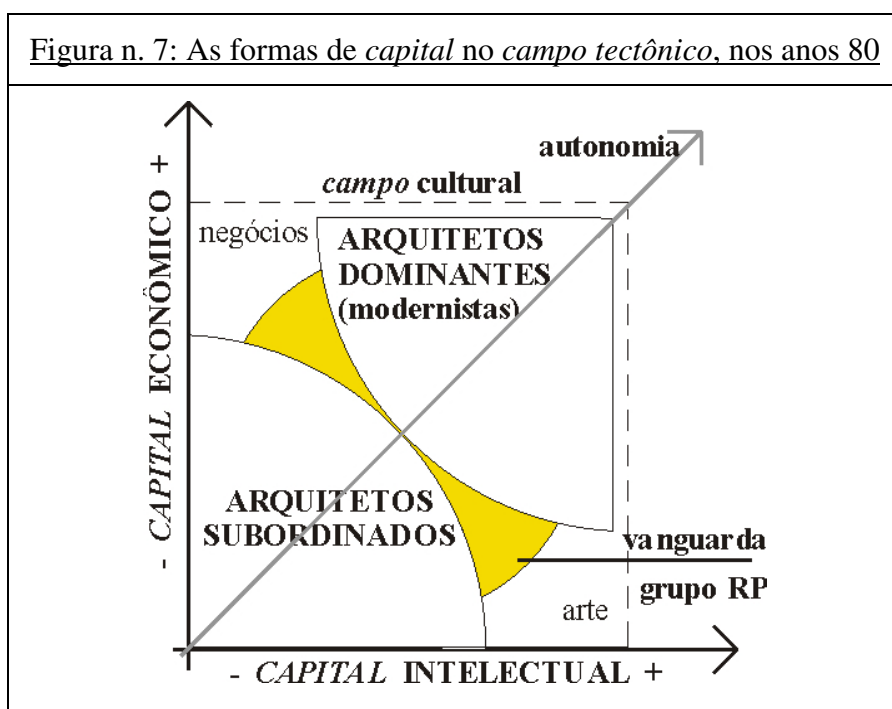
A produção dos *objetos tectônicos* se alimenta das práticas e experiências individuais dos arquitetos, manifestadas por palavras, atitudes, comportamentos – *informação construída* que dá forma ao objeto – que são decorrências da vivência cotidiana e das maneiras de ser, representar e estar como indivíduo, sustentando o *habitus* coletivo. A revista *Pampulha* reconstitui essa estrutura do mundo social, na qual foi produzida, e esses sujeitos, constituídos que são pelas estruturas sociais. Ambos formam o “princípio gerador” (a visão bourdiana) da informação veiculada por uma estrutura informacional que revela as estruturas sociais das *comunidades discursivas*.

A expressão intelectual (simbólica) do ponto de vista individual do arquiteto, o consumo de estilos ditados, o domínio do mercado de bens simbólicos, as inovações tecnológico-construtivas autônomas do especialista e a separação intelectual da função do projeto e da produção da edificação formam as condições de existência que limitam o *habitus* coletivo; este que alimenta o *campo tectônico*.

No que se refere aos questionamentos do *campo*, a prática informacional explicitada na RP revela um modo de agir afastado de respostas em relação às esferas social e política. O *campo* precisa, quer e espera ser capaz de criar mecanismos que contribuam para a aproximação tão necessária e desejada com a sociedade, mas não se efetiva. Urgentemente quer se alcançar:

- (1) a valorização do trabalho do profissional local;
- (2) a ampliação de suas possibilidades de atuação;
- (3) o efetivo emprego de sua capacidade criativa em benefício das necessidades básicas das populações que ainda não tiveram acesso a condições de vida condignas.

Inegavelmente, a comunidade discursiva do *campo* sabe da importância, da necessidade e da obrigação de se voltarem às bases sociais da Arquitetura abandonadas no Renascimento. De fato, estes questionamentos estão presentes na estrutura informacional da RP. Mas o *campo* não é capaz de construir ou controlar outros *capitais* que não somente os *econômico* e *intelectual*, impedindo a reestruturação desejada. Polariza-se, então, o espaço social pela arte ou pelos negócios.

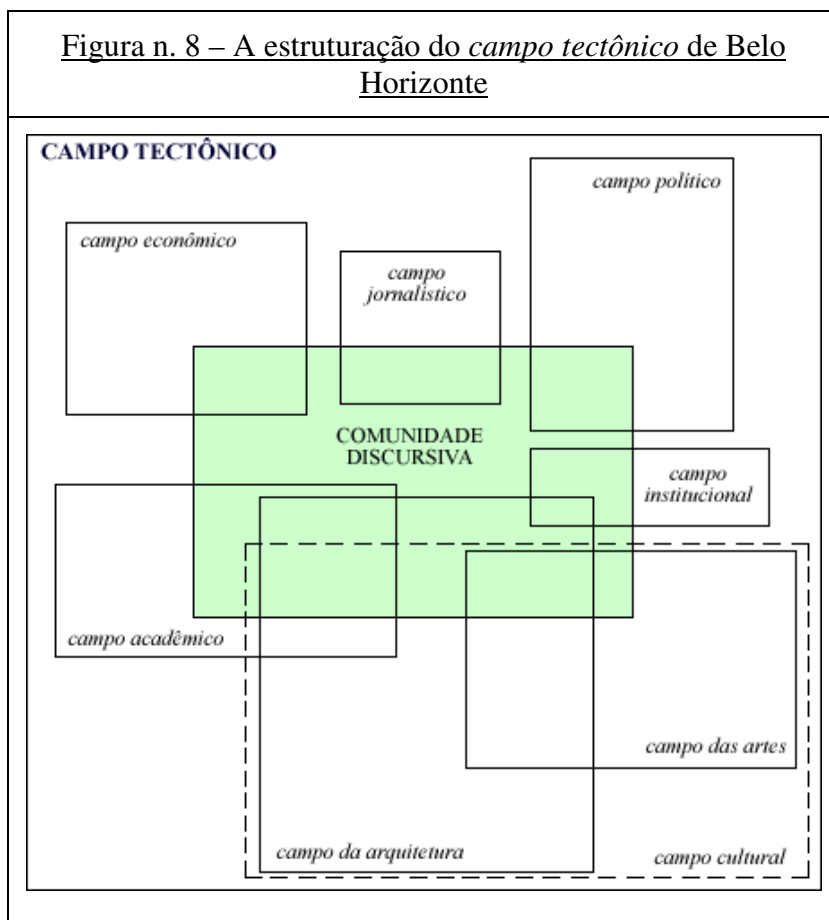


O principal investimento do *campo* é feito em seu *capital intelectual*, e não em outros *capitais* que possam possibilitar sua autonomia. A divulgação e promoção de concursos e exposições pela comunidade discursiva da RP representam um meio para aumentar o estoque de *capital intelectual*. Outra prova dessa constatação é a imaturidade do *campo* em aceitar a crítica feita pela estrutura informacional RP, o que poderia mais do que promover a teorização do *campo*, possibilitar o surgimento de outros *capitais* adequados a ele próprio.

A crise de identidade no *campo tectônico* existe porque este se constrói por posturas individuais, não sendo capaz de entender coletivamente o mundo. A comunidade discursiva do *campo* se mantém refém da individualidade de cada arquiteto, ainda que consiga compor objetivos e linguagem comuns. Assim, o *habitus*, determinado pelo *capital*, alimenta o *campo tectônico* por meio dessa individualidade, comprometendo o agir coletivo em função da ineficiência e da incapacidade de atuação da classe.

O IAB/MG, como instrumento representativo, liga-se diretamente às atividades festivas e culturais e não à propagação do trabalho do arquiteto que deveria permear toda a sociedade. Seria produtivo para o *campo* se o IAB/MG assumisse veementemente o seu posicionamento de representação com uma atuação eficiente na arena política.

Essa incompetência para agir coletivamente, aliada à passividade dos arquitetos de se relacionar com o real, deixa uma passagem para que outros *campos* – econômico, cultural, político, acadêmico, exerçam seus poderes por meio da imposição de suas regras e práticas construídas em cada *campo*.



O *campo político* demonstra que a imposição de seu *capital* impossibilita os arquitetos de participarem como agente transformador do *campo tectônico*. O arquiteto passa a ser um mero executor de decisões tomadas pelo Estado, revelando que o *campo tectônico* não possui autonomia suficiente para imposição de sua atuação política. Seja pela incapacidade de ordenação, de manifestação e de participação da categoria, seja pela ausente vinculação entre políticos e arquitetos. As ações políticas da *comunidade discursiva* do *campo* permanecem, então, na esfera das denúncias veiculadas na RP.

O *campo tectônico* não cria condições para que os sujeitos construam *capital político* adequado, se resguardando apenas pelo *econômico* (profissional) e *intelectual* (simbólico). O conjunto de ações, representações e interações em jogo nas relações sociais são satisfatórios já que promovem os benefícios (prestígio) que permitem a legitimação de sua maneira de funcionar e existir.

Ainda que a RP promova a definição de critérios políticos e econômicos em busca da maior qualidade de seus objetos e da autonomia do *campo*, isto não acontece visto que o

controle do *capital político* e o entendimento do funcionamento do capitalismo permanecem na esfera da retórica e não da ação.

Não há surpresa em constatar que o *campo econômico* tem estruturado não só o *campo tectônico*, mas tantos outros. O imprevisto é a subordinação dos arquitetos ao *campo econômico* de forma tal que limita a sua prática profissional à minimização dos problemas latentes e crônicos do caos urbano, distanciando-se de uma função catalisadora e participativa. O arquiteto, enquanto responsável pela tarefa de construir a cidade, coloca-se afastado do funcionamento da realidade capitalista e política.

A falta desse entendimento explica a sujeição do *campo tectônico* às regras do mercado imobiliário. Nesse cenário, os *objetos tectônicos* expressam diferenciadamente a qualidade da produção daqueles arquitetos que carregam maior *capital econômico*, evidenciando as suas amarras e sujeições (a produção de massa). Ao contrário, os arquitetos com maior *capital intelectual*, que abrem mão do *capital econômico*, explicitam a linguagem da ruptura, mas os desenhos passam a ser mais importantes do que as construções dos edifícios (a produção restrita). Ambos os arquitetos se configuram como vanguarda, à medida que querem alterar suas posições no espaço social; aos subordinados permanecem às tarefas da execução e da construção.

Quanto à academia, o *campo tectônico* a vê de quatro formas, caracterizando a EAUFGM como um meio onde o jogo de interesses e tensões está presente:

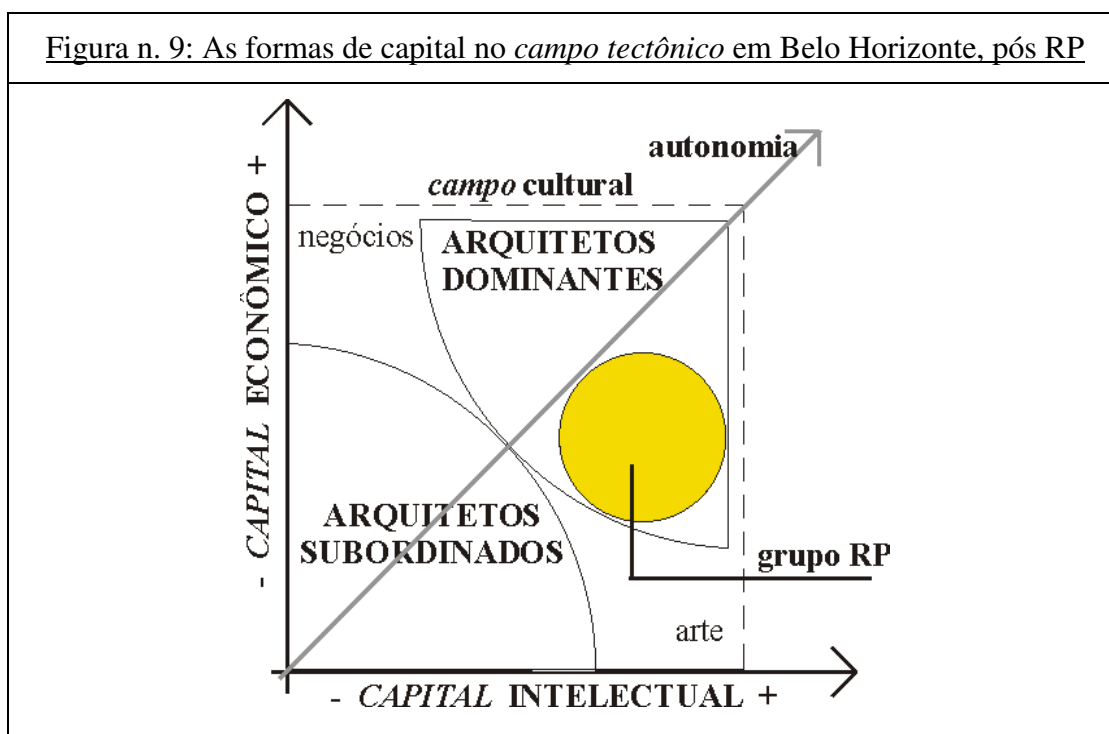
- (1) parte significativa dos problemas enfrentados pelo *campo* é de responsabilidade da escola que conserva as relações de cumplicidades e forças entre estudantes e corpo docente, não permitindo que as necessárias e solicitadas transformações ocorram;
- (2) a renovação da escola depende da necessária inserção de estudantes com maior *capital intelectual* e que são estes dominantes é que desenham o mercado de trabalho;
- (3) a ausência do compromisso social nas bases políticas e pedagógicas do curso de Arquitetura alimenta a falta de engajamento político de seus participantes e a deficiência no entendimento das demandas da sociedade.
- (4) a escola espera que o aluno saiba alguma coisa, mas que igualmente seja alguma coisa – é a ação do *habitus* somado ao *capital intelectual*.

A *comunidade discursiva* do *campo tectônico* de Belo Horizonte, representado pelos arquitetos do grupo da RP, formou-se pela EAUFMG. Carregam o *capital intelectual* somado ao *habitus* coletivo, funcionando ambos com coerência na hierarquização do *campo tectônico* por meio de suas práticas informacionais.

Vários dos arquitetos da RP, críticos que eram ao modelo educacional do curso de Arquitetura, tornaram-se professores da EAUFMG ou das outras instituições de ensino hoje existentes. Contribuem, certamente, para a circularidade e reprodução do conhecimento.

A escola é a instância possível para a construção dos *capitais social e político* e a mudança do *habitus* secundário. Isso implica que os formadores educacionais necessitam entender, efetivamente, a sociedade e as relações sociais entre sujeitos, o funcionamento do capitalismo e a arena política. Talvez o mais importante seja direcionar a produção do conhecimento interdisciplinar por meio da aproximação da Arquitetura com outras áreas – as Ciências Sociais e Ciências Políticas, por exemplo.

Voltando ao grupo da RP, entende-se, assim, a alteração atual de sua posição no *campo*: de vanguarda para dominantes. A estrutura informacional da RP funcionou como um mecanismo, naquele momento, de crescimento profissional de seus envolvidos, provocando a alteração de suas posições sociais no espaço social. Mas não como alteração do *habitus* coletivo.



Se a Arquitetura se afastou daquele que vivencia e experimenta os *objetos tectônicos* – o Homem, é porque se afastou igualmente do entendimento do que seja a sociedade. Nesta pesquisa, excluímos de nossos objetivos as discussões espaço-temporal da modernidade ou pós-modernidade e estética do modernismo ou pós-modernismo, por acreditar que o resgate do uso ontológico da informação – que dá forma ao objeto – possibilitaria o *objeto tectônico* ser o que é. Além de recobrar a ênfase no sujeito que se apropria do objeto (e da cidade) com vida, e não a ênfase na imagem que possa modelá-lo.

Um outro aspecto importante neste trabalho é o entendimento da *informação construída* pelos sujeitos que procuram trocar sua experiência, vivenciada individualmente, com outras pessoas, provocando o deslocamento da informação para a significação coletiva – as *comunidades discursivas*. Assim, o *objeto tectônico* é um dispositivo técnico de conteúdo, o *medium*, carregado de informação e conhecimento que promovem o saber circular, abriga as relações e práticas sociais e manifesta visões de mundo de um *campo* – é expressão de uma prática informacional.

Talvez a nossa tentativa seja a de transformar o *objeto tectônico* em um fato mais próximo de seus pressupostos humanísticos, tornando-a um instrumento capaz de contribuir para o processo de transformação da sociedade – valorizar a função social da arquitetura que deve ter o Homem como foco de atenção. Ou, como pensa a filósofa Otília Arantes (2001, p.54), ao questionar sobre os ideais da arquitetura: “quem em sã consciência não desejaria assistir à aliança claramente instituída entre a arte mais exigente e a expressão coletiva de finalidades sociais?”

Sabemos que outros rumos podem ser tomados a partir das linhas de pesquisa da Ciência da Informação. Em uma outra possível abordagem, a problematização estaria ligada à organização do conhecimento profissional e técnico onde os sujeitos são, especificamente, aqueles que desenham e fazem a edificação urbana: os arquitetos e engenheiros participantes da estrutura organizacional da construção civil. Assim sendo, teríamos a informação pertencente aos processos de projeto e produção da edificação, como matéria-prima que alimenta o processo decisório de seus participantes, através da sua caracterização: quantidade, fluxo, abrangência, processamento, disseminação e representação. E a principal pergunta seria: como gerenciar as informações obtidas pelos sujeitos que projetam e executam a edificação urbana, *a obra*, permitindo-se a mudanças econômicas, sociais e políticas?

Por meio do estudo da informação gerencial e tecnológica, dos processos de projeto e produção da edificação urbana, poderíamos esperar benefícios políticos, econômicos e sociais

a serem alcançados para a sociedade. Acreditamos que a infra-estrutura de informações, apresentada como resultado dessa possibilidade de pesquisa, contribuiria para o desenvolvimento de negócios e empreendimentos do setor, capacitando os profissionais envolvidos a ampliar seus papéis dentro dos processos de projeto e produção.

Em outra abordagem, teríamos a relevância da informação presente nos canais informais, e confirmada pelos estudos que apontam a má qualidade de comunicação, ausência e desorganização de registros, falta de coordenação interdisciplinar, como os principais problemas enfrentados pelos sujeitos envolvidos nos processos de projeto e produção da edificação. Neste caso, o desafio seria reconhecer os *links* informais das relações sociais destes sujeitos, via a identificação de suas propriedades e suportes, como possibilidade de se promover a integração e reduzir distâncias, disponibilizar o acesso às informações e aumentar o nível de conhecimento.

Mas, talvez o mais importante seja reforçar a importância de se voltar para as onze áreas de pesquisa da Ciência da Informação, propostas pelo olhar sociologizado de Hjørland, como possibilidades que alimentem o entendimento do que seja a construção social do conhecimento do domínio *tectônico*. Acreditamos que os benefícios dessas possibilidades sejam os mais profícuos para a Ciência da Informação e, principalmente, para a Arquitetura, visto que qualquer proposta em relação à problemática informacional do *campo tectônico* somente pode ser efetivada se este estiver amplamente compreendido.

Esperamos que, os conhecimentos adquiridos e compartilhados, cristalizem o conhecimento interdisciplinar como ferramenta complementar ao conhecimento disciplinar tradicional, validando a Ciência da Informação como agente de desenvolvimento e redefinição da sociedade. Acreditamos que o modelo teórico, embasado pela tríade conceitual das Ciências Sociais (Bourdieu), Ciência da Informação (Hjørland) e Arquitetura (Semper), aqui construído para a análise do domínio *tectônico* possa ser transposto para a análise de outros domínios.

Dentro de um âmbito mais geral, esperamos que essa outra forma de olhar a Arquitetura, ou seja, pela ótica da Ciência da Informação, possa contribuir para o maior entendimento da problemática exposta, sobretudo na relação da sociedade, do Homem e da cidade e minimizar os equívocos na condução das práticas profissionais envolvidas.

REFERÊNCIAS

ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo. *Cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*. Disponível em: <<http://www.abea-arq.org.br>>. Acesso em Jul. 2005.

ABRAHAMSEN, Knut Tore. Indexing of musical genres. An epistemological perspective. *Knowledge Organization*, v.30, n.3/4, p.144-169, 2003.

ALLEN, Bryce L. *Information tasks: toward a user-centered approach to information systems*. New York: Academic Press, 1996.

ALMADA, Mauro. *Geração XXI: a interpretação dos sonhos*. 2003. Disponível em: <<http://www.vivercidades.org.br>>. Acesso em Jan. 2005.

AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ARANTES, Otília B. Fiori. *Urbanismo em fim de linha; e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2001.

ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. Sistemas de informação: nova abordagem técnico-conceitual. *Ciência da Informação*, v.24, n.1, 1995. Disponível em <<http://www.ibict.br>>. Acesso em Jun. 2003.

ARRUDA, Ângelo Marcos. A popularização dos elementos da casa moderna em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. *Arquitextos*, 2004. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em Out. 2005.

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação*. São Paulo: Fundação João Pinheiro, 1980.

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. *São Paulo em Perspectiva*, v.16, n.3, p.1-12, jul./set. 2002a. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em Fev. 2003.

_____. Transferência da informação para o conhecimento. In: AQUINO, M. A. *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002b. p.49-59.

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A casa ou o mundo às avessas. In: CORRÊA, Mariza (org.). *Ensaio sobre a África do Norte*. Campinas: Ed. IFCH/ UNICAMP, 2002a. p.89-112. (Coleção Textos Didáticos, v.46).

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 5.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

_____. *El sentido práctico*. Madrid: Taurus Humanidades, 1991.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: Ortiz, R. (org.) *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.46-81.

_____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n.10, p.5-15, dez. 1989b.

_____. *Homo academicus*. California: Stanford University Press, 1988.

_____. (coord.). *A miséria do mundo*. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989a.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996a.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

_____. Senso de honra. In: CORRÊA, Mariza (org.). *Ensaaios sobre a África do Norte*. Campinas: Ed. IFCH/ UNICAMP, 2002b. p.51-87. (Coleção Textos didáticos, v.46)

BOYCE, Bert R.; KRAFT, Donald H. Principles and theories in information science. *Annual Review of Information Science & Technology*, v.20, p.153-178, 1985.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A Formação do homem moderno vista através da arquitetura*. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science: philosophical aspects. *Journal of Information Science*, v.2, p.125-133, 1980.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. *Journal of the American Society of Information Science*, v.42, n.5, p.351-360, 1991.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BUSH, Vannevar. As we may think. *The Atlantic Monthly*, v.176, n.1, p.1-19, jul.1945. Disponível em <<http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>>. Acesso em Jul. 2003.

CALDEIRA, Altino Barbosa. *Algumas verdades e mentiras sobre Éolo Maia*. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em Maio. 2004.

CAMPOLINA, Joel. *A máscara do arquiteto*. *Vitruvius*, Jan. 2005. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em Jul. 2005.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CAPURRO, Rafael. On the genealogy of information. In: KORNWACHS, Klaus; JACOBY Konstantin. (eds.). *Information: new questions to a multidisciplinary concept*. Berlin: Akademie Verlag, 1996. p. 259-271.

_____. What is information science for? A philosophical reflection. In: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (ed.). *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives*. Proceedings of the International Conference held for the celebration of 20th Anniversary of the department of information studies, University of Tampere, Finland, 26-28, 1991. London: Taylor Graham, 1992. p. 82-96.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. The concept of information. *Annual Review of Information Science & Technology*, v.37, p.343-411, 2003.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Pós-modernidade e informação: conceitos complementares? *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.63-79, Jan/Jun.1996.

_____. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. *Revista Escola Biblioteconomia UFMG*, Belo Horizonte, v.23, n.2, p.107-114, jul./dez. 1994.

CHOO, Chun Wei. *The Knowing Organization*. New York: Oxford University Press, 1998.

COTTINGHAM, John. *Descartes*. São Paulo: Editora Unesp, 1999. (Coleção Grandes Filósofos).

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar e cozinhar*. 3.ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Atlas, 1985.

DERVIN, Brenda; NILAN, Michael. Information needs and uses. *Annual Review of Information Science & Technology*, New York, v.21, p.3-33, 1986.

DIAS, Eduardo Wense. O específico da ciência da informação. In: AQUINO, M. A. *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p.87-99.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Disponível em
< <http://www.houaiss.uol.com.br> >

DINIZ, João. *Arquiteturas*. Belo Horizonte: AP Cultural, 2002.

ELLIS, David. Paradigms and proto-paradigms in information retrieval research. In: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (ed.). *Conceptions of library and information science:*

historical, empirical and theoretical perspectives. Proceedings of the International Conference held for the celebration of 20th Anniversary of the department of information studies, University of Tempere, Finland, 26-28, 1991. London: Taylor Graham, 1992. p. 165-186.

ESTADO DE MINAS. BH 100 anos – Nossa história. Belo Horizonte: Estado de Minas, 1996.

FABRIS, Annateresa. Um símbolo moderno. In: _____. *Fragmentos urbanos*. São Paulo: Studio Nobel, 2000. p.153-182.

FERNANDES, Geni Chaves. O objeto de estudo da ciência da informação. *Informare – Cad. Prog. Pós-Graduação Ciência Informação*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.25-30, Jan./Jun.1995.

FEROLLA, José Eduardo. Belo Horizonte, 2005. Arquivo digital. Entrevista concedida à Denise Morado Nascimento.

FERREIRA, Sueli. Estudo de necessidades de informação: dos paradigmas tradicionais à abordagem Sense-Making. *Sense-making.br - Grupo de Pesquisa Interunidades da USP sobre a abordagem Sense-Making*. 1997. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/nucleos/sense/index.htm>>. Acesso em Jan. 2003.

FIESP/CIESP. *Agenda de política para a cadeia produtiva da construção civil*. São Paulo: FIESP/CIESP, 2004.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO / CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. *Déficit habitacional no Brasil 2000*. Belo Horizonte: FJP, 2001.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. Que é análise de conteúdo. In: _____. *Ensino médio: desafios e reflexões*. Campinas: Papirus, 1994. p.159-180.

FRAMPTON, Kenneth. Rappel a l'ordre: the case for the tectonic. In: NESBITT, Kate (ed.). *Theorizing a new agenda for architecture*. New York: Princeton Architectural Press, 1996. p. 518–528.

FRISBY, David. *Fragments of modernity: theories of modernity in the work of Simmel, Kracauer and Benjamin*. 3. ed. Cambridge: The MIT Press, 2002.

GIDDENS, Anthony. Sociological theory. In: _____. *Sociology*. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 1997, cap.21, p.559-579.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, Maria Nélide. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, M. A. (Org.) *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p. 25-47.

_____. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v.1, n.6, Dez. 2000. Disponível em <<http://www.dgzero.org>>. Acesso em Jan. 2003.

_____. O caráter seletivo das ações de informação. *Informare*, Rio de Janeiro, v.5, n.2, p.7-30, jul./dez. 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

GUEDES, Joaquim. A arquitetura atual não segue a função nem estilos históricos; é monetarista, interessada em status. *Revista ProjetoDesign*, São Paulo, n. 250, Dez. 2000. Entrevista concedida à equipe da Revista ProjetoDesign. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br>>. Acesso em Fev. 2003.

HABERMAS, Jürgen. Modernidade versus pós-modernidade. *Arte em Revista*, São Paulo, v.5, n.7, p.86-91, ago.1983.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 6.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

HARTEL, Jenna. The serious leisure frontier in library and information science: hobby domains. *Knowledge Organization*, v.30, n.3/4, p.228-238, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 7.ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. 3.ed. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1980. 2v.

HERRMANN, Wolfgang. *Gottfried Semper: in search of architecture*. Cambridge: MIT Press, 1984.

HEWINS, Elizabeth. Information need and use studies. *Annual Review of Information Science & Technology*, Amsterdam, v.25, p.145-172, 1990.

HJØRLAND, Birger. Documents, memory institutions and information science. *Journal of Documentation*, v.56, n.1, p.27-41, 2000.

_____. Domain analysis in information science: eleven approaches traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, v.58, n.4, p. 422-462, 2002.

_____. *Information seeking and subject representation: an activity-theoretical approach to Information Science*. New York: Greenwood Press, 1997.

HJØRLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v.46, n.6, p.400-425, Jul.1995.

HJØRLAND, Birger; HARTEL, Jenna. Introduction to a special issue of knowledge organization. *Knowledge Organization*, v.30, n.3/4, p.125-27, 2003.

HUCHET, Stéphane. Horizonte tectônico e campo “plástico” – de Gottfried Semper ao grupo Archigram. In: MALARD, Maria Lúcia. *Cinco textos sobre arquitetura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.169-233.

IAB/SC – Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de Santa Catarina. *Organização da arquitetura*. Disponível em: <<http://www.iab-sc.com.br>>. Acesso em Jul. 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa anual da indústria da construção* – vol.11. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

JACOB, Elin K.; SHAW, Debora. Sociocognitive perspectives on representation. *Annual Review of Information Science & Technology*, v.33, p.131-185, 1998.

JÄRVELIN, Kalervo; VAKKARI, Pertti. The evolution of library and information science 1965-1985. In: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (ed.). *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives*. Proceedings of the International Conference held for the celebration of 20th Anniversary of the department of information studies, University of Tampere, Finland, 26-28, 1991. London: Taylor Graham, 1992. p. 109-125.

JULIANO, Miguel. O arquiteto precisa conhecer as pessoas: ninguém telefona para lhe dar um projeto. *Revista ProjetoDesign*, São Paulo, n. 289, Mar. 2004. Entrevista concedida a Fernando Serapião e Silvério Rocha. Disponível em <<http://www.arcoweb.com.br>>. Acesso em Jul. 2005.

JULIEN, Heidi; DUGGAN, Lawrence J. A Longitudinal analysis of the information needs and uses Literature. *Library & Information Science Research*, London, v.22, n.3, p.291-309, 2000.

LAVILLE, Christina; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEACH, Neil (ed.). *Rethinking architecture: a reader in cultural theory*. London: Routledge, 1997.

LEFÉVRE, Rodrigo Brotero. *Vitruvius Entrevistados*, 1974. Entrevista concedida a Renato de Andrade Maia. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em Jul. 2005.

LOYOLA, Maria Andréa. *Pierre Bourdieu*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. (Coleção Pensamento Contemporâneo)

MAHFUZ, Edson. Concurso de arquitetura: exploração ou oportunidade de crescimento. *Coluna Relações Info IAB/RS*, 2003. Disponível em <<http://www.iab-rs.org.br>>. Acesso em Jul. 2005.

_____. A arquitetura consumida na fogueira das vaidades. *Arquitextos (seção Editorial)*, 2001. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em Jul. 2005.

MAIA, Éolo. *Arquitetura Mineira Depoimentos. Vão Livre*, Belo Horizonte, ano II, n. 20, p.3, 1981.

_____. Se não conhecermos nossa cultura arquitetônica, vamos sucumbir no processo de globalização. *Revista ProjetoDesign*, São Paulo, n. 267, Mai. 2002. Entrevista concedida a Silvério Rocha. Disponível em <<http://www.arcoweb.com.br>>. Acesso em Jul. 2005.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. Profissionais de informação: alguns conceitos de Pierre Bourdieu aplicáveis a possível existência/dinâmica de um campo de atividades de informação. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2, 1994, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais / Escola de Biblioteconomia UFMG, 1994. p.534-548.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e Sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, M. A. *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p.101-115.

_____. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. *Revista Escola Biblioteconomia UFMG*, v.23, n.2, p.115-137, Jul./Dez. 1994.

_____. *Cultura, educação e campo social: discursos e práticas de informação*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. Tese (Doutorado em Comunicação). Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, v.24, n.1, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br>>. Acesso em Jan. 2003.

MIKSA, Francis L. Library and information science: two paradigms. In: VAKKARI, Pertti; CRONIN, Blaise (ed.). *Conceptions of library and information science: historical, empirical and theoretical perspectives*. Proceedings of the International Conference held for the celebration of 20th Anniversary of the department of information studies, University of Tampere, Finland, 26-28, 1991. London: Taylor Graham, 1992. p. 229-252.

MILANESI, Luis. *A casa da invenção*. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

MILES, Matthew B., & HUBERMAN, Michael. *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2000.

_____. (org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 2.ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, Dora Fried (org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.45-55.

MULLER, Willy. *Vitruvius Entrevistados*, 2004. Entrevista concedida a Eduardo Pasquinelli. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em Jul. 2005.

OLIVEIRA, José Aparecido. Instituto dos Arquitetos do Brasil – seção Minas Gerais. Belo Horizonte: *Catálogo da Mostra da Arquitetura de Minas*, 1983.

ØROM, Anders. Information Science, historical changes and social aspects: a Nordic outlook. *Journal of Documentation*, v.56, n.1, p.12-26, Jan.2000.

ORTIZ, Renato. Introdução. In: _____ (org.) *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.7-36.

PACHECO, Leila Maria Serafim. Informação e contexto: uma análise arqueológica. Rio de Janeiro: IBICT-UFRJ/ECO, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PAESANI, Alfredo. Espero que o CAU não seja apenas um centro de arrecadação com pouquíssimos benefícios. *Revista ProjetoDesign*, São Paulo, n. 299, Jan. 2005. Entrevista concedida a Fernando Serapião e Vicente Wissenbach. Disponível em <<http://www.arcoweb.com.br>>. Acesso em Jul. 2005.

PAIM, Isis; NEHMY, Rosa Maria Quadros; GUIMARÃES, César Geraldo. Problematização do conceito 'qualidade' da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.111-119, 1996.

PANOFSKY, Erwin. *Arquitetura gótica e escolástica: sobre a analogia entre arte, filosofia e teologia na Idade Média*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1991.

PAULA, Marta Laudelina Oliveira de. Pesquisa [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <dmorado@uol.com.br> em 28 Julho 2005.

PODESTÁ, Sylvio de. Belo Horizonte, 2005. Arquivo digital. Entrevista concedida à Denise Morado Nascimento.

_____. Em arquitetura, quando criticamos um projeto ou uma situação, parece que criticamos a pessoa. *Revista ProjetoDesign*, São Paulo, n. 286, Dez. 2003. Entrevista concedida a Silvério Rocha. Disponível em <<http://www.arcoweb.com.br>>. Acesso em Jul. 2005.

PROJETODESIGN. A crítica de arquitetura no Brasil. *Revista ProjetoDesign*, São Paulo, n. 266, Abr. 2002. Debate promovido pela Arcoweb e Revista ProjetoDesign. Disponível em <<http://www.arcoweb.com.br>>. Acesso em Abr. 2004.

QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2.ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

RIBEIRO, Maurício Andrés. Instituto dos Arquitetos do Brasil – seção Minas Gerais. Belo Horizonte: *Catálogo da Mostra da Arquitetura de Minas*, 1983.

_____. Belo Horizonte, 2005. Arquivo eletrônico. Entrevista concedida à Denise Morado Nascimento.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Análise de conteúdo. In: _____. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999. p.220-244

ROBREDO, Jaime. *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Ed. Thesaurus, SSRR Informações, 2003.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SALVATORI, Elena. Popularização e hegemonia da Arquitetura Moderna brasileira, 1930 a 1970. *Forma(t)ação*, 2004. Disponível em <<http://www.iab-rs.org.br>>. Acesso em Out. 2005.

SANTAELLA, Lucia. *Comunicação & Pesquisa*. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Ciência. In: SILVA, Manuel M. C. (org.) *Dicionário do pensamento contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 1991. p.23-43.

_____. *Um discurso sobre as ciências*. 8.ed. Porto: Afrontamento, 1996.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002. (Coleção Milton Santos; 1)

SARACEVIC, Tefko. Information science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 50, n.12, p.1051-1063, 1999.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2003.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1999.

SEGAWA, Hugo; CREMA, Adriana; GAVA, Maristela. Revistas de arquitetura, urbanismo, paisagismo e *design*: a divergência de perspectivas. *Ciência da Informação*, v.32, n.3, 2003. Disponível em <<http://www.ibict.br>>. Acesso em Abr. 2005.

SEGRE, Roberto. Em geral, a crítica brasileira tem uma visão muito restrita do movimento moderno. *Revista ProjetoDesign*, São Paulo, n. 297, Nov. 2004. Entrevista concedida a Fernando Serapião. Disponível em <<http://www.arcoweb.com.br>>. Acesso em Jul. 2005.

SEIDMAN, Steven. Substantive debates: moral order and social crisis – perspectives on modern culture. In: ALEXANDER, J. C.; SEIDMAN, S. (Eds.). *Culture and society: contemporary debates*. Cambridge: Cambridge University, 1990. p.217-235.

SEMPER, Gottfried. Influence of historical research on trends in contemporary architecture. In: HERRMANN, Wolfgang. *Gottfried Semper: in search of architecture*. Cambridge: MIT Press, 1984a. p. 189-195.

_____. The basic elements of architecture. In: HERRMANN, Wolfgang. *Gottfried Semper: in search of architecture*. Cambridge: MIT Press, 1984b. p. 196-203.

_____. The attributes of formal beauty. In: HERRMANN, Wolfgang. *Gottfried Semper: in search of architecture*. Cambridge: MIT Press, 1984c. p. 219-244.

_____. A critical analysis and prognosis of present-day artistic production. In: HERRMANN, Wolfgang. *Gottfried Semper: in search of architecture*. Cambridge: MIT Press, 1984d. p. 245-260.

SHERA, Jesse H. The sociological relationships of information science. *Journal of the American Society for Information Science*, v.22, n.2, p.76-80, 1971.

SHERA, Jesse H.; CLEVELAND, Donald B. History and foundation of information science. *Annual Review of Information Science and Technology*, v.12, p.249-275, 1977.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da história intelectual*. Campinas: Ed. Papirus, 2002.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

_____. *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

STEVENS, Garry. *O círculo privilegiado: fundamentos da distinção arquitetônica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

SUNDIN, Olof. Towards an understanding of symbolic aspects of professional information: an analysis of the nursing knowledge domain. *Knowledge Organization*, v.30, n.3/4, p.170-181, 2003.

SWALES, John M. The concept of discourse community. In: _____. *Genre analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p.21-32.

TEIXEIRA, Claudia Hlebetz. Onde os intérpretes da informação? *Informare – Caderno Programa Pós-Graduação Ciência Informação*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.37-44, Jul./Dez.1995.

TOURAINÉ, Alain. *Igualdade e diversidade: o sujeito democrático*. São Paulo: EDUSC, 1998.

VAN DOREN, Charles. *A history of knowledge: past, present and future*. New York, Ballantine Books, 1991.

VECTORE. Pampulha 13 Memória. *AP*, Belo Horizonte, n. 0, p.61-88, 1994.

VICKERY, Brian C.; VICKERY, Alina. *Information science in theory and practice*. London & New York: Bowker-Saur, 1987.

WACQUANT, Loiq J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Revista de Sociologia e Política*, n.19, Nov. 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em Julho 2005.

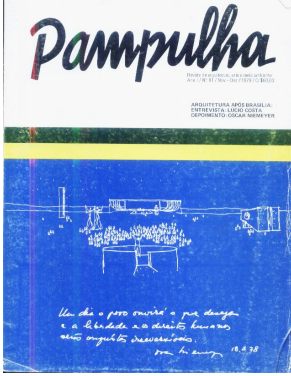



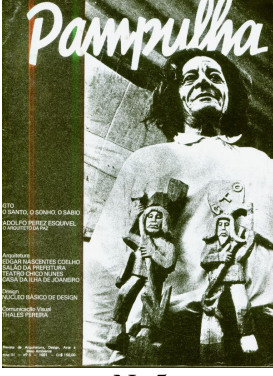
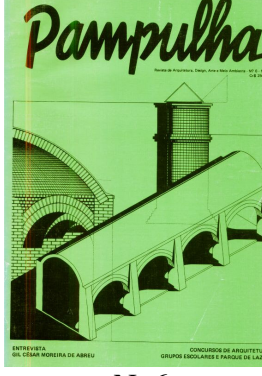
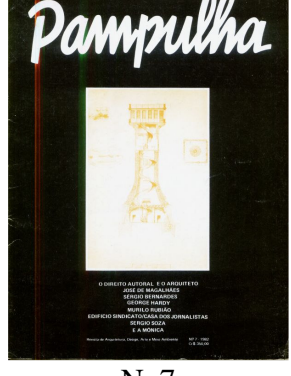
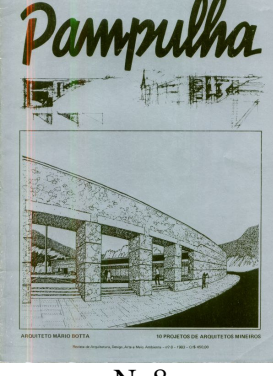
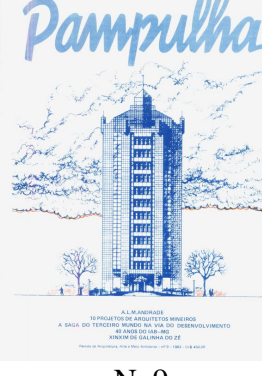


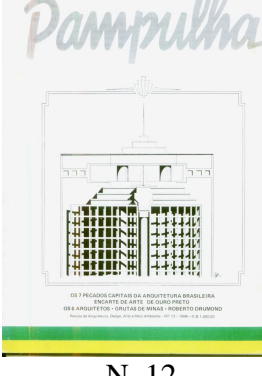
WERSIG, Gernot; WINDEL, Gunther. Information science needs a theory of ‘information actions’. *Social Science Information Studies*, v.5, p.11-23, 1985.

WILSON, Patrick. Communication efficiency in research and development. *Journal of the American Society for Information Science*, v.44, n.7, p.376-382, Aug.1993.

ZEIN, Ruth Verde. *Éolo Maia: 1942/2002* (editorial). Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em Maio. 2004.

ANEXOS

ANEXO I: Capas das revistas Pampulha

 <p>Pampulha</p> <p>ARQUITETURA ARTE BRASILEIRA UNIVERSITARIA LUGOS COLORE DEPARTAMENTO OSCAR NEHEVES</p> <p>Um dia o povo ouvirá a voz da terra e a liberdade não deixará lugares nem impérios desastrosos. por A. S. S. 1933</p>	 <p>Pampulha</p> <p>Revista de Arquitetura, Arte e Vida Paulista Ano III Nº 02 Jan. - Fev. 1933 - 128 páginas</p> <p>CONFINIS O CINCO DOS MOTOPRECALA O CINCO DOS PAMPULHOS</p> <p>AMÉRICA DE CASTRO Fernando Sabella José de Saadete Alfonso Romano</p>	 <p>Pampulha</p> <p>Revista de Arquitetura, Arte e Vida Paulista Ano III Nº 03 Mar. - Abr. 1933 - 128 páginas</p> <p>Mineirinho, peléico com problemas • Frederico Morais redescobre a província • G. Elvís, herói da classe média • Brent, Milton e Aráiz viajam de ligas • artistas e poetas no Jaqueirão • Casa de Saramin • José Maria Babelo • Ecce os Confinis</p>
 <p>Pampulha</p> <p>Revista de Arquitetura, Arte e Vida Paulista Ano III Nº 04 Mai. - Jun. 1933 - 128 páginas</p> <p>JAMIE LERNER: PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO - SAVASSI SEM PRILUTO E DE ROUPA NOVA - FAZENDA ANTIGA VAI VERAR ESCOLA DE ARTE - PAULO LAENDER, UM ARTISTA POLIVALENTE - ARQUITETURA ESPONTANEA - CASA DE LATA - OS 30 ANOS DA NOSSA ESCOLA DE ARQUITETURA</p>	 <p>Pampulha</p> <p>Revista de Arquitetura, Arte e Vida Paulista Ano III Nº 05 Jul. - Ago. 1933 - 128 páginas</p> <p>OTO PLANATO, O SONHO, O BARRO ADOLFO RUIZ ESCOBEL AQUARRE SÓCIO INSCIENTES COLLADO SÓCIO DA PAMPULHA TELMO CHOPINHO SÓCIO DA VIDA DE CONSUMO TELMO MADRUGAL DESIGN Compreendendo Visual FRUDES FERREIRA</p>	 <p>Pampulha</p> <p>Revista de Arquitetura, Arte e Vida Paulista Ano III Nº 06 Set. - Out. 1933 - 128 páginas</p> <p>UMA VIDA O SENAR MODERNA DE ABRU CONCURSO DE ARQUITETURA GRUPOS ESCOLARES E PARQUE DE LARANJEIROS</p>
 <p>Pampulha</p> <p>Revista de Arquitetura, Arte e Vida Paulista Ano III Nº 07 Nov. - Dez. 1933 - 128 páginas</p> <p>O CONSELHO AUTONOMO E O ARQUITETO JOSE DE BRAGA SARA SERGIO DE BRAGA SARA SERGIO DE BRAGA SARA EDIFICIO SINDICATO CASA DOS JORNALISTAS SERGIO SARA E A MONICA</p>	 <p>Pampulha</p> <p>Revista de Arquitetura, Arte e Vida Paulista Ano III Nº 08 Jan. - Fev. 1934 - 128 páginas</p> <p>ARQUITETO MARIO BORTA O PROJETO DE ARQUITETOS BRASILEIROS</p>	 <p>Pampulha</p> <p>Revista de Arquitetura, Arte e Vida Paulista Ano III Nº 09 Mar. - Abr. 1934 - 128 páginas</p> <p>A L. DE ARQUITETURA REPLICATOR DE ARQUITETOS BRASILEIROS A SALA DO TERCIO NOME DO LUGAR: OBSERVAMENTO 40 ANOS DA L. DE ARQUITETURA MINISTRO DE SAUDE DO DE</p>
 <p>Pampulha</p> <p>Revista de Arquitetura, Arte e Vida Paulista Ano III Nº 10 Mai. - Jun. 1934 - 128 páginas</p> <p>JUZ DE FIDEL PATRIMONIO E ARQUITETURA O PRESENTE DE UM FUTURO INCERTO O E. E. ARQUITETOS DE BRAGA ENCARTE DE ARTE DE GUINO PRETO</p>	 <p>Pampulha</p> <p>Revista de Arquitetura, Arte e Vida Paulista Ano III Nº 11 Jul. - Ago. 1934 - 128 páginas</p>	 <p>Pampulha</p> <p>Revista de Arquitetura, Arte e Vida Paulista Ano III Nº 12 Set. - Out. 1934 - 128 páginas</p> <p>OS 3 PRINCIPALISMAS DA ARQUITETURA BRASILEIRA ENCARTE DE ARTE DE GUINO PRETO OS 4 ARQUITETOS - GRUPOS DE VIVAS - PROBLEMA DIURNINO ENCARTE DE ARQUITETURA DE GUINO PRETO</p>

ANEXO II: Cidades de circulação da Revista Pampulha		
<i>Minas Gerais</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Ceará</i>
Belo Horizonte	Araraquara	Fortaleza
Cachoeiro do Campo	Arujá	
Contagem	Barretos	<i>Paraíba</i>
Diamantina	Bauru	João Pessoa
Formiga	Bebedouros	Campina Grande
Governador Valadares	Campinas	
Ipanema	Carapicuíba	<i>Pernambuco</i>
Ituiutaba	Cerquilha	Recife
Muriaé	Franca	Olinda
Ouro Branco	Jaboatão	
Ouro Preto	Jaboticabal	<i>Distrito Federal</i>
Ubá	Jacareí	Brasília
Uberlândia	Jardim Taboão	
Varginha	Leme	<i>Paraná</i>
São Paulo	Penápolis	Curitiba
	Piquete	Londrina
<i>Santa Catarina</i>	Presidente Prudente	Maringá
Florianópolis	Ribeirão preto	
	Santos	<i>EUA</i>
<i>Goiás</i>	São Bernardo do Campo	Washington
Goiânia	São José do Rio Pardo	
	São José dos Campos	<i>Alemanha</i>
<i>Maranhão</i>	São Miguel Paulista	Berlim
São Luiz	Sorocaba	
Imperatriz	Taubaté	<i>Espanha</i>
		Santiago de Compostela
<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Alagoas</i>	
Barra Mansa	Maceió	
Itaperuna		
Niterói	<i>Espírito Santo</i>	
Nova Iguaçu	Vitória	
Valença		
	<i>Pará</i>	
<i>Rio Grande do Sul</i>	Belém	
Porto Alegre		
Passo Fundo	<i>Mato Grosso do Sul</i>	
Pelotas	Campo Grande	
Santa Maria		
São Leopoldo	<i>Bahia</i>	
	Salvador	

Anexo III: Equipe editorial da RP												
Nomes	Edições											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1 Alceu Castelo Branco					ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee
2 Álvaro Hardy	ee,dr	ee,dr	ee,dr	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee
3 Ana Beatriz Campos	c	ee	ee	ee	c							
4 Ana Maria Schmidt	ee	ee	ee		c	c						
5 Carlos Alexandre Dumont	c				ee			c				
6 Eduardo Barroso Neto					ee							
7 Eduardo Tagliaferri	ee	c	c		c	c	c					
8 Éolo Maia	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee,dr	ee,dr	ee,dr	ee,dr	ee,dr	ee,dr
9 Francisco M. de Andrade Filho	ee	c	ee	ee	c	c						
10 Freuza Zechmeister	c	ee	ee	c	c						c	
11 Heloísa G. de Oliveira				ee	c	c						
12 Herbert Teixeira	ee	ee	ee	ee	c			c				
13 Hilda Pellico		ee	ee	ee	c	c		c				
14 José Carlos Laender	ee											
15 José Eduardo Ferolla	ee	ee	ee	ee,dr	ee,dr	ee,dr		c				
16 Luiz Antônio Fontes de Queiróz	c	c		ee	ee							
17 Marcelo Rezende					ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee
18 Marcio F. G. Duarte						ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee
19 Marcio Moreira		c			ee	c						
20 Maria Josefina de Vasconcellos	c	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee
21 Maurício Andrés Ribeiro	ee	ee	ee			ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee
22 Miguel Vorcaro	ee	ee	ee	ee								
23 Nathan Rosembaun	ee											
24 Otávio Ramos	ee	ee	ee									
25 Paulo Greco	c	ee		ee	ee	ee						
26 Paulo Laender	ee	ee	ee	ee	ee			c				
27 Régis A. D. Gonçalves	jr	ee,jr	ee,jr									
28 Reinaldo Guedes Machado	ee											
29 Roberto Barros de Carvalho				jr	jr	jr	jr	jr	jr	jr	jr	jr
30 Ronaldo Masotti Gontijo	ee									c		
31 Sandra Nankran	c	ee	ee									
32 Saul Vilela	c	ee	ee		c			c	c			
33 Sylvio Emrich de Podestá	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee	ee
34 Uziel K. Rozenwajn	ee	ee	ee									
35 Victor de Almeida	ee	ee	ee									

ee = equipe editorial
c = colaborador
dr = diretor responsável
jr = jornalista responsável

ANEXO IV: Expediente e colaboradores da RP	
Expediente	Colaboradores
1 Alceu Castelo Branco	1 A. L. M. Andrade
2 Altino Barbosa Caldeira	2 Adão Ventura
3 Álvaro Hardy (Veveco)	3 Adalgisa Arantes Campos
4 Ana Beatriz Campos	4 Affonso Romano de Sant'anna
5 Ana Maria Schmidt	5 Alceglan Monteiro
6 Armando Wood	6 Alda Stutz
7 Carlos Alberto Viotti	7 Alonso Lamy
8 Carlos Alexandre Dumont (Carico)	8 Anamélia
9 Cid Horta	9 Angélica Rodrigues Silva
10 Claudio Martins	10 Angelo Prazeres
11 Cuno Roberto Lussy	11 Apolo Lisboa
12 Eduardo Barroso Neto	12 Arnaldo de Meira Carvalho
13 Eduardo Fajardo	13 Augusto Sarreiro Auler
14 Eduardo Pardal	14 Beto Massinha
15 Eduardo Rossi	15 Capitão
16 Eduardo Tagliaferri	16 Carlos Antônio Leite Brandão
17 Elias Rodrigues	17 Celton
18 Éolo Maia	18 Cícero Silva Junior
19 Eustáquio Soares	19 Claudia Rodrigues da França
20 Fernando Coelho	20 Claudio Vieira Rocha
21 Fernando Pimentel	21 Cristina Natalie Bergman
22 Fernando Porta	22 Edmundo de Werna Magalhães
23 Fernando Ramos	23 Eunice Impellizieri
24 Flávio Almada	24 Fabiano Lopes de Paula
25 Flávio Carsalade	25 Fernando Brant
26 Francisco Moreira de Andrade Filho	26 Fernando Gabeira
27 Freuza Zechmeister	27 Fernando Ziviani
28 Gilberto de Abreu	28 Flavio Chaimowicz
29 Guido Rocha	29 Flavio Grilo
30 Gustavo Penna	30 Francisco Iglesias
31 Heloísa G. de Oliveira	31 Frederico Moraes
32 Herbert Teixeira	32 Gil César Moreira de Abreu
33 Hilda Pellico	33 Gisele Rocha Silva
34 Hildebrando Pontes	34 Helena Greco
35 Humberto Serpa	35 Jorge Aslan
36 Istvan Farkasvolgyi	36 Jorge dos Anjos
37 João Delpino	37 José de Anchieta Correa
38 João Diniz	38 José Gonçalves Dias
39 Joel Campolina	39 José Luiz Pederneiras
40 José Carlos Laender	40 José Reinaldo de Lima
41 José Eduardo Ferolla	41 Lidia Avelar Estanislau
42 Juan Carlos Di Fillipo	42 Lucio Libânio

Expediente	Colaboradores
43 Júlio Araújo Teixeira	43 Luiz Beethoven Piló
44 Júlio Borges Gomide	44 Luiz Carlos de Assis Bernardes
45 Lor	45 Marco Otávio Teodoro
46 Lourival Caporali	46 Maria Luiza Cardoso
47 Lu Bertoni	47 Monica Sartori
48 Lúcia N. de Lima	48 Paulo Augusto Gomes
49 Luiz Alberto Passaglia	49 Paulo Vilara
50 Luiz Antônio Fontes de Queiróz	50 Pe. Paulo Gabriel
51 Luiz Carlos Laender	51 Pedro Paulo Delpino Bernardes
52 Luiz Gonzaga Scortecci de Paula	52 Priscila Simões
53 Luiz M. Pereira	53 Radamés Teixeira
54 Marcelo Moreira	54 Rami Mandil
55 Marcelo Rezende	55 Raul Abujanra
56 Marcio F. Baptista de Oliveira	56 Raul Córdoba
57 Marcio F. G. Duarte	57 Renato Dourado
58 Marcio Ferreira	58 Ricardo Mineiro (Cadinho)
59 Marcio Moreira	59 Ricardo Prata
60 Marcio P. de Barros	60 Roberto Luiz Monte-Mor
61 Marco A. Anastasia Cardoso	61 Rodrigo Godoy (Guga)
62 Marco Aurelio Ferreira	62 Rogério Magalhães
63 Marcos Coelho Benjamim (Benja)	63 Sérgio Ennes
64 Marcos Fonseca	64 Sérgio Trópia
65 Marcus Vinicius Meyer	65 Tânia Oberlaender
66 Maria Beatriz de A. Magalhães	
67 Maria do Carmo Mansur	
68 Maria Josefina de Vasconcellos (Jô)	
69 Maria Marta Camisassa	
70 Maria Regina A. Correa	
71 Marilene e Ricardo	
72 Mario Vale	
73 Mariza Machado Coelho	
74 Martim Francisco C. de Andrada	
75 Mateus G.	
76 Maurício Andrés Ribeiro	
77 Miguel Vorcaro	
78 Milton Castro	
79 Murilo Antunes	
80 Murilo Rubião	
81 Nathan Rosembaun	
82 Newton Silva	
83 Odilon de Araújo	
84 Oswaldo França Jr.	
85 Otávio Ramos	
86 Paula C. Branco	
87 Paulo Assunção	

Expediente	
88	Paulo Grecco
89	Paulo Laender
90	Pitanga do Amparo
91	Raphael Hardy Filho
92	Régis A. D. Gonçalves
93	Reinaldo Guedes Machado
94	Roberto Barros de Carvalho
95	Roberto Drummond
96	Rodrigo Andrade
97	Rogério Franco
98	Ronaldo Masotti Gontijo
99	Rosa Wood
100	Rui César dos Santos
101	Sandra Nankran
102	Saul Vilela
103	Sérgio Machado
104	Sérgio Sant'Anna
105	Sonia Barbosa
106	Suzy de Melo
107	Sylvio Emrich de Podestá
108	Terezinha Eliza F. Lopes
109	Thais Cãnfora
110	Thales Siqueira
111	Uziel K. Rozenwajn
112	Victor de Almeida
113	Wander Pirolli
114	William Abdalla
115	Yolanda Pignatari
116	Zenon Lago

ANEXO V: Roteiro de entrevista

1) Dados do entrevistado

Nome:

Ano e escola de formação:

Relação com a Revista PAMPULHA:

2) Perguntamos:

- As publicações eram destinadas a quem?
- Qual a tiragem?
- Como se estruturavam as etapas: escolha dos temas, definição da pauta, captação e seleção das informações, redação dos textos, edição das matérias?
- Como eram feitas a produção e manutenção do projeto editorial e gráfico?
- Quais eram as pretensões da revista PAMPULHA ao abrir espaço para divulgação da ação do governo, autoridades e empresas?
- Quais eram as motivações da área da Arquitetura, como 'escola', 'proposta' ou 'movimento', e como a revista PAMPULHA se encaixava?
- Qual a importância da revista PAMPULHA como registro da história da arquitetura?
- Como a revista PAMPULHA lidava com a relação arquiteto x sociedade?
- Muitas vezes os projetos da arquitetura são abordados do ponto de vista formal ou funcional, descolados da tecnologia e engenharia. Como a revista PAMPULHA abordava os projetos?
- Em que se baseava a relação da PAMPULHA com as instituições IAB, CREA, Prefeitura, além das escolas de arquitetura?
- Pela minha leitura, PAMPULHA se posicionava de maneira crítica às produções arquitetônicas e ao mercado de trabalho. Na sua opinião, essa percepção é correta?
- Quais eram os critérios de publicação de um projeto ou texto?
- Há uma série de projetos apresentados apenas em imagens. Por que isso acontecia desta forma?
- Quais eram as preocupações da revista PAMPULHA com a construção do campo de conhecimento da Arquitetura? Na sua opinião, o campo de conhecimento da Arquitetura tem a sua identidade formada?
- Porque a PAMPULHA começou? E porque acabou?

3) Finalizando...

Vc gostaria de acrescentar alguma coisa?